



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ALESSANDRA DA SILVA LOBATO

**Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA**

BELÉM-PA

2014

ALESSANDRA DA SILVA LOBATO

**Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Goretti da Costa Tavares.

Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

BELÉM-PA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Lobato, Alessandra da Silva, 1987-

Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço:  
uma análise do Centro Histórico da cidade de Bragança-Pa  
/ Alessandra da Silva Lobato. - 2014.

Orientadora: Maria Goretti da Costa  
Tavares;

Coorientadora: Rita de Cássia Ariza da  
Cruz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade  
Federal do Pará, Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Belém, 2014.

1. Patrimônio cultural Proteção Bragança  
(PA), 2001-2011. 2. Turismo Bragança (PA). 3.  
Cultura e turismo. 4. Bragança (PA) política  
cultural. I. Título.

CDD 22. ed. 363.69098115

---

NOME: ALESSANDRA DA SILVA LOBATO

TÍTULO - Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Orientadora: Profª Dra. Maria Goretti da Costa Tavares. Co-orientadora: Profª Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

Data da defesa: 30/ 05/ 2014

Conceito: Excelente

**Banca Examinadora**

Profª Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (Orientadora - PPGeo/Ufpa)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz (Co-orientadora - PPGH/USP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior (Examinador Interno – PPGeo/Ufpa)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª Dra. Maria das Graças da Silva (Examinadora Externa – ICED/UEPA)

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Aos meus pais José Carlos Rodrigues  
Lobato e Maria José Pereira da Silva. A  
vocês todo meu amor, carinho e  
dedicação.*

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação só foi possível mediante a participação direta ou indireta de vários agentes, família, amigos, professores e pessoas de Bragança. O caminho foi longo, solitário em alguns momentos. Entretanto, o amor, o carinho, o incentivo de todos que destacarei aqui foi fundamental, pois foram esses gestos que me deram fôlego para concretização desse trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre me fazer sentir sua presença e me fazer acreditar que eu seria capaz de finalizar essa etapa. Mesmo diante dos momentos difíceis, de angústia e solidão no processo da pesquisa, o senhor não me fez perder a esperança.

Agradeço a minha orientadora Profa. Maria Goretti que me acompanhou desde a graduação. Obrigada por todo incentivo, aprendizado e conhecimento ao longo desses anos de amizade e por ter aceitado o desafio dessa pesquisa e pelos direcionamentos ao longo desse percurso.

A minha coorientadora Profa. Dra. Rita Cruz, primeiramente por ter me recebido tão bem e ter me ajudado no que foi preciso durante o período do PROCAD/CASADINHO quando estive em São Paulo. Segundo, por ter aceitado o convite da coorientação, suas considerações, observações, sugestões e críticas foram fundamentais para a construção dessa dissertação.

Aos professores Janete Coimbra, João Nahum e Gilberto Rocha com os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas no PPGEU/UFPA. Ao professor Saint-Clair Trindade do NAEA/UFPA pelas contribuições durante a disciplina de Laboratório de Geografia Urbana e durante o exame de qualificação do mestrado. Ao professor Agenor Sarraf do PPGA/UFPA pela excelente disciplina Memória, Patrimônio e Identidade. Agradeço, também, aos professores Amélia Damiani e Eduardo Yázigi do PPGH/USP por terem me aceitado em suas disciplinas como aluna especial durante o período do PROCAD/CASADINHO. Ao CNPQ pela bolsa de estudos durante todo o mestrado.

Agradeço, especialmente, aos meus pais José Carlos Rodrigues Lobato e Maria José Pereira da Silva e minha avó Onedina Rodrigues Lobato, por todo apoio e dedicação ao longo desses anos. Só um amor puro e verdadeiro é capaz de entender a distância e a saudade que sentimos um dos outros em alguns momentos desta pesquisa. Entretanto, o que me confortava era saber do amor, do orgulho e felicidade que sentiam em lembrar de mim, mesmo quando estive tão distante. A vocês minha eterna gratidão.

Outros familiares muito importantes que me apoiaram nessa trajetória, meu querido irmão Alessandro Lobato, por sempre me fazer rir com suas brincadeiras, entender minhas aflições pessoais, e mesmo sem entender muito bem sobre a Geografia que eu lhe falava me apoiava em todos os momentos. Aos meus tios, tias, primos, primas e avós que em nossas reuniões de família me faziam lembrar momentos maravilhosos e por alguns instantes eu até “esquecia” as dificuldades que apareceram ao longo desse período.

Um agradecimento especial, também, aos amigos-irmãos que construí ao longo do curso de Graduação de Geografia, são laços de amizades que se mantêm fortes mesmo a longas distâncias Marcela Alves da Silva, Miguel Sá de Souza Brito e Danilo Raiol de Carvalho. A vocês meu eterno agradecimento por tudo que vivemos juntos desde o ano de 2007. Marcelinha, minha amiga, obrigada por sempre estar comigo, mesmo estando tão distante, te fizestes tão presente neste percurso, agradeço por sempre se dispor a me escutar, me dar umas broncas de vez em quando e acreditar que eu conseguiria chegar até aqui.

Aos outros amigos da Geografia em especial da turma do ano de 2007. Pessoas especiais que fazem parte da minha vida, pessoas com as quais divido tristezas e alegrias, pessoas que apesar de terem um tempo corrido, sempre encontram um momento para nos rever e colocar a conversa em dia: Rosseline, Tamires, Carla, Mayany, Bianca, João, Miguel e Michel.

A todos os integrantes do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo, pessoas com as quais pude conviver mais de perto nesses últimos anos: Luana, Casluym, Magaly, Marília, Nabila, Giordano, Márcio, João Paulo, Cléber, Marcos André. Um agradecimento especial ao Charles e a Elcivânia por sempre me escutarem nos momentos de “crises” e pelos momentos de risos também. Agradeço, ainda, ao prof.º Hugo Serra que mesmo longe contribuiu com sugestões e observações quanto aos roteiros de entrevistas.

A minha querida amiga Débora Serra que vivenciei comigo cada momento desse percurso acadêmico. Desde de o momento de preparação para a seleção do mestrado até a finalização desse trabalho. A você meu eterno agradecimento por poder compartilhar tristezas, alegrias, aflições, dúvidas ao longo desses anos de amizade e durante a pesquisa. Obrigada por não me deixar desanimar. Podes ter certeza que sempre poderás contar comigo.

Aos colegas da turma de mestrado de 2012 pelos debates e discussões durante a realização das disciplinas. Em especial aos amigos que me acompanharam desde a graduação Fernando, Marlon e Denison.

E em último lugar, porém não menos importante, agradeço aos bragantinos da terra e de coração como o prof.º Dário, ao “Careca” da Irmandade de São Benedito, as técnicas da secretaria de turismo, os técnicos da secretaria de cultura, aos moradores antigos e todos aqueles que de uma forma ou outra me ajudaram na elaboração deste trabalho. Agradeço muito a hospitalidade e receptividade do povo bragantino, que não mediu esforços para me ajudarem durante a pesquisa.



*“Na vida, não vale tanto o que temos, nem tanto importa o que somos. Vale o que realizamos com aquilo que possuímos e, acima de tudo, importa o que fazemos de nós”.*

*(Chico Xavier)*

## RESUMO

Esta pesquisa analisa os desdobramentos das políticas e ações de turismo e de preservação do patrimônio cultural que intervêm na produção do espaço do centro histórico da cidade de Bragança, no período compreendido entre os anos de 2001-2011. Discute-se, também, como ocorre a participação dos agentes ligados ao turismo e ao patrimônio cultural no processo social e histórico da produção do espaço do centro histórico de Bragança. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo. Foram realizados levantamentos e análises bibliográficas sobre o tema e a área de estudo; análises de documentos referentes ao patrimônio e ao turismo; entrevistas semi-estruturadas com representantes dos órgãos ligados ao patrimônio e ao turismo das esferas municipal, estadual e federal, *trade* turístico e moradores antigos. Ocorreram, também, várias observações in loco ao longo dos dois anos de pesquisa. Observou-se que Bragança é uma das cidades históricas mais antigas da Amazônia e que o processo de colonização iniciou ainda no século XVII e ocorreu pelos rios, em especial o rio Caeté. A ferrovia, também, contribuiu para as transformações que ocorreram naquele espaço, foi um período de forte dinâmica social, econômica e cultural, pois a circulação de mercadorias, informações e pessoas tornou-se mais intensa. Entretanto, com a desativação da ferrovia o município passou por um período de estagnação, recuperando-se lentamente com o surgimento das rodovias. Observou-se com a pesquisa que a preservação do patrimônio cultural em Bragança, especialmente no centro histórico, ocorreu, principalmente, por instrumentos como os tombamentos que foram criados nos últimos dez anos. O Estado é um agente que intervêm no espaço com a elaboração, criação de ações que visem à preservação, entretanto isso não é suficiente para a preservação. A população local, também, tem contribuído de forma significativa com a preservação do patrimônio cultural em um sentido amplo, através de suas vivências com um dos maiores expoentes da cultura e do patrimônio bragantino a Marujada de São Benedito. Quanto ao turismo notou-se que vários são os agentes presentes naquele espaço: a população local, os movimentos culturais e religiosos como a Irmandade de São Benedito e o Estado que é um dos principais a induzir o turismo naquele lugar, entretanto isso tem ocorrido apenas muito recentemente, pois como Bragança não conta com um plano de turismo municipal, as orientações que são seguidas são as estabelecidas nos planos estaduais de turismo.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Turismo; Centro Histórico; Bragança; Produção do Espaço.

## ABSTRACT

This research examines the ramifications of the policies and actions of tourism and cultural heritage preservation involved in the production of the historic center space in Bragança city, in the period between 2001-2011. It also discusses how the participation of agents linked to tourism and cultural heritage in the social and historical production process of the historic center space in Bragança occurs. This is a qualitative research study. Surveys and analyzes literature on the subject and the study area were conducted; analysis of documents relating to heritage and tourism; semi-structured interviews with representatives of agencies related to heritage and local tourism, State and Federal governments, tourism industry and former residents. It was occurred several observations over the two years of research. It was observed that Bragança is one of the oldest historical cities in Amazon and the process of colonization also started in the seventeenth century and it was the rivers, especially the Caeté River. The railroad also contributed to the transformations that have occurred in that space, it was a period of significant social, economic and cultural dynamics, because the goods movement, information and people became more intense. However, by disabling the railroad the city went through a period of stagnation, recovering slowly with the emergence of highways. It was observed through the research that the preservation of cultural heritage in Bragança, especially in the historic center, was mainly for instruments such as overturning which were created in the last ten years. The state is an agent that intervenes in the space with the preparation, creation of actions aimed at preserving, but this is not enough to preserve. The local population has also contributed significantly to the preservation of cultural heritage in a broad sense, through their experiences with one of the greatest exponents of culture and heritage bragantino the Marujada of St. Benedict. As tourism is noted that there are several agents present in that space: local people, the cultural and religious movements like the Brotherhood of St. Benedict and the State is a key to induce tourism in this place, though this has happened only very recently, because as Bragança lacks a plan for municipal tourism guidelines that are followed are set forth in state plans for tourism.

Keywords: Cultural Heritage; Tourism; Historic Center; Bragança; Production of Space.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> - BENS TOMBADOS PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ ATÉ O ANO DE 2012.....	70
<b>QUADRO 02</b> - CARACTERÍSTICAS DA FASE PRÉ-FERROVIÁRIA À PÓS-FERROVIÁRIA.....	90
<b>QUADRO 03</b> - QUADRO-SÍNTESE BENS TOMBADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA.....	102
<b>QUADRO 04</b> - SÍNTESE DOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO E SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ANALISADO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA.....	131
<b>QUADRO 05</b> - AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS DO PÓLO COSTA ATLÂNTICA EM FUNÇÃO DOS MERCADOS GEOGRÁFICOS.....	138
<b>QUADRO 06</b> - ESTRATÉGIAS DE PRODUTO/MERCADO PÓLO COSTA ATLÂNTICA.....	140
<b>QUADRO 07</b> - NEGÓCIOS/MERCADO E JUSTIFICATIVA APRESENTADA NO PLANO (PDT-PA/2001-2011).....	141
<b>QUADRO 08</b> - PRODUTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA ELENCADOS NO PLANO ESTRATÉGICO DE TURISMO VER-O-PARÁ.....	143
<b>QUADRO 09</b> - VISÃO DE FUTURO DO TURISMO PARA O ANO DE 2020 DO PLANO VER-O-PARÁ.....	145

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 01</b> - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA.....	40
<b>MAPA 02</b> - LOCALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA-PA.....	83
<b>MAPA 03</b> - LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA. CONSTRUÇÕES DO SÉCULO XVIII E XIX.....	106
<b>MAPA 04</b> - LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA. CONSTRUÇÕES DO SÉCULO XX.....	107

<b>MAPA 05 - LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA. CONSTRUÇÕES DO SÉCULO XX.....</b>	<b>108</b>
<b>MAPA 06 - LOCALIZAÇÃO DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARÁ.....</b>	<b>136</b>

### **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 01 - DESEMBARQUES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>GRÁFICO 02 - DESEMBARQUES DOMÉSTICOS.....</b>	<b>30</b>
<b>GRÁFICO 03 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA (VALOR ADICIONADO).....</b>	<b>94</b>

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTO 01</b> - IGREJA DE SANTO ALEXANDRE.....	70
<b>FOTO 02</b> - IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA.....	70
<b>FOTO 03</b> - CIDADE DE AFUÁ.....	75
<b>FOTO 04</b> - BICITÁXI.....	76
<b>FOTO 05</b> - VISÃO FRONTAL DA PARTE MAIS ELEVADA DA CIDADE DE BRAGANÇA.....	81
<b>FOTO 06</b> - VISÃO FRONTAL DE PARTE DA CIDADE DE BRAGANÇA.....	81
<b>FOTO 07</b> - AVENIDA RIO BRANCO.....	82
<b>FOTO 08</b> - ANTIGA ESTAÇÃO DE SÃO BRÁS.....	87
<b>FOTO 09</b> - PARTE DA ANTIGA ESTAÇÃO DE TREM EM BRAGANÇA.....	92
<b>FOTO 10</b> - ANTIGA ESTAÇÃO DO TREM NA CIDADE DE BRAGANÇA .....	92
<b>FOTO 11</b> - ESTAÇÃO CULTURAL ARMANDO BORDALLO.....	93
<b>FOTO 12</b> - MONUMENTO EM HOMENAGEM A CONCLUSÃO DA EFB.....	93
<b>FOTO 13</b> - VISÃO FRONTAL DE PARTE DA ORLA DA CIDADE DE BRAGANÇA - PA.....	95
<b>FOTO 14</b> - FRENTE URBANIZADA DA CIDADE DE BRAGANÇA.....	96
<b>FOTO 15</b> - VISÃO PARCIAL DA AVENIDA VISCONDE DO RIO BRANCO NA ORLA DE BRAGANÇA.....	96
<b>FOTO 16</b> - PRAIA DA VILA DE AJURUTEUA.....	97
<b>FOTO 17</b> - PRAIA DA VILA DE AJURUTEUA.....	98
<b>FOTO 18</b> - PALÁCIO AUGUSTO CORRÊA.....	100
<b>FOTO 19</b> - PARTE DA CIDADE DE BRAGANÇA.....	101
<b>FOTO 20</b> - PROCISSÃO EM HOMENAGEM A SÃO BENEDITO NO DIA 26/12/13.....	109
<b>FOTO 21</b> - APRESENTAÇÃO DA MARUJADA DE SÃO BENEDITO.....	109
<b>FOTO 22</b> - BENS TOMBADOS PELO DECRETO 228/06 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA.....	119

<b>FOTO 23 - BENS TOMBADOS PELO DECRETO 010/08 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA.....</b>	<b>122</b>
<b>FOTO 24 - RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA MEDEIROS.....</b>	<b>123</b>
<b>FOTO 25 - COMPLEXO DA IGREJA DE SÃO BENEDITO: IGREJA, BARRACÃO E CORETO.....</b>	<b>123</b>
<b>FOTO 26 - PROCISSÃO EM HOMENAGEM A SÃO BENEDITO EM BRAGANÇA.....</b>	<b>134</b>

### **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 01 - TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PARA AS CIDADES HISTÓRICAS.....</b>	<b>74</b>
<b>FIGURA 02 - PLANTA DA VILA NOVA DE BRAGANÇA.....</b>	<b>80</b>
<b>FIGURA 03 - PLANTA DA ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA.....</b>	<b>88</b>
<b>FIGURA 04 - TERRITORIALIZAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA.....</b>	<b>126</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**CNRC**- Centro Nacional de Referência Cultural

**DIT**- Divisão Internacional do Trabalho

**DPHAC**- Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

**DTT**- Divisão Territorial do Trabalho

**EFB**- Estrada de Ferro Bragança

**EMBRATUR**- Empresa brasileira de turismo

**FUMBEL**- Fundação Cultural de Belém

**IPHAN**- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional

**MES**- Ministério da Educação e Saúde

**ONGs**- Organizações Não Governamentais

**PAC**- Programa de Aceleração do Crescimento

**PARATUR**- Companhia Paraense de Turismo

**PCH**- Programa Cidades Históricas

**PDA**- Plano de Desenvolvimento da Amazônia

**PDT**- Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará

**PTA**- Plano de Turismo da Amazônia

**PMB**- Prefeitura Municipal de Bragança

**PNPI**- Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

**SECULT**- Secretaria de Estado de Cultura do Pará

**SEPLAN**- Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral

**SEPOF**- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

**SETUR**- Secretaria de Estado de Turismo do Pará

**SPHAN**- Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SPVEA**- Plano de Valorização Econômica da Amazônia

**SUDAM**- Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia

**UFPA**- Universidade Federal do Pará



## SUMÁRIO

<b>PROLÓGO.....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 01 - TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>29</b>
1.1 - Produção do espaço e consumo pelo turismo.....	29
1.2 - Geografia e patrimônio cultural: qual a relação?.....	46
1.3 - Patrimônio e turismo: breve análise.....	52
<b>CAPÍTULO 02 - A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA FEDERAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ: BREVE ANÁLISE.....</b>	<b>57</b>
2.1 - A “fase heroica”- 1930-1960: processos e agentes.....	57
2.2 - A “fase moderna”- Pós-década de 1970: processos, agentes e avanços.....	62
2.3- Atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Pará.....	67
<b>CAPÍTULO 03 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O PATRIMÔNIO HERDADO DE BRAGANÇA – PA.....</b>	<b>77</b>
3.1 - Passado e presente da “Pérola do Caeté”: breves considerações sobre a história e geografia da cidade de Bragança.....	77
3.2 - Diversidade cultural na paisagem urbana do centro histórico de Bragança: do patrimônio histórico à festividade de São Benedito.....	99
<b>CAPÍTULO 04 - A QUESTÃO PATRIMONIAL EM BRAGANÇA E O PLANEJAMENTO DO TURISMO: DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS, PLANOS E AÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....</b>	<b>114</b>
4.1 - A questão patrimonial em Bragança: um olhar sobre os instrumentos de salvaguarda do patrimônio.....	114

4.2 - Turismo e patrimônio em Bragança: o plano diretor e os Planos de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará.....	131
4.3 - Agentes do patrimônio e agentes do turismo: a atuação na produção do espaço bragantino.....	147
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>165</b>

## PRÓLOGO

Por que estudar a cidade de Bragança? Vários fatores contribuíram para esta opção de estudo. Inicialmente em minha trajetória acadêmica, o fato de ter sido bolsista de projeto de extensão e, em seguida, de iniciação científica contribuiu bastante para enveredar na pesquisa e ter dado continuidade com a pós-graduação.

Entre no curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA) no ano de 2007. Frequentava normalmente as aulas, participava de atividades, cursos, palestras, mas chegou um determinado momento que senti a necessidade de integrar-me a um grupo de pesquisa. Foi em uma palestra promovida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR) que tive o primeiro contato com a Prof<sup>a</sup> Goretti e fui convidada a participar das atividades do grupo.

Ao ingressar no GGEOTUR, antes mesmo de tornar-me bolsista de alguns projetos, participei como voluntária no projeto de pesquisa que, naquele momento (ano de 2009), era sobre políticas públicas, turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial na Ilha do Marajó. Tive a oportunidade de envolver-me ativamente nas pesquisas de campo e aprender um pouco mais sobre o tema.

Em 2010, passamos a construir um projeto de extensão intitulado “Roteiros Geo-Turísticos: Conhecendo o Centro Histórico de Belém”. A construção e o desenvolvimento deste projeto foi muito importante, pois foi com ele que realmente tive a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre a temática do patrimônio e sua relação com a Geografia.

O desenvolvimento das atividades desse projeto me permitiu uma aproximação maior com outras áreas, pesquisas e estudos, relacionando outras ciências como a História e a Arquitetura, o que me motivou a desenvolver um projeto de mestrado que envolvesse a temática do patrimônio, mas articulando-o com a produção do espaço da cidade. Neste sentido, optei pela cidade de Bragança por ser uma das cidades históricas da Amazônia Oriental e ter poucos estudos sobre a temática do patrimônio e do turismo.

O outro motivo que me levou a desenvolver um trabalho sobre Bragança está relacionado ao contato que estabeleci com esta cidade. Conheci Bragança em junho de 2010, durante um trabalho de campo integrado do curso de graduação. Na ocasião estávamos realizando um trabalho sobre a antiga Estrada de Ferro Bragança. O objetivo era conhecer o seu trajeto e observar as transformações socioespaciais ao longo dela até chegar à cidade de Bragança.

Ao chegar à cidade, observei que havia um campo muito vasto para pesquisas tanto do ponto de vista sociocultural quanto econômico e político, o que imediatamente me chamou atenção e me instigou a querer desenvolver um trabalho. A princípio, pensei em fazer o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) abordando a temática do patrimônio e do espaço, tendo como recorte espacial a cidade de Bragança. No entanto, naquele momento eu já era bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa sobre o turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial na Ilha do Marajó, o que me fez seguir e desenvolver o TCC sobre a temática desse projeto de pesquisa. Apesar disso, nunca abandonei a ideia de fazer um trabalho sobre Bragança.

Foi assim que no final do ano de 2011, quando estava concluindo a graduação, me inscrevi na seleção do mestrado em Geografia da UFPA. Naquele momento, decidi que iria concretizar o desejo de realizar o trabalho sobre Bragança. Escrevi o pré-projeto para a seleção, fui aprovada e pude desenvolver a pesquisa em dois anos.

Hoje apresento os resultados desses dois anos de pesquisa, que demandaram leituras, fichamentos, elaboração de entrevistas, horas de transcrições e análises dos dados obtidos. Tudo isso representou um tempo precioso que me fez envolver-me de tal forma com a pesquisa que posso dizer que aprendi muito com essa experiência.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado intitulada “Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA” foi realizada no período de março de 2012 a março de 2014. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Pensar no processo de produção do espaço amazônico não é tarefa simples, haja vista que as especificidades da região são elementos fundamentais para análise desse processo. O significado do rio é essencial para a compreensão dessa dinâmica, pois a grande extensão da rede hidrográfica na Amazônia caracteriza algumas dinâmicas socioespaciais que se dão na região. No entanto, é necessário frisar que a ferrovia construída no final do século XIX que ligava Belém à cidade de Bragança desempenhou uma função fundamental no processo de ocupação e povoamento da região nordeste do Estado do Pará, como será tratado adiante.

Neste sentido, é importante destacar o quanto a região amazônica carece estudos de análise da produção do espaço que revelem como decorrem processos, implicações e conflitos de ordem econômica, política, social e cultural e, em especial neste trabalho, a cidade de Bragança, vista como possuidora de especificidades de uma cidade histórica da Amazônia, considerada por alguns historiadores como uma das mais antigas do estado do Pará.

Esta pesquisa teve como objeto empírico de análise o centro histórico do município de Bragança, localizado a aproximadamente 210 quilômetros da capital Belém. Trata-se de uma cidade cujo processo de produção do espaço envolveu várias atividades e agentes que imprimiram naquele espaço rugosidades espaciais que correspondem

ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2008, p. 140).

Bragança, assim como várias cidades da Amazônia, inseriu-se inicialmente em um contexto no qual a ocupação ocorreu pelos rios. Sua posição estratégica permitiu a circulação de pessoas e mercadorias e, também, comunicação com o restante da região (TRINDADE JR;

SILVA; AMARAL, 2008). O rio Caeté<sup>1</sup>, além de continuar desempenhando as funções mencionadas, passou a desenvolver outras atividades e usos, como o lazer e o turismo.

A colonização da região iniciou ainda no século XVII, especificamente em 1613, quando franceses, espanhóis, portugueses e outros europeus adentraram a região em busca de novas terras na América. De acordo com Nonato da Silva (2006; 2009), esse processo de ocupação remonta ao início da colonização portuguesa na Amazônia brasileira cujo intuito era garantir a ocupação por parte do Estado Português. Tal ação materializou-se de várias formas no espaço, com destaque à construção de várias fortificações militares ao longo dos rios amazônicos.

A região nordeste do Pará teve, em parte, um processo de colonização, também, influenciado pelos rios. No entanto, a antiga Estrada de Ferro Bragança (EFB) e as rodovias permitiram a essa região um crescimento e desenvolvimento mais acentuado do ponto de vista da circulação e comunicação com o restante do estado. Houve com isso a ampliação do processo de urbanização e o surgimento de novas atividades econômicas, como o turismo, e a ampliação de outras, como o comércio.

Bragança desempenha um papel muito importante dentro da Zona Bragantina<sup>2</sup>, tanto pela posição geográfica, entre Pará e Maranhão, quanto pelas atividades econômicas que se desenvolveram e se desenvolvem nela, como a agricultura, a pesca e, mais recentemente, a ampliação da atividade comercial. Atualmente, é uma das maiores exportadoras de pescado do estado, juntamente com as cidades de Belém e Vigia de Nazaré (CEPNOR-IBAMA, 2004). Boa parte do pescado é comercializada na feira da cidade, e o restante segue para outros municípios.

Bragança, já foi, também, considerada uma das principais produtoras de gêneros agrícolas que abastecia a capital paraense. De início, a circulação e o escoamento destes produtos eram realizados pelos rios. Posteriormente, o trajeto foi realizado parte por rio, parte por estradas, o que demandava certo tempo. Essa situação começou a mudar com a criação da Estrada de Ferro Bragança no final do século XIX; construída com o objetivo de interligar a capital paraense a São Luis (MA), projeto que não foi concretizado. A ferrovia chegou apenas ao município de

---

<sup>1</sup> Rio que banha parte da orla urbanizada da área central da cidade de Bragança.

<sup>2</sup> A Zona Bragantina corresponde à região de colonização antiga do nordeste do Estado do Pará. Constituída por vários municípios. Oficialmente boa parte dos municípios que a compõem está inserido na Microrregião Bragantina são eles: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará, Tracuateua.

Bragança, na primeira década do século XX, mas proporcionou mudanças socioespaciais significativas ao longo do seu percurso.

Com a construção da EFB, a região passou por um crescimento mais acentuado no âmbito social, econômico e cultural (NONATO DA SILVA, 2006; 2009); isso dinamizou a região, promovendo certo desenvolvimento nos municípios por onde a estrada de ferro passou, principalmente, do ponto de vista da circulação dos produtos produzidos no interior das colônias agrícolas, cujo principal mercado consumidor era a capital. Porém, com a extinção da EFB em 1965, muitos municípios passaram por um processo de decadência e não conseguiram acompanhar o processo de modernização do espaço com a construção e ampliação de rodovias.

A colonização da Zona Bragantina provocou várias transformações que determinaram o crescimento produtivo, comercial, demográfico e espacial. Isso foi possível mediante as determinações dos governos provinciais que promoveram maior ampliação nos transportes marítimos e, principalmente, terrestres.

Do ponto de vista demográfico, pode-se destacar que o processo migratório foi representativo para aquele momento (estabelecimentos das colônias agrícolas ao longo da EFB), mas não corresponderam às expectativas. Apesar do grande incentivo para a vinda de colonos europeus, foram os migrantes nacionais que melhor se adaptaram e se fixaram na região, sobretudo, os nordestinos, cearenses, potiguares e maranhenses, como apontou Cruz (1955).

Este período de colonização esteve permeado por outros acontecimentos que também fizeram parte do processo de produção do espaço. Destacam-se as marcas que a economia da borracha deixou na região, sendo possível observar rugosidades espaciais (SANTOS, 2008) que distinguem a paisagem urbana – a arquitetura de alguns prédios e do coreto Pavilhão Senador Lemos, por exemplo.

As várias atividades econômicas, dentre elas a produção e comercialização proveniente das colônias agrícolas ao longo da Zona Bragantina, são exemplos desse momento de transformações socioespaciais e que hoje se vêem outras responsáveis por novas transformações e dinâmicas no processo de produção do espaço. Ela foi uma representante produtora de gêneros agrícolas que beneficiou consideravelmente o abastecimento da cidade de Belém. A produção de mandioca e a cana de açúcar nas décadas de 1940 e 1950, por exemplo, chegava à ordem de toneladas, (CRUZ, 1955). Outros produtos importantes foram o algodão em caroço, feijão, arroz com casca e outros. Havia, assim, diversificação da produção agrícola.

Com a desativação da EFB em meados da década de 1960, a região passou por sérias transformações. O declínio da produção agrícola levou à extinção de algumas colônias agrícolas. Surgiam neste contexto as rodovias como parte dos Projetos de Integração da Amazônia (PIN) ao restante do país. A alguns daqueles espaços elas passaram a dar nova dinâmica, outros ficaram à mercê deste processo ou incluíram-se precariamente.

A cidade de Bragança foi um desses espaços “afetados” pelo surgimento das rodovias. A diversificação dos sistemas de transporte permitiu a ela ampliar e diversificar as atividades econômicas. Hoje a cidade apresenta um setor de comércio e serviços bem desenvolvidos, mas em menor proporção se comparado a outros municípios como Capanema e Castanhal. De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), o setor de comércio e serviços no ano de 2010 cadastrou respectivamente, 249 e 91 estabelecimentos com vínculos empregatícios em Bragança (PARÁ, 2012, p. 24).

Em relação ao patrimônio na cidade de Bragança, há vários elementos que precisam ser analisados com maior atenção. Para isso é fundamental um estudo que venha a contribuir com análises das políticas e ações referentes à preservação do patrimônio no intuito de observar as lacunas e contribuir com o desenvolvimento de futuras políticas que visem à proteção às especificidades do patrimônio da cidade.

Esta pesquisa pretende contribuir para o entendimento do processo de produção do espaço de uma cidade histórica da Amazônica, levando em consideração suas especificidades e particularidades. Além disso, busca analisar as transformações e implicações ocorridas na cidade em decorrência do surgimento de novas atividades ligadas ao setor de comércio e serviços, dentre as quais se destaca o desenvolvimento da atividade turística. Entretanto, é necessário conhecer e analisar quais instrumentos foram criados para os processos de preservação e conservação do patrimônio e de que forma eles contribuíram para esses processos.

Bragança destaca-se como cidade histórica, justamente, por essa importância no contexto regional, de desenvolvimento de atividades produtivas que se instalaram e prosperaram ao longo do tempo. O rio, a ferrovia e as rodovias permitiram a construção de uma cidade com peculiaridades próprias que poucas cidades na Amazônia tiveram. Imprimiu-se aquele espaço novas dinâmicas demográficas, sociais, políticas e culturais que se materializaram e em parte permanecem, seja pelas rugosidades espaciais (SANTOS, 2008) seja pelas vivências ou pela



própria vida cotidiana. Uma cidade histórica com resquícios de um passado que constituiu-se e que ainda permanece mesmo diante de problemas que interferem na guarda desse passado.

Importante destacar que neste trabalho o espaço é visto como um fator social, uma instância social que precisa ser considerado como totalidade:

o espaço, como as outras instâncias sócias, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução. (SANTOS, 1978, p. 181).

Diante deste contexto, a problemática deste trabalho envolve a investigação sobre as políticas de turismo e do patrimônio cultural na produção do espaço da cidade de Bragança, buscando responder as seguintes questões-problemas:

- Quais os desdobramentos das políticas e ações de turismo e de preservação do patrimônio cultural que intervêm na produção do espaço do centro histórico da cidade de Bragança, no período compreendido entre os anos de 2001-2011?
- Como ocorre a participação dos agentes ligados ao turismo e ao patrimônio cultural no processo social e histórico da produção do espaço do centro histórico de Bragança?

O recorte temporal dessa pesquisa justifica-se pelos levantamentos que foram realizados previamente. Constatou-se que os poucos instrumentos de salvaguarda do patrimônio foram criados somente após os anos 2000, antes disso, como será discutido no trabalho, chegou a ser criada uma lei de preservação do patrimônio que na prática não entrou em vigência. O turismo, também, começou a ser mais debatido somente a partir dos anos 2000 quando se instituiu o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, que apresentou elementos atrativos das regiões do Estado como será discutido adiante.

Com base na problemática apresentada, levantaram-se as seguintes hipóteses: supõe-se que as políticas e ações de turismo desenvolvidas privilegiam determinados segmentos do turismo (turismo sol e praia e ecoturismo) em detrimento de outros (turismo cultural), o que demonstra que esta atividade pouco contribui para a preservação do patrimônio cultural. Quanto à preservação do patrimônio cultural, observa-se que as ações estão, em grande medida, amparadas pelo instrumento do tombamento, o que não tem representado necessariamente uma preservação real dos bens tombados; julga-se que isto ocorre devido à atuação e aos múltiplos interesses dos

agentes envolvidos na produção do espaço. Assim, tanto as políticas de turismo quanto as ligadas ao patrimônio intervêm na produção do espaço.

Tendo isso em vista, a pesquisa teve como objetivos:

- Analisar os desdobramentos das políticas e ações de turismo e de preservação do patrimônio cultural que intervêm na produção do espaço do centro histórico da cidade de Bragança, no período compreendido entre os anos de 2001-2011;
- Identificar e analisar a participação dos agentes ligados ao turismo e ao patrimônio cultural na produção do espaço do centro histórico de Bragança.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que apresenta como características gerais a compreensão como princípio do conhecimento, a construção da realidade, a possibilidade da descoberta e da construção de teorias e a o embasamento da ciência em textos (GUNTHER, 2006).

Como método de interpretação e análise, optou-se pela abordagem dialética, tendo como método de interpretação e análise o materialismo histórico e dialético, caracterizado pela confrontação de opiniões, contradições, diferentes aspectos de um problema, unidade dos contrários, conflito social (SPOSITO, 2004). Este método foi base para a interpretação dos resultados obtidos, porém, o trabalho busca em diversos autores aportes teóricos que contribuam para o entendimento da pesquisa.

Buscou-se ainda a análise das tríades apontadas por Sposito (2004) no movimento dialético: Singular/Particular/Universal e Particular/Movimento/Relação. No movimento de construção deste trabalho, elas se fazem presentes por se tratar de uma pesquisa que busca analisar a realidade de uma cidade histórica da Amazônia com suas singularidades e particularidades, mas que está inserida e articulada ao turismo que é uma destas novas atividades econômicas globais.

Para alcançar os objetivos propostos, desenvolveram-se os seguintes procedimentos metodológicos de investigação:

- Levantamento e revisão bibliográfica dos temas de interesse, a saber: produção e consumo do espaço, patrimônio cultural, turismo, o município de Bragança, em especial o centro histórico. Utilizaram-se como embasamento teórico, principalmente, os trabalhos de Milton Santos (1978; 1996; 2008; 2012); Cruz (1999; 2003; 2007; 2009); Godoy (2004;

2008); Meneses (1992); García Canclini (1994); Paes (2007; 2009; 2010); Cruz (1955); Nonato da Silva (2006; 2009);

- Análise documental;
- Trabalhos de campo, envolvendo: realização de entrevistas individuais gravadas com questões semiestruturadas com alguns agentes; observações in loco; registros fotográficos;
- Análise e sistematização dos dados obtidos;
- Redação da dissertação.

O levantamento e a revisão bibliográfica sobre os temas da pesquisa e sobre Bragança foram baseados em diversas fontes de pesquisa: livros, dissertações e teses disponíveis nas bibliotecas da UFPA: Biblioteca Central, Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Biblioteca da Universidade Federal do Pará - Campus Bragança; Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi; Biblioteca Pública do Estado do Pará Arthur Viana; Arquivo Público do município de Bragança; Arquivo Público do Estado do Pará; banco de teses e dissertações da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense; Universidade de Brasília; Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; periódicos Capes, Scielo; *sites* especializados em artigos sobre patrimônio e turismo.

A análise documental é outro procedimento de investigação, fundamental para essa pesquisa. Essa técnica permite “acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2008, p. 295). O documento é neste sentido uma fonte muito importante para análise, por ser “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte” (Idem, 2008, p. 296).

Os documentos de arquivos são, geralmente, exemplares únicos tratados em séries, que formam conjuntos (dossiês) dentro dos diferentes fundos (CASTRO, 2008, p. 26-27). Neste trabalho, foram analisados alguns documentos produzidos no período entre 2001-2011, são eles: Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (2001-2011); Plano Diretor Participativo do município de Bragança (2006)<sup>3</sup>; Relatório dos Bens Tombados pelo Município de Bragança (2009); decretos de tombamentos dos imóveis do município de Bragança (Decreto nº 228 de 04

---

<sup>3</sup> O Plano Diretor Participativo do Município de Bragança está disponível para consulta no site: [sedurb.pa.gov.br/pdm/braganca/braganca.pdf](http://sedurb.pa.gov.br/pdm/braganca/braganca.pdf). Acessado em: 03 de abril de 2012.

de outubro de 2006; Decreto nº 010 de 15 de janeiro de 2008); Lei nº 7.330/09 que instituí a Marujada como patrimônio cultural e artístico do Pará; Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas para Bragança; Inventário Cultural de Bragança; projetos de turismo e de preservação do patrimônio desenvolvidos entre os anos de 2001-2011.

Foram aplicadas entrevistas com questões semiestruturadas, que se caracterizam por “permitir que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas, mas ainda forneçam uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas focalizadas” (MAY, 2004, p. 148).

As entrevistas foram realizadas com alguns agentes envolvidos com a elaboração e execução das políticas e ações relacionadas ao turismo, ao patrimônio e ao planejamento da cidade; técnicos das Secretarias de Turismo, da Secretaria de Cultura e Desporto; moradores antigos da área central; donos de hotéis, bares e restaurantes localizados na área central; Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Seção Pará; Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT); Secretaria de Estado de Turismo e da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR).

As entrevistas com estes agentes tornaram-se necessárias para analisar as formas e perspectivas de ações que estão sendo pensadas para o planejamento e desenvolvimento das ações na cidade. Além dos agentes envolvidos em nível municipal, realizou-se entrevistas com representantes técnicos da área de turismo, patrimônio e cultura da esfera estadual e federal. Como pode ser observado, o intuito é investigar se há diálogo entre estas esferas do poder em relação às ações para o turismo e para o patrimônio.

As entrevistas no âmbito federal realizadas com representantes técnicos do IPHAN - Seção Pará tiveram o intuito de identificar quais ações referentes ao patrimônio estão sendo ou pretendem ser desenvolvidas na cidade, tendo em vista que Bragança é uma das cidades históricas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC/CH). O documento do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania, do Ministério da Cultura, que prevê uma série de medidas que visam, dentre os vários objetivos “promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que garantam seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (BRASIL, 2009, p. 22).

Outros entrevistados foram alguns moradores antigos que residem na área central da cidade de Bragança, principalmente, idosos acima de sessenta anos, pois se acredita que eles são detentores de um conhecimento representativo sobre a formação da cidade de Bragança e seu patrimônio cultural por terem vivenciado vários momentos da história. Outros entrevistados foram àqueles ligados diretamente à atividade turística: donos de hotéis, bares e restaurantes, localizados na área central da cidade de Bragança com o intuito de analisar a apreensão deles sobre o patrimônio cultural e o turismo.

Com a seleção desses agentes, observou-se que as entrevistas tiveram representantes do Estado, população local e da iniciativa privada, o que para esta pesquisa foi importante para compreender que o processo de produção do espaço envolve múltiplos interesses dos agentes ligados ao patrimônio e ao turismo.

Como enfatizado anteriormente, este trabalho pretende contribuir com uma discussão sobre a produção do espaço, analisando-se as especificidades e os rebatimentos das políticas de turismo neste espaço, bem como as de preservação do patrimônio cultural. Assim, forneceria bases para o debate acerca das políticas e ações voltadas à preservação do patrimônio cultural e para a elaboração de ações que envolvam a apropriação do patrimônio pelo turismo, especialmente na área urbana de Bragança, pois já se percebe que isso começou a ocorrer nos últimos anos.

Destaca-se ainda que essa pesquisa serve de reflexão sobre os agentes ligados ao turismo e a preservação do patrimônio em uma cidade que teve seu processo de produção do espaço, de certa forma, diferenciado se comparada a outras cidades da região, devido às transformações que a EFB imprimiu naquele espaço.

Por fim, também contribui no sentido de observar que a região amazônica possui uma diversidade patrimonial expressiva que vai além dos aspectos ligados à natureza. Trata-se da relação entre o material e imaterial, a imaterialidade presente nas relações estabelecidas no espaço e expressas nas paisagens urbanas amazônicas.

Com efeito, no Capítulo 01, apresenta-se o referencial teórico, elencando-se as principais categorias e conceitos que serão a base para a compreensão e discussão sobre o tema da pesquisa. Neste capítulo, as fontes consultadas para tratar sobre produção do espaço, turismo e patrimônio foram principalmente: Bertonecello (2010); Carlos (1999; 2011); García Canclini (1994); Coriolano (2006); Cruz (1999; 2003; 2007; 2009); Fratucci (2008); Godoy (2004; 2008);

Haesbaert (2002; 2004); Krippendorf (1989); Lefebvre (1973; 1974); Meneses (1992); Nigro (2010); Paes-Luchiari (2005; 2007); Paes (2009; 2010); Santos (1978; 1996; 2008; 2012); Santos e Silveira (2001); Soja (1993).

No Capítulo 02, o objetivo é analisar a trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural na região amazônica, apontando-se como estas foram pensadas e implementadas na região. Esse capítulo é resultado de revisão bibliográfica e análise documental com base nas referências: Meira (2004); Fonseca (1997); Chuva (2012); Lima (2012); Oliveira (2008); Brasil (2010).

O Capítulo 03 traz uma breve contextualização histórico-geográfica do município de Bragança. O objetivo é mostrar como o espaço bragantino foi se constituindo ao longo do tempo, suas transformações socioespaciais. As principais referências para a elaboração desse capítulo foram os trabalhos de Nonato da Silva (2006; 2009); Cruz (1955); Rosário (2000); Miranda (2009); Silva (1981); Silva (1996; 1997); Carvalho (2010); Conceição (1990); Penteadó (1967).

No Capítulo 04 são tratados os dados obtidos com a análise documental referente a patrimônio e turismo: planos, projetos, leis, decretos, ações que foram implementados ou não e os que estão em processo, bem como a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas durante a pesquisa. O objetivo é mostrar os desdobramentos das políticas e ações referentes ao turismo e ao patrimônio cultural na produção do espaço, bem como os agentes envolvidos.

## **CAPÍTULO 01 - TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Neste capítulo serão discutidos os temas que darão embasamento teórico para o desenvolvimento da pesquisa. A discussão principal será em torno do turismo, do patrimônio cultural e da produção do espaço e suas relações com a Geografia. O intuito é apresentar as categorias utilizadas ao longo de trabalho através do que já foi produzido sobre o tema.

### **1.1- A produção do espaço e o consumo pelo turismo**

Durante muito tempo, alguns espaços não eram visitados pela maioria das pessoas. Até meados do século XVIII, praias e montanhas eram pouquíssimo frequentadas por populações em busca de lazer, pois a ideia que se difundiu por muito tempo era a de que provocavam sensações como o pavor (CRUZ, 2006). Corbin (1989) relata que o mar e as faixas de areia eram vistos como abrigos de criaturas malditas e símbolos do purgatório. Pessoas não o frequentavam devido às várias histórias que envolviam naufrágios, mortes e maldições. No entanto, com o passar do tempo, essa visão mudou. De lugares do medo, passaram a ser lugares de lazer e destinos turísticos, sendo apropriados e usados de várias formas.

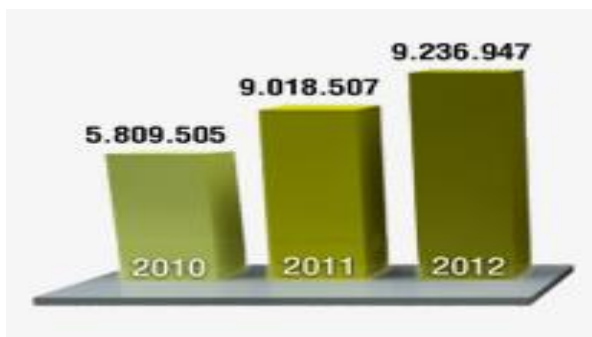
Urry (1996) chama atenção para a possibilidade de perceber, através do olhar do turista, os períodos históricos que marcaram o processo de apropriação e as implicações territoriais decorrentes do desenvolvimento da atividade turística. O autor aponta que, desde a Antiguidade, as pessoas já buscavam conhecer novos territórios por diversas motivações.

O turismo, como nos mostra Bertoncello (2010), é um fenômeno de longa data, que se expandiu a partir da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, o segmento mais expressivo era o chamado turismo de massa, que, com o passar do tempo, passou a competir com outros segmentos, a exemplo do ecoturismo, turismo de eventos, negócios e cultural – este último será exposto de maneira mais precisa no item três deste capítulo. No entanto, estas distintas manifestações e expressões do turismo sobre o espaço apoiam-se nos deslocamentos necessários à prática do turismo, provocando modificações nos espaços emissores e receptores e nos próprios espaços de deslocamento, como destacou Cruz (1999).

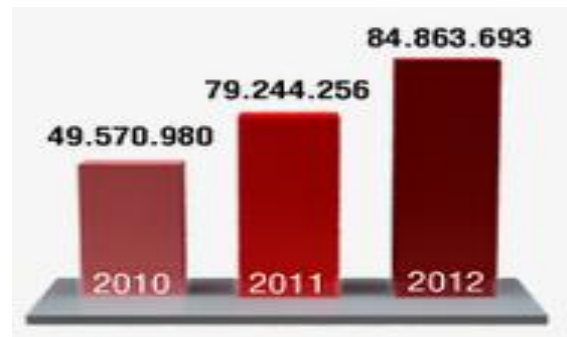
Foi a partir da década de 1960 que o turismo passou a ganhar grandes proporções enquanto atividade de lazer envolvendo milhões de pessoas (MOESCH, 2000). Transformou-se

em um fenômeno econômico que, nas últimas duas décadas do século XX, se tornou bastante representativo e ganhou espaço considerável nos circuitos da economia mundial.

Segundo Bursztyn et al (2009), a Organização Mundial do Turismo tem mostrado que o setor turístico cresceu consideravelmente nos últimos anos, sendo a segunda maior atividade econômica do mundo em termos de geração de divisas e empregos, atrás apenas da indústria do petróleo e derivados. No Brasil, de acordo com a Embratur (2013), o número de desembarques internacionais chegou aos nove milhões apenas no ano de 2012. Os desembarques domésticos também proporcionaram números expressivos entre 2010 e 2012, conforme os gráficos 01 e 02. Os dados mostram que o turismo está conquistando um mercado consumidor bastante representativo num período de tempo razoavelmente pequeno se comparado ao desenvolvimento de outras atividades e setores.



**GRÁFICO 01- DESEMBARQUES INTERNACIONAIS.** Desembarque internacional de passageiros - jan a dez de 2010 a 2012. (Fonte: EMBRATUR, 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>).



**GRÁFICO 02- DESEMBARQUES DOMÉSTICOS.** Desembarque doméstico de passageiros - jan a dez de 2010 a 2012. (Fonte: EMBRATUR, 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>).

Enquanto atividade econômica consolida-se a partir do século XX, convertendo o espaço em objeto de consumo, com algumas de suas porções sendo apropriadas para o desenvolvimento e ampliação da atividade. Neste sentido, percebe-se o quanto as discussões sobre o espaço se revelam necessárias, tanto para a compreensão dos agentes que atuam sobre ele, quanto pela análise e compreensão da organização atual. O espaço

Reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras



estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2008, p. 33).

É constituído social e historicamente através do trabalho, fruto da articulação das relações sociais, como destacou Santos (2008). As necessidades apontadas pelo autor são permeadas de ações e intenções que contribuem para a constituição de objetos espaciais e irão provocar transformações no espaço.

O espaço é formado por um conjunto de objetos e ações que interagem, “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objeto e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2008, p. 63). Segundo Santos, “os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos” (Idem, 2008, p. 63).

Percebe-se nesse contexto que o espaço socialmente produzido apresentado pelo autor deve ser analisado a partir daquilo que o constitui, ou seja, da integração que envolve a materialidade, representada pelos objetos e, também, pelas práticas humanas, expressas nas ações provenientes das intervenções econômicas, políticas, sociais e culturais.

Pensar e analisar o espaço requer a compreensão desta interação dos objetos e das ações, pois os objetos, em parte, proporcionam a forma como se darão as ações. Da mesma maneira, as ações também exercem um papel neste intercâmbio, pois este sistema de ações constituído irá criar objetos novos ou irá se realizar sobre objetos preexistentes.

Carlos (1999) também ressalta que o espaço geográfico é um produto social e histórico formado pelas relações que nele se situam. Para a autora, o espaço corresponde

Aquela da localização (um ponto no mapa) e aquela que dá conteúdo a essa localização, que a qualifica e singulariza. Esse conteúdo é determinado pelas relações sociais que aí se estabelecem- o que confere ao espaço a característica de produto social e histórico (CARLOS, 1999, p. 175).

Nota-se que o espaço não é apenas a localização de um ponto, mas, também, o conteúdo que esta localização carrega e é este conteúdo que irá proporcionar ao espaço a característica social e histórica.

Quando se trata da produção do espaço, é necessário compreender que esta envolve um processo conflituoso e contraditório, inclusive quando se refere ao turismo, como será analisado

adiante. O turismo é, “antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (CRUZ, 2003, p. 5). A cultura neste contexto será fortemente assentada por ser o turismo uma prática social.

A atividade turística apresenta-se enquanto um fenômeno econômico-cultural moderno dinamizado por uma coletividade que busca mais que a sobrevivência. Como ressaltou Costa (2010), tal atividade deve ser avaliada para além da extensão material do espaço, fato este que ocorre através de vários processos que acontecem por meio do surgimento de novas espacialidades da vida social, material e simbólica que, por vezes, esboçam lugares turísticos que, subordinados à (des)ordem promovida pelos agentes hegemônicos, apontam para uma determinada fragmentação do território e da sociedade.

O turismo é “uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma ‘tabula rasa’, sobre espaços vazios e sem donos” (CRUZ, 2009, p.100). Segue uma lógica regida pelo capital, logo necessita do espaço geográfico para a concretização do seu próprio espaço. É uma prática social e também “econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores” (CORIOLANO, 2006, p. 368). Deve-se compreender que o turismo nesta perspectiva envolve estas várias dimensões e relações que ocorrem no espaço.

O turismo é uma atividade moderna que provoca transformações no espaço, que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, compreende uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que nos últimos anos vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, como aponta Coriolano (2006).

Diante deste contexto, é importante ressaltar que vários são os fatores que envolvem, com acuidades e ritmos temporal e espacialmente individualizados, a constituição da produção do espaço. Mas ainda nota-se que esses fatores já não são apenas de ordem local; são, em grande parte, deflagrados em espaços muito afastados daqueles sobre os quais desempenham determinada influência (CRUZ, 2003).

Já que o turismo pode ser compreendido como prática social, deve-se compreender como ocorre a produção do espaço, pois

toda análise- que se pretenda consistente- sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como suas dimensões global e local. O turismo representa apenas uma parte de um imenso jogo de relações (CRUZ, 2003, p. 11-12).

Assim percebe-se que o turismo proporciona ao espaço a introdução de objetos que irão permitir a realização da atividade, bem como mudanças sobre os objetos preexistentes, com o intuito de alterar os significados para atender a um novo processo, como ressalta Cruz (2003).

Para Lefebvre (1974) o desenvolvimento da atividade turística apresenta estreita relação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista do espaço. Observa-se que “com a indústria do ócio, o capitalismo tem se amparado nos espaços deixados vagos: o mar, a praia, a alta montanha. Tem criado uma indústria nova, uma das mais potentes: a indústria do ócio” (Idem, 1974, p. 221).

Os espaços influenciados pelo turismo e o lazer são espaços de aparências, aprisionados ao mundo das imagens que infligem à redução e ao simulacro. Amortizam a apropriação enquanto “mercadoria de uso temporário” decidida pelo tempo de não-trabalho (CARLOS, 1999).

Segundo Costa (2010), o entendimento da sociedade de consumo, da produção do espaço pelo turismo, não deve se restringir ao âmbito da política, da economia ou da cultura. Tal entendimento perpassa pela imbricação destas três dimensões para a melhor apreensão das espacialidades sociais e da realidade econômico-social dos lugares turísticos em distintos períodos.

A produção do espaço é uma decorrência de processos produtivos impostos pela sociedade ao espaço (SANTOS, 2012). O espaço é visto como um fator social, uma instância social, que precisa ser considerado como totalidade.

o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução. (SANTOS, 1978, p. 181).

É um processo que envolve técnicas e instrumentos, faz parte do homem. Significa “tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma

intermediação entre homem e natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio” (SANTOS, 1978, p. 202).

A produção do espaço “é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais [...] não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 1996, p. 88). Com isso percebe-se que o homem é um elemento central na produção do espaço e que o trabalho realizado por ele faz parte desse processo de produção. Observa-se, assim, que “nenhuma produção, por mais simples que seja, pode ser feita sem que se disponha de meios de trabalho, sem vida em sociedade, sem divisão do trabalho” (SANTOS, 1978, p. 202).

Godoy (2004) ressalta que a idéia central da interpretação da produção do espaço proposta por Milton Santos situa-se na combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função que, no movimento da totalidade social, provoca modificações tanto nas relações quanto nos processos, estimulando funções. Santos (2012) chama atenção para o estudo do espaço e compreensão da produção do espaço. Para ele, o espaço se constitui enquanto

uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos do processo (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 2012, p. 67).

Sinteticamente, as categorias podem ser compreendidas da seguinte maneira como destacou Milton Santos, a forma “é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão”, ela pode ser “imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função” (SANTOS, 2012, p. 69). A função, “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. O processo caracteriza-se por ser “uma ação continua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (Idem, 2012, p. 69). Vale ressaltar que forma e função estão intimamente ligadas, pois a “função está diretamente relacionada com sua forma; portanto, a função é a atividade elementar de que a forma se reveste. Esta última pode ou não abranger mais de uma função” (Idem, 2012, p. 69).

Entender estas definições é essencial para a discussão da produção do espaço. Este é um conceito complexo, mas fundamental para a análise e compreensão da totalidade. A produção do espaço consiste

na realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho. (GODOY, 2004, p. 31).

A produção do espaço é permeada pela produção de objetos que cumprem determinadas funções, observando-se o papel e influência das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho. O turismo é uma das atividades que implica transformações no espaço e na produção deste, como mencionado anteriormente. Ele pode apropriar-se de formas do passado atribuindo-lhes novas funções que podem ter por objetivo a própria reprodução da atividade visando o lucro.

Outra situação que pode ser apontada são as novas formas delineadas pelo turismo, que cria novos objetos no espaço para ampliar sua reprodução. Tal iniciativa ocorre tanto por parte do Estado, quanto pela iniciativa privada – que em determinadas situações pode até financiar a criação ou melhoramento de infraestrutura em áreas nas quais a atividade pretende se desenvolver. Esta é a própria interação entre as formas e funções se fazendo presente bem como a influência dos agentes envolvidos nesta produção do espaço. Com isso percebe-se, também, que a produção do espaço

é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. Em poucas palavras, o espaço seria um sistema de sistemas ou, como quer Santos (1996), “sistemas de objetos” e “sistemas de ações” (GODOY, 2004, p. 33).

Como mencionado anteriormente, o espaço é produto social e também produto histórico, no qual os homens o produzem de maneira particular ao longo dos momentos históricos, o que ocorre por meio dos estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, compreende-se que a produção do espaço é decorrente das relações entre os vários processos, sejam eles sociais, políticos, econômicos e culturais que se manifestam espacialmente. De acordo com (HARVEY, 2012, p.12) para o caráter relacional do espaço “não há tais coisas como espaço

ou tempo fora dos processos que os definem (...) A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo”. Espaço e tempo diretamente associados.

Essa tensão envolve “a complexa articulação entre um sistema de objetos e um sistema de ações que se geografizam e se materializam no espaço, que está em constante movimento de transformação e assim intrinsecamente ligado à idéia de processo, social e histórico” (MOLINA, 2007, p. 29).

Apesar de adotar-se a ideia de produção do espaço proposta por Milton Santos, faz-se necessário destacar as contribuições de Henri Lefebvre. O filósofo francês foi pioneiro ao sugerir a discussão acerca de uma teoria do espaço social sob a conjectura de sua produção, como afirma Godoy (2008). Foi o primeiro a cunhar a expressão “produção do espaço” ainda no final da década de 1960, em seu livro de mesmo título, propondo um importante debate sobre o tema. Godoy (2004) afirma que a obra “visa responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de Produção” (p. 31), destacando que a compreensão de Lefebvre sobre produção do espaço não implica em uma

leitura ortodoxa da produção-circulação-consumo, ou mesmo da espacialização do valor. O conceito possui um sentido histórico e sócio-cultural por conter uma dimensão espacial definida no momento da objetivação do trabalho concreto e do trabalho abstrato (GODOY, 2008, p. 126).

De acordo com Carlos (2011), a tese central de “A Produção do Espaço” seria a forma de organização do modo de produção, que cria, ao mesmo tempo, determinadas relações sociais; “é assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele” (LEFEBVRE, 1981 apud CARLOS, 2011, p. 70).

Outros teóricos também se debruçaram sobre os estudos da produção do espaço. Cruz (2009) propôs um diálogo interessante do ponto de vista teórico-metodológico, apontando três perspectivas diferentes sobre a produção do espaço com base nos de Lefebvre, Smith e Santos. De acordo com a autora, a produção do espaço para Lefebvre significa a própria (re) produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço.

Em outra obra Lefebvre (1973) afirma que o espaço

É o lugar da reprodução das relações de produção (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção), é simultaneamente ocasião e instrumento duma planificação (ordenamento do território), duma lógica do crescimento. A prática social do capitalismo implica e contém saber, lógica (busca coerência), uma ideologia da coesão e das contradições à escala local (Idem, 1973, p. 17).

Para Smith (1988), a produção do espaço cria uma possibilidade teórica para ir além do dualismo, construído historicamente, entre espaço e sociedade. Destaca que “não é verdade que o espaço e a sociedade ‘interagem’; é uma lógica histórica específica (a do acúmulo de capital) que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade” (Idem, 1988, p. 122). Trata-se de uma lógica histórica peculiar que envolve o espaço e a sociedade em um movimento dialético, haja vista que “duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem definidas, em primeiro lugar, como coisas separadas” (Idem, 1988, p. 122-123).

Nesse contexto, destaca-se, também, o trabalho de Soja (1993). O autor aponta na discussão sobre a organização do espaço como produto social que

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo (Idem, 1993, p. 102).

O autor pretende com isso mostrar que a organização do espaço é um produto social que surge da prática social deliberada. Não sendo mais o primordial pensar a questão de ser uma estrutura separada, mas pensar na relação estabelecida “entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas dentro de determinado modo de produção” (Idem, 1993, p. 102). Com isso, o autor aponta as contribuições de Lefebvre quanto à organização política do espaço que expressam as relações sociais. Isso trouxe aportes para a construção da premissa básica da dialética sócio-espacial:

As relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço (ao menos na medida em que, antes de mais nada, mantenhemos uma visão do espaço organizado como sendo socialmente produzido) (SOJA, 1993, p. 103).

Para Santos, a produção do espaço, como já citado anteriormente, envolve trabalho e “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho” (SANTOS, 1996, p. 88).

Apesar das divergências teóricas entre os autores citados, o ponto em comum entre eles “é o entendimento de que a produção do espaço é, antes de mais nada, um processo social e, conseqüentemente, histórico” (CRUZ, 2009, p. 8). Sendo assim, a compreensão sobre a produção do espaço é apreendida enquanto conceito fundamental para a compreensão da totalidade. Cruz (2009) aponta ainda que este é um conceito revelador, que diz respeito a um processo revelador. Assim, não há produção do espaço que

- \* Não remeta a uma divisão territorial do trabalho;
- \* Não requeira uma análise sobre sujeitos sociais envolvidos;
- \* Não diga respeito a ambas as dimensões do espaço geográfico, ou seja, às suas dimensões material e imaterial;
- \* Não seja social e histórica (CRUZ, 2009, p. 100).

Nesta perspectiva, a concretização da vida material inserida no processo capitalista de produção permite que a apropriação do espaço aconteça de forma desigual; isto significa que as contradições intrínsecas ao sistema capitalista se mostram e se cristalizam na produção do espaço orientando os usos e funções dos lugares (CRUZ, 2009).

A autora aponta que o conceito de Divisão Territorial do Trabalho (DTT) também deve ser considerado quando se discute o turismo e a produção do espaço, haja vista que

Não há produção do espaço que se possa compreender apartada de um entendimento de que o mundo é regido por uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e que esta divisão internacional não é apenas uma divisão social do trabalho, mas também e, fundamentalmente, uma divisão territorial do trabalho (CRUZ, 2009, p. 96).

Considerando a DIT e a DTT, Cruz (2009) ressalta que alguns agentes são hegemônicos na produção do espaço, pois atuam de maneira decisiva, como é o caso do Estado e do Mercado.

O Estado tem uma inquestionável hegemonia na produção do espaço, dado seu papel de ente regulador das relações sociais e de provedor de infraestruturas. O mercado não é um amálgama de empresas hegemônicas a render, todo o tempo e em todos os lugares, o Estado. O mercado é formado de sujeitos ou, melhor, de agentes (CRUZ, 2009, p. 99).



A produção do espaço “é determinada por relações sócio-espaciais e de poder” (CORIOLANO, 2006, p. 377). Estas relações ocorrem justamente com a ação de outros agentes, gerando processos de conflitos e contradições entre eles pelo uso e modo de apropriação de determinado espaço. Além destes, outros agentes, como as populações locais, também participam do processo.

A presente dissertação busca analisar a produção do espaço do município de Bragança, uma cidade histórica da Amazônia, localizada na Mesorregião Nordeste do Pará (**Mapa 01**), tendo em vista como principais aspectos o patrimônio cultural, que representa parte da identidade do povo bragantino, e o desenvolvimento da atividade turística. Com o intuito de contribuir para o entendimento sobre os agentes produtores do espaço, o pensamento de outros autores envolvidos com o turismo, considerados importantes para esta análise, serão apresentados brevemente.

O trabalho de Agnaldo Fratucci (2008) contribui para a discussão referente aos agentes de turistificação do espaço<sup>4</sup>. No entanto, ressalta-se que o caso da cidade de Bragança não se trata de um processo consolidado, havendo, todavia, elementos que contribuem para o entendimento do processo de produção do espaço.

Os agentes produtores do turismo possuem “poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística, ou seja, com a competência de interferir, transformar ou influenciar seu curso” (FRATUCCI, 2008, p. 74), atuando na produção e consumo do espaço. O conjunto de agentes interrelacionados, que estão dentro da lógica territorial do turismo moderno, age

no tempo e no espaço, que compõem redes territoriais e de relacionamentos, sazonais, flexíveis e fluídas, onde ocorrem os encontros de alteridades distintas (do turista, do trabalhador, do anfitrião, do poder público e do capital), apoiadas tanto pela lógica da produção como do consumo (Idem, 2008, p. 75).

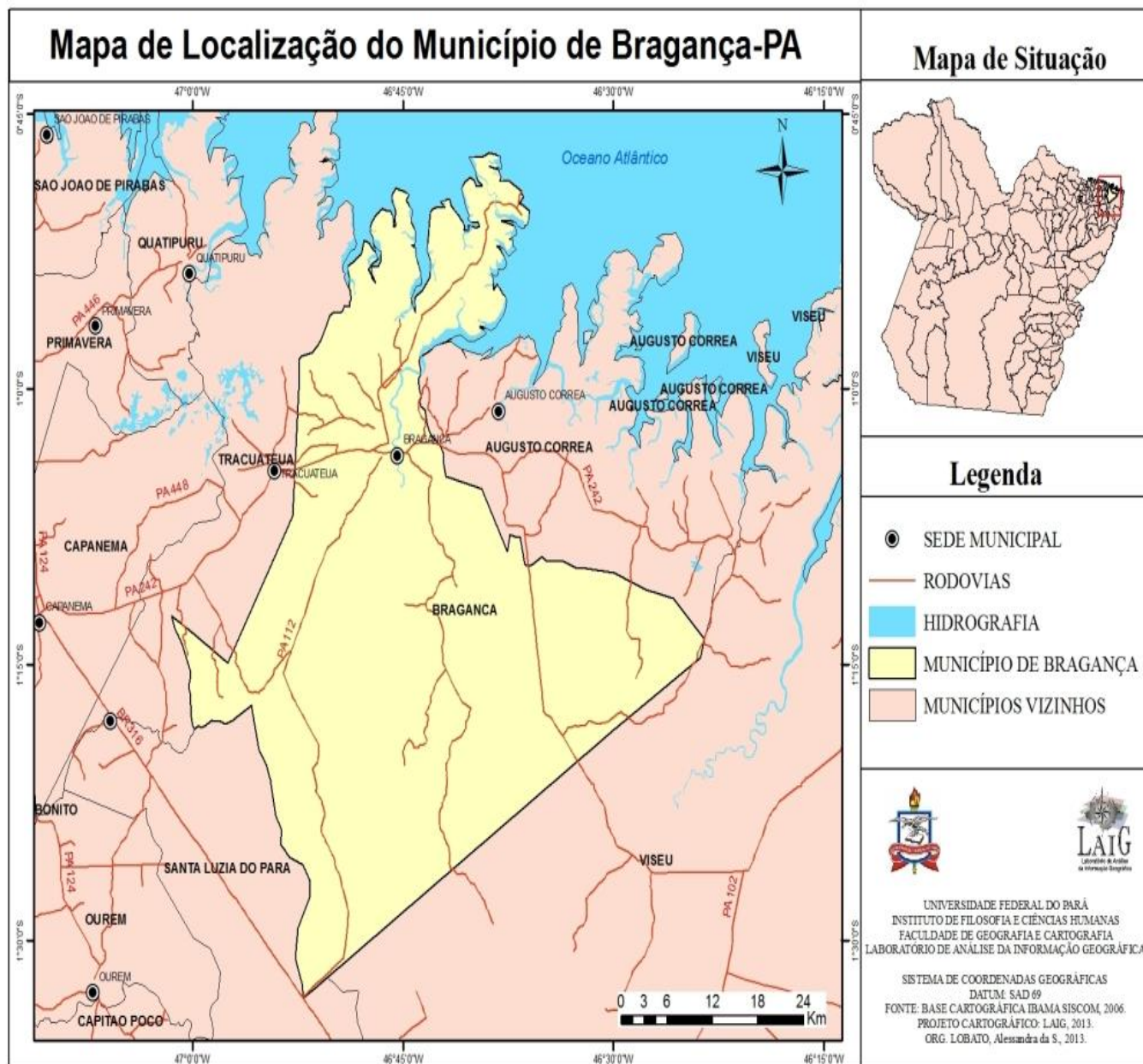
Fratucci (2008) apresenta a importância de investigar o processo de interação destes agentes sociais no turismo. Para ele, os agentes seriam “os representantes do capital, portanto do mercado, conhecidos como *trade* turístico, o Estado, em seus diversos níveis, e as comunidades

---

<sup>4</sup> De acordo com Fratucci (2008, p. 66): “O termo turistificação vem sendo adotado entre os estudiosos do turismo para designar o processo de apropriação de trechos do espaço pelos agentes do turismo para a implantação da atividade turística, pela inclusão de novos fixos e/ou da re-funcionalização de outros já existentes e de novos fluxos e relações que caracterizam o turismo como fenômeno socioespacial contemporâneo. Um dos autores mais citados como referência para o termo é o geógrafo francês Jean Remy Knafou (1996)”.

das áreas receptoras, representadas pelos trabalhadores empregados pelo setor e pela população em geral” (Idem, 2008, p. 76).

MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA



O turista é um destes agentes que se desloca para outros lugares em busca do novo, do ambiente diferente, movido por várias motivações; ele “se desterritorializa temporariamente, afastando-se do seu entorno habitual de vida” (FRATUCCI, 2008, p. 76). Esse movimento de “busca” permite a fuga da rotina diária e, em alguns casos, representa o desejo pelo descanso e

lazer. “[...] ao fazê-lo, esses agentes produzem um território mais fluído e sazonal, estruturado, a princípio, a partir da lógica do tempo do ócio” (Idem, 2008, p. 76). O turista é o “agente social gerador do fenômeno turístico e, por consequência, de todo o jogo de relações complementares, concorrentes e antagônicas que constituem a cadeia econômica que surge para atender as suas necessidades durante os seus deslocamentos” (FRATUCCI, 2008, p. 80).

Outro agente apontado por Fratucci (2008) é o mercado, que se caracteriza por estar

diretamente relacionado com a atividade econômica que surge a partir do fenômeno turístico e com o processo de apropriação do tempo livre pelo capital. No jogo das lógicas trabalho-ócio e tempo de trabalho-tempo livre, o capital encontrou uma excelente oportunidade para se reproduzir e se fortalecer. Apoderando-se do discurso que propõe a necessidade do lazer para a recuperação das energias necessárias para a continuidade do trabalho, transformou o tempo livre em tempo de consumo e o lazer em mais um produto a ser consumido (Idem, 2008, p. 81).

O agente de mercado envolve o *trade* turístico e é, em grande parte, responsável pela atividade turística. É representado pelo empresário, que mercantiliza o turismo e o transforma “em mais uma atividade econômica típica da atual sociedade de consumo” (FRATUCCI, 2008, p. 81-82). A atuação dos agentes ao longo das décadas vem mudando, principalmente, quando se analisam suas novas atuações e ações no espaço.

Na atualidade, a força de atuação dos agentes do mercado no turismo vem assumindo proporções mais específicas e complexas graças “a progressiva implantação da filosofia do liberalismo econômico, segundo a qual o setor privado deve protagonizar a atividade no mercado” (OMT, 2001, p.109), ocupando o espaço de outro agente social básico do turismo, o Estado. Os exemplos das recém criadas parcerias público-privadas, propostas pelo Ministério do Turismo, comprovam tal situação. O agente privado vem assumindo o fornecimento de diversos serviços públicos, principalmente, nas áreas dos transportes e das comunicações (FRATUCCI, 2008, p. 86).

O Estado é outro agente desse complexo processo que envolve o turismo. Segundo Fratucci (2008), o turismo tem servido como uma ferramenta capaz de contribuir para a implantação de processos e ações que visam o desenvolvimento socioeconômico. O Estado, através de suas várias instâncias de poder público, torna-se responsável por instituir as regras e normas que serão adotadas pelo sistema turístico. “Tal postura objetiva regular e normalizar o sistema turístico dentro daquilo que parece ser a melhor forma para o atendimento das necessidades das populações residentes sem, entretanto, esquecer ou desprezar a lógica do capital” (Idem, 2008, p. 86).

Nos diversos níveis de governo percebe-se que a ação do agente público no turismo pode ser vista como uma forma de regulação e normatização que, na teoria, visa atender as necessidades de todos envolvidos direta e indiretamente pelo turismo. Com muitos interesses em jogo, o Estado utiliza a melhor estratégia para manter a “ordem”. Apesar destas considerações, a sua atuação é necessária, como ressalta Fratucci (2008), envolvendo desde o nível local ao nacional e sendo demandada até mesmo pelo próprio agente produtivo, neste caso, o mercado.

Ressalta-se que, ao longo das décadas, o Estado sofreu transformações: se antes ele era o principal responsável pelos investimentos no fornecimento de infraestrutura, nas ações de *marketing* e até no fornecimento de determinados equipamentos e serviços turísticos, hoje “vem se distanciando daquela postura e tornando-se mais um coordenador do processo de desenvolvimento; pelo menos é o que indicam os discursos dos governantes, impressos nos seus planos de desenvolvimento turístico” (FRATUCCI, 2008, p. 88). Apesar das mudanças, o autor afirma que

há uma clara inconsistência entre o que é divulgado nos discursos do poder público, nas manifestações oficiais dos agentes produtivos do mercado e o que realmente é praticado na gestão das áreas turísticas. Os discursos pregam o afastamento do Estado, mas a prática mostra que os próprios agentes do mercado se articulam e pressionam o Estado para que invista no fornecimento de toda a infra-estrutura necessária, para que eles se instalem sem riscos de perda ou prejuízo além de, também, articular para que esse mesmo Estado financie seus investimentos de maneira que lhes seja vantajosa (Idem, 2008, p. 89).

Cruz (2007) também destaca a atuação do Estado na produção do espaço para o turismo, pois ele

tem sido o grande produtor do espaço para o turismo por seu papel normatizador e também provedor de infraestrutura. Mas uma análise centrada no espaço nacional mostra que esse pressuposto tem nuances quando aplicado a casos empíricos e a escalas geográficas subnacionais (CRUZ, 2007, p. 11).

Outros autores como Krippendorf (1989) salientam que as comunidades receptoras também são agentes que participam do desenvolvimento da atividade turística, reforçando que se trata de um conjunto formado por pessoas com interesses diversos e diferenças sociais e econômicas. A comunidade receptora pode ser classificada em cinco categorias: a primeira é formada pelos profissionais que estão em contato permanente e direto com os turistas; a segunda,

constituída pelos proprietários de empresas turísticas; a terceira corresponde a uma parcela de habitantes que mesmo mantendo algum contato direto com os turistas, não dependem exclusivamente do turismo para obter renda; a quarta é formada pelos habitantes que praticamente não possuem qualquer contato com os turistas; e a quinta, pelos governantes e políticos que apostam no turismo como uma estratégia de elevação do nível de vida, ao menos no discurso que se prega às comunidades, o de “desenvolvimento para todos”.

As cinco categorias estão “permeadas pela questão das diferenças das classes sociais, as quais devem ser consideradas na análise da atuação dos agentes sociais do turismo” (FRATUCCI, 2008, p. 90). Essa observação é importante porque pode revelar os conflitos e os interesses dos agentes e a territorialização dos grupos.

Outra observação feita por Fratucci (2008) é a influência diferenciada e significativa que a segunda e a quinta categorias apontadas por Krippendorf possuem sobre o turismo.

Os empresários locais, mesmo que de pequeno porte, têm sua lógica de ação ditada pela lucratividade e, por isso, enquadram-se dentro do universo dos agentes produtivos do mercado (*trade* turístico). Os políticos e governantes por sua vez, atuam como poder público e, portanto, devem ser analisados a partir de uma outra lógica de atuação, da regulação e da normatização (FRATUCCI, 2008, p. 91).

No conjunto de agentes sociais envolvidos direta ou indiretamente com o turismo, Fratucci (2008) elenca ainda os trabalhadores diretos do turismo. Este grupo também é constituído por trabalhadores que ocupam cargos e funções bastante diferenciados.

parte da população residente nas áreas receptoras ou nas suas cercanias, autóctones ou migrantes, que se emprega nas diversas empresas ou atividades geradas pelo processo de turistificação e tem no turismo o meio principal de obtenção de renda para sua sobrevivência. Na sua grande maioria é oriunda de outros setores econômicos e depende diretamente dos fluxos de visitantes para obter seus ganhos e manter seus empregos (Idem, 2008, p. 91).

Os trabalhadores indiretos do turismo são inseridos como agentes do turismo. Isso se deve a vários fatores, dentre eles, a complexidade da cadeia do turismo (FRATUCCI, 008). São agentes que possuem grande relevância no processo, mas que, em muitos casos, suas opiniões não são levadas em consideração.

o trabalhador indireto, por não depender exclusivamente do ganho com o turismo, nem sempre percebe a importância da sua participação, com seu trabalho, para o sucesso da produtividade do sistema turístico local. Esse baixo nível de conscientização e de envolvimento desses trabalhadores indiretos tem dificultado o processo de desenvolvimento de muitos destinos turísticos, revelando outro ponto de conflito do turismo (Idem, 2008, p. 94).

No conjunto dos agentes do turismo, Fratucci (2008) aponta como agente social menos reconhecido pelo sistema turístico, mas que possui uma importância estratégica para o funcionamento da atividade, as populações residentes não envolvidas com o turismo. “Ao ceder o direito de uso do seu espaço de vida para o desfrute temporário dos turistas, concorda em vivenciar um encontro de duas alteridades (...) o que gera uma série de relações e interações entre os diversos agentes sociais aqui indicados” (Idem, 2008, p. 95). Estes agentes, a partir de suas ações e condutas, podem influenciar o funcionamento do sistema turístico local, sendo assim é fundamental considerá-los como parte do complexo que envolve o turismo.

Como se percebe, vários são os agentes envolvidos com o desenvolvimento do turismo em uma dada porção do espaço. Esses agentes atuam sobre o espaço provocando transformações. Alguns atuam mais diretamente sobre o espaço, são hegemônicos, como o Estado e o Mercado (CRUZ, 2007).

O consumo hoje não se restringe a objetos. O espaço também é consumido, tornou-se mercadoria de troca e entrou no circuito da comercialização. Áreas no entorno de patrimônios edificadas passam a receber investimentos em infraestrutura de transportes, circulação bem como estabelecimento e ampliação do setor de comércio e serviços, tanto por parte do Estado quanto do setor privado. Vale ressaltar que o uso do território é importante para a compreensão do processo, pois com a modernização do espaço, novos objetos estão sendo criados e a sociedade tem proporcionado um novo dinamismo ao território.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também, pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas as legislações civil, fiscal e financeira, que, juntamente, com o alcance e a extensão da cidadania configuram as extensões do novo espaço geográfico (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 21).

Nota-se que o caso brasileiro é bastante diferenciado se analisados os casos empíricos e as escalas nas quais o turismo se apresenta assim como a atuação do Estado nos três níveis do poder.

O consumo do espaço “se analisa no movimento da transformação do uso em troca - de sua mutação em mercadoria -, que impõe o fato de que seu acesso se realiza pela mediação do mercado, acentuando o papel e a força da propriedade do solo” (CARLOS, 1999, 175). Tal situação irá provocar mudanças nos modos de uso do solo nos planos local, mundial e regional, pois “No plano local, a consequência direta desse fato é o aprofundamento da separação entre espaço público e espaço privado. No plano mundial e regional, é a mercantilização dos espaços voltados às atividades do turismo” (Idem, 1999, p. 175).

O consumo do espaço interfere nas várias escalas, provocando mudanças na maneira como ele se apresenta. A separação entre público e privado gera segregação e, em algumas situações, percebe-se que espaços antes considerados públicos passam a ser privados devido às intervenções promovidas pelo turismo através de alguns processos, dentre os quais se destacam os de requalificação. Há outras situações em que edifícios antes “abandonados” (entenda-se nesse conjunto: terrenos vazios, prédios históricos deteriorados, etc.) se tornam objetos da especulação imobiliária, alvos da mercantilização das atividades ligadas ao turismo (criação de restaurantes de alto padrão, museus, galerias culturais, entre outros), que, em alguns casos, destoam da realidade do entorno ou não correspondem a um compromisso de preservação do patrimônio.

É importante destacar que “nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo. (...) Esse consumo se dá através do consumo de um conjunto de serviços, que dá suporte ao fazer turístico” (CRUZ, 1999, p. 14). Assim, a produção e o consumo do espaço pelo turismo se individualizam como colocado acima.

O consumo do espaço pode ser considerado um ato produtivo, pois há nesse contexto a “valorização do espaço a partir da produção de lugares destinados ao turismo e ao lazer. Desse modo, a produção do espaço determina o acesso diferenciado da sociedade, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos” (CARLOS, 2011, p. 83).

A valorização destes espaços ocorre justamente devido ao movimento das novas formas de dominação e ordenamento que proporcionam ao espaço a fragmentação, tornando-os negociáveis a partir de intervenções que se cumprem no mercado, como destaca Carlos (2011).

O turismo e o lazer figuram neste momento histórico como momento de realização da reprodução do capital, enquanto momento de reprodução do espaço, suscitados pela extensão do capitalismo. E assim que enquanto novas atividades econômicas, o turismo e o lazer produzem o espaço enquanto mercadoria de consumo “em si”, utilizando-se de suas características particulares. E, nesse aspecto, o turismo aparece no mundo moderno como uma nova possibilidade de realizar a acumulação, que em sua fase atual liga-se cada vez mais à produção do espaço. Produção esta que se coloca numa nova perspectiva, na qual o espaço ganha valor de troca enquanto possibilidade de realização do valor de uso, o que significa que a apropriação do espaço e os modos de uso tendem a se subordinar, cada vez mais, ao mercado (Idem, 2011, p. 87).

Neste sentido, estas discussões sobre a produção e o consumo do espaço se fizeram necessárias para melhor compreensão da proposta sobre a qual o presente trabalho busca abordar. No próximo item será apresentada uma análise da relação entre a Geografia e o patrimônio cultural.

## **1.2 - Geografia e patrimônio cultural: qual a relação?**

Tratar sobre a Geografia e o patrimônio cultural não é uma tarefa de fácil apreensão. A relação existente entre eles é importante para a análise deste trabalho, que trata sobre a produção do espaço. De início, pode-se afirmar que todo patrimônio ocorre num determinado espaço, o que o torna interessante do ponto de vista da análise geográfica. Porém, existem outros elementos importantes que serão expostos ao longo deste tópico para a compreensão desta relação.

Primeiro, faz-se necessário analisar o processo do qual decorre a formação dos patrimônios, da forma como se apresentam. O conceito de patrimônio, num primeiro momento, pode ser entendido como aquilo que as pessoas, físicas ou jurídicas, possuem de valor – seus bens, posses, aquilo que se deixa como legado para seus descendentes (MACHADO & PIRES, 2012). No entanto, a interpretação pelo viés individual e econômico não é a única forma de se compreender o conceito, que precisa ser analisado em sua complexidade.

Nos últimos anos as discussões sobre patrimônio cultural têm ganhado visibilidade no cenário nacional. Isso se deve a vários fatores, dentre eles, o fato de que cada vez mais as pessoas temem a ameaça de esquecimento ou desaparecimento dos bens patrimoniais (NIGRO, 2010). Acrescente-se a isso outros fatores, como os de ordem econômica e política, que em alguns casos de projetos de requalificação de centros são os principais a serem considerados na execução de obras.



Quando se trata de patrimônio cultural, “partimos do pressuposto de que o patrimônio natural, material ou imaterial é, sempre, patrimônio cultural” (PAES-LUCHIARI, 2007, p. 27). Na interpretação proposta pela autora, observa-se que o patrimônio cultural envolve um conjunto e que não é representado apenas pelo edificado. Vale ressaltar que a visão de patrimônio edificado ainda se faz bastante presente nas políticas de preservação, apesar dos avanços quanto ao patrimônio imaterial, o que será discutido no Capítulo 02 desta dissertação.

Tratar questões relacionadas ao patrimônio cultural é tratar de valores. É entendê-lo como um fenômeno social, “sempre vinculado a um espaço e tempo específicos - é preciso entender também historicamente as formas de sociabilidade, que são extremamente variáveis” (MENESES, 1992, p. 189). O patrimônio deve ser compreendido não apenas como elemento constituinte do espaço, mas sim como elemento que se constitui em um espaço e que, através do tempo, permite imprimir no espaço marcas do passado, tanto pelas formas como pelas relações que foram estabelecidas ao longo do tempo.

De acordo com Meneses (1992), o centro de qualquer apreensão referente ao patrimônio cultural é “político por natureza”. Essa dimensão política é expressa como um elemento significativo porque revela que o patrimônio tem seu papel no processo de produção do espaço geográfico. A eleição de um patrimônio corresponde sempre a um processo socialmente seletivo (PAES-LUCHIARI, 2005).

O patrimônio envolve herança e propriedade, como aponta Paes (2010). Apresenta-se enquanto elemento espacial significativo e constituinte da própria identidade cultural. Sendo ele constituinte da identidade, é marcado por valores e significados que determinado grupo lhe confere. O patrimônio cultural compreende ainda várias dimensões, representando ideias e valores abstratos. É visto como um elemento mediador entre “diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais” (GONÇALVES, 2005, p. 16).

Para Paes (2009), uma das formas mais recorrentes para se interpretar o patrimônio remete à história sociocultural que deve ser preservada. Essa necessidade conduz à compreensão das dimensões cultural, técnica e política.

Cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que

devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas – o tombamento é, assim, uma ação cultural, técnica e política (PAES, 2009, p. 163-164).

Neste sentido, a patrimonialização abarca “um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais” (PAES, 2009, p. 164). Tratar de questões voltadas a esse tema requer o entendimento de que esse processo é conflituoso e contraditório na produção do espaço.

Paes (2010) ressalta ainda que a memória ou o tempo são elementos que, em distintas escalas e extensões espaciais, compartilham de esquemas e formas de estruturar a explicação simbólica do mundo e da vida cotidiana.

Interpretar a valorização do patrimônio no planejamento territorial nos possibilita reconhecer as imagens que são selecionadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades. Ou seja uma construção simbólica com base espacial (PAES, 2010, p. 23).

A categoria de patrimônio cultural está presente quando se observa a atribuição de um valor social, representado “pela mediação entre o sujeito e o objeto, o material e o imaterial, o afetivo e a ferramenta normatizadora, a esfera política e econômica e a esfera do cotidiano” (PAES, 2010, p. 22).

O patrimônio cultural em seu conjunto “expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social” (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 96). Permite identificar as diferenças entre os grupos sociais e a supremacia dos que gozam de um ingresso preferencial à produção e distribuição de bens, como ressaltou García Canclini (1994). Esta visão é recorrente e está relacionada à própria forma como este conjunto se apresenta e como as políticas de recuperação e preservação atuam sobre o patrimônio.

Tendo em vista tais observações, García Canclini (1994) propõe uma redefinição do patrimônio cultural. Para o autor, ele “não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis” (Idem, 1994, p. 96). Outro ponto diz respeito à “ampliação da política patrimonial de conservação e administração”

(Idem, 1994, p. 96) do que foi estabelecido no passado aos usos sociais que incluem esses bens às necessidades contemporâneas da maioria e, por último, destaca que “o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular” (Idem, 1994, p. 96).

Esta redefinição proposta pelo autor é interessante para a compreensão do valor e do significado do patrimônio cultural. Ao propor a ampliação do conceito, esta interpretação permite envolver elementos que antes não eram considerados, a exemplo dos elementos da cultura popular: manifestações religiosas, tradições folclóricas, etc. No caso da cidade de Bragança, tem destaque a festividade de São Benedito.

Segundo Meneses (1992), é ainda importante considerar o uso cultural que se faz da cultura. Deve-se ultrapassar a barreira que neutraliza e reduz tal conceito. Para isso, é preciso “irrigar todo o tecido vivo da existência é fazer com que a ação cultural passe, precisamente, pelos terrenos mais importantes dessa mesma existência” (Idem, 1992, p. 97).

Apesar do avanço na ampliação do conceito, ainda não há “uma legislação suficiente para proteger manifestações culturais tão diversas e intervir em seus usos atuais” (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 96). O entendimento do patrimônio enquanto capital cultural

Tem a vantagem de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como um processo social que, como o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 97).

No processo de interpretação do patrimônio, é importante ter em vista que se trata de um espaço de disputa econômica, política e simbólica, atravessado pela ação de três tipos de agentes: o Estado, o setor privado e os movimentos sociais (GARCÍA CANCLINI, 1994). Cada um desses agentes imprime sua interpretação, de forma que “as contradições no uso do patrimônio tem a forma que assume a interação entre estes setores em cada período” (Idem, 1994, p. 100). Ao longo do tempo, o patrimônio torna-se um elemento de disputa e apropriação pelos diversos agentes que passam a imprimir nestes valores e significados de acordo com seus interesses.

Além disso, é preciso entender como o patrimônio é interpretado, haja vista que envolve não somente as formas do passado, mas também o conjunto de manifestações culturais que fazem parte do lugar. As formas do passado que permanecem no presente são compreendidas aqui como rugosidades espaciais (SANTOS, 2008). Podem, didaticamente, serem entendidas como prédios, palácios, casarões antigos e outros, que remontam a um determinado período histórico e que

permanecem com as mesmas funções que tiveram no passado ou que passam a abrigar novos usos.

Na Amazônia, a requalificação urbana pode ser “compreendida como (funções, usos, apropriações etc.) e que se mostra em estreita sintonia com determinadas estratégias de desenvolvimento e interesses de agentes que definem formas específicas de controle de frações do urbano” (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 485). Estas práticas de requalificação, em muitos casos, a serem exemplificadas no Capítulo 02, visam o atendimento de uma determinada demanda da sociedade ou de uma determinada atividade, como ocorre no turismo. No Pará, vários estudos confirmam essa situação (TRINDADE JÚNIOR & AMARAL, 2006) e (TRINDADE JÚNIOR, 2009).

O patrimônio tem sido objeto de pesquisa, pois serve “como ponte, mediação entre dimensões que foram tratadas comumente na ciência moderna como oposições” (PAES, 2009). Na Ciência Geográfica, os estudos sobre a valorização das dimensões culturais e simbólicas só iniciaram a partir do final da década de 1960, com o movimento de renovação da Geografia através dos estudos propostos pela Geografia Crítica, Geografia Humanista, Geografia da Percepção e Nova Geografia Cultural, de acordo com Nigro (2010).

Quando se fala em Geografia e patrimônio é possível observar a intersecção entre eles através de três dimensões chave (GRAHAM, ASHWORTH & TUNBRIDGE, 2000 apud NIGRO, 2010). A primeira é que o patrimônio é um fenômeno inerentemente espacial. A segunda, que ele é de grande importância para a Geografia, já que trata de questões como a significação, a representação e a identidade. A terceira, que não é apenas um bem cultural, mas também econômico, possuidor de múltiplos usos e costumes e uma fonte potencial de conflitos pela diversidade de interesses dos grupos envolvidos. Para a Geografia, “interessa considerar o patrimônio como campo de tensões sociais e assim revelar como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de ‘pertencimento’” (NIGRO, 2010, p. 69). Neste contexto, percebe-se que a preservação do patrimônio é uma forma de intervenção, que pode ser analisada tanto pelo caráter normativo quanto simbólico.

Com relação ao caráter normativo, importa considerar suas formas jurídico-administrativas que impõem restrições às mudanças no uso e ocupação dos bens preservados e de seus entornos, impulsionando, diretamente, o surgimento de novos modos de gestão e uso do território. Com relação ao caráter simbólico, deve-se ponderar

que a consagração oficial que transforma alguns bens culturais em bens patrimoniais, lhes confere um efeito de diferenciação social, fazendo com que novos significados lhes sejam atribuídos (Idem, 2010, p. 70).

O interesse da Geografia pelo patrimônio ocorre, também, porque patrimônio e território estão correlacionados. Nigro (2010) aponta que ambos possuem uma dupla natureza que é material e ideal, estabelecendo-se como referências causadoras do domínio tanto pelo viés ideológico quanto político. Além disso, apresentam-se como fenômenos culturais.

Uma das características comuns mais importantes é que os dois só podem existir através de uma apropriação coletiva (que lhes atribui significações e que é expressa numa base espacial). Assim tanto no caso do patrimônio, como do território, existe um processo de adoção em jogo, através do qual um grupo se apropria de um território ou de um patrimônio, não somente para lhe imprimir significações, mais ainda para se identificar através dele (NIGRO, 2010, p. 73).

Assim, a relação entre Geografia e patrimônio requer a compreensão da forma como isso irá ocorrer. Como foi exposto até aqui, o patrimônio interessa à Geografia. A relação entre patrimônio e o território também importa ser discutida, pois se insere em um jogo de interesses de ordem material e imaterial que se constitui no espaço.

O conceito de território utilizado neste trabalho é o proposto por Haesbaert (2002, 2004). Para o autor, é possível pensar o território a partir de uma visão integradora, que abrange tanto a dimensão espacial material das relações sociais, quanto o conjunto das representações presentes no espaço. O território é o

(...) produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio e o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2002, p. 121).

O território é resultante da atuação das múltiplas relações de poder, pois há neste contexto a existência da atuação daquelas mais intimamente ligadas a fatores político-econômicos àquelas relacionadas diretamente às questões de caráter cultural, com ênfase no poder simbólico, por exemplo.

Nigro (2010) aponta que desde a década de 1960, a exploração turística do patrimônio cultural vem ganhando destaque como instrumento de salvaguarda, viabilizando intervenções de restauro e conservação de bens culturais. A valorização do patrimônio “como elemento

fomentador das atividades turísticas compreende um universo analítico muito instigante à geografia, pois corresponde a uma tendência que se institui querendo conciliar dois campos bem distintos: mercado e políticas de preservação” (Idem, 2010, p. 75).

É por isso que ao longo deste texto tem-se chamado atenção para os agentes envolvidos nas políticas de preservação do patrimônio e nas políticas de turismo e para as formas de uso e apropriação desses espaços. Conciliar dois campos tão distintos à luz de uma análise geográfica é um desafio que se coloca, haja vista que em determinadas situações os interesses se mostram bastante divergentes e conflituosos. No item seguinte será exposta a discussão entre patrimônio e sua apropriação pelo turismo.

### **1.3 - Patrimônio e turismo: breve análise**

Tratar sobre as questões ligadas ao patrimônio não é uma tarefa tão fácil, principalmente, quando se tenta analisar a relação entre patrimônio e turismo, em especial o turismo cultural. Como mencionado no item um deste capítulo, o turismo passou a ter diversas segmentações e é preciso considerá-las quando se trata da relação entre patrimônio e turismo. Uma delas é o turismo cultural, que se caracteriza pelo deslocamento de pessoas motivadas pelo conhecimento de outra cultura, seja através de sítios históricos, patrimônios históricos e outros elementos da cultura material ou de eventos culturais, manifestações artísticas, folclóricas, religiosas, rituais etc.

“Ya hemos señalado que en la actualidad es ampliamente aceptado que el turismo puede transformar un patrimonio existente en atractivo turístico, y que esta transformación es interpretada positivamente y, por lo tanto, es incentivada” (BERTONCELLO, 2010, p. 38). Apesar disso, o autor ressalta que tal afirmativa é passível de questionamentos a fim de um tratamento que possibilite uma melhor compreensão sobre o tema.

A definição de patrimônio é “un proceso complejo y muchas veces conflictivo, su valorización turística y la necesidad de responder a los intereses de los turistas pueden intervenir complejizando aún más estos procesos, y haciéndolos más conflictivos” (BERTONCELLO, 2010, p. 39), o que se faz importante para compreender como o turismo cultural irá se expressar e se apropriar do patrimônio pois

La selección de patrimonio para el turismo refuerza los procesos de selección propios de la activación patrimonial y otorga mayor visibilidad y relevancia al patrimonio elegido para el turismo, relegando al resto a una mayor opacidad y desjerarquización (Idem, 2010, p. 39).

O processo de seleção dos patrimônios pelo turismo proporciona ao espaço mudanças significativas do ponto de vista do conjunto de patrimônios. Ao se eleger apenas alguns bens, pode-se gerar o “abandono” do restante. Neste sentido, é necessário investigar melhor quais os critérios estabelecidos para a seleção do que é protegido e como se realiza esse processo.

Em muitos casos, a seleção ocorre não necessariamente pelo valor patrimonial e pela relação de identidade estabelecida com a população, e sim pelos interesses de mercado e agentes da iniciativa privada que passam a dotar um dado bem patrimonial de equipamentos que permitam alterações no processo de produção do espaço e o seu consumo.

Meneses (2012) ressalta que é comum notar na cultura de nossa sociedade a transformação de espaços díspares em espaços de memória, centros culturais que querem interpretar as identidades. “Mudam-se as funções dos lugares para transformá-los em espaços museológicos, muitas vezes investindo-se recursos públicos vultuosos e retirando, além da função, a vida cidadã existente nesses espaços” (Idem, 2012, p. 32).

Esta situação não ocorre exclusivamente nos grandes centros históricos tombados. Pequenas cidades também passam por situações semelhantes. Prédios históricos, como mercados, passam por processos de revitalização que provocam mudanças e a “expulsão” da população do seu local de trabalho para torná-lo um espaço para turistas, o que será melhor discutido nos próximos capítulos.

Schneider (2006) aponta que o turismo cultural foi, nas últimas décadas do século XX e nesta primeira do século XXI, uma realidade para muitos municípios que queriam se desenvolver e valorizar a cidade. Ao conferir valor aos vários tipos de manifestações culturais, folclóricas, artesanais ou mesmo à arquitetura da cidade, o turismo cultural proporcionou melhorias à população local.

Necessário ressaltar que a afirmativa acima é relativa, haja vista que nem sempre o turismo traz benefícios à população. Em muitos casos, impõe-se e apropria-se de espaços antes considerados públicos. Após os processos de intervenções urbanísticas, alguns espaços tornam-se privados ou passam a exercer novas funções, como é o caso do patrimônio em algumas cidades.

O discurso de preservação permanece, mas as ações revelam para quê e para quem servem os patrimônios. Em muitos casos, apenas ao turismo.

No entanto, para tornar-se realmente atrativo aos visitantes, Schneider (2006) mostra que o turismo cultural deve abarcar a comunidade em torno deste objetivo, não só pela possibilidade da ampliação da economia local com a entrada de divisas, mas especialmente visando o aproveitamento do turismo cultural como propulsor do espírito comunitário e da melhoria da qualidade de vida da própria população. Mas isso nem sempre ocorre, por conta de vários fatores. Para citar um, destaca-se a não participação da população na elaboração das políticas de turismo e de preservação dos patrimônios. Ocorre de a população ser apenas informada sobre as ações que serão adotadas ou, quando é participante, é considerada somente no âmbito do processo consultivo para optarem por ações previamente determinadas por outros agentes ordenadores do território.

Nigro (2010) ressalta que, em certas situações, o turismo cultural se beneficia do consumo do patrimônio que, convertido em produto, é comercializado como algo que transpira cultura, assegurando, assim, sua imanência positiva, importante e autêntica. No entanto, como somente uma parte do passado ficou armazenada em objetos de cultura, a característica de raridade leva à atribuição de novos valores àquele patrimônio.

Por outro lado, ressalta Dencker (2010)

Enquanto produto cultural, o patrimônio integra o processo da economia política como um todo, não fugindo a lógica de espetacularização que contamina a cultura: o edifício que se ilumina, os objetos que se expõem no museu, entre outros recursos, atuam como agentes mercadológicos interferindo na gênese de valor desses bens, algo que determina a força axiológica desses objetos e as experiências específicas que a eles se associam (DENCKER, 2010, p. 151).

Em determinados casos, o patrimônio se inclui dentro de uma lógica de espetacularização que o submete a um processo de mercantilização da cultura. Cada vez mais, o que era o particular, singular, tende a tornar-se homogêneo. A exemplo disso, observa-se a reprodução de centros históricos. Vale ressaltar que não se pode generalizar tal situação, embora esta seja visível quando se analisam intenções e objetivos de alguns projetos de intervenção urbanística ligados à requalificação de centros no Brasil. Não é o caso da cidade de Bragança.

Meneses (2012) também chama atenção para o “entusiasmo pela promoção e valorização do patrimônio” destacado por Poulot (2009). De acordo com Poulot, há uma ideia de que o



turismo cultural pode gerar relações econômicas para grupos sociais ampliados a partir de incentivos de diferentes setores e agentes.

Cabe analisar que “esse incentivo é apenas parcialmente cumprido, uma vez que a desmesurada vontade patrimonialista pode não ter aderência suficiente para se sustentar como atrativo para visitantes” (MENESES, 2012, p. 33). O autor adverte ainda que em várias partes do mundo tem-se o exemplo de investimentos em propostas patrimonialistas novas que não se preocupam com uma apropriada interpretação do bem patrimonial, o que pode gerar um descrédito, fazendo com que o bem não se firme enquanto atrativo turístico.

Nas últimas décadas, a valorização do patrimônio cultural para fins turísticos tem evidenciado a associação entre o “urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território” (PAES, 2009, p. 166). Neste sentido, “as imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial” (Idem, 2009, p. 166).

O turismo cultural se favorece desse consumo do patrimônio que, transformado em mercadoria, é vendido como algo que transpira cultura. (...) em geral o consumo turístico do patrimônio aparece dentro de um campo reificado e fetichizado, algo que distancia a compreensão da inserção dos bens culturais na esfera das vivências sociais e mesmo dos processos sociais que os geram (NIGRO, 2010, p. 75).

Assim observa-se que o patrimônio cultural possui uma íntima ligação com o desenvolvimento do turismo cultural. Este segmento apropria-se dos patrimônios, que são em alguns casos “vendidos” para o consumo dos turistas. No entanto, existem situações nas quais o desenvolvimento da atividade turística pode contribuir para a preservação de bens patrimoniais. Mas, para que isso ocorra, há necessidade de que a população local perceba os patrimônios como sendo parte de suas identidades e que participem das ações voltadas ao desenvolvimento do turismo nas cidades e das políticas ligadas à preservação do patrimônio, pois “as políticas culturais não deveriam ser, como ocorre, diretrizes e estratégias para ação de órgãos e áreas culturais, destinadas ao uso de órgãos e áreas culturais e respectivos públicos” (MENESES, 1992, p. 95), elas devem ir além.

As sociedades de massa e a indústria cultural ainda tratam a “cultura como um mecanismo de segregação e fragmentação e circunscreve seu raio de ação balizado por produtos, produtores, órgãos, lugares e equipamentos culturais” (MENESES, 1992, p. 95). A cultura torna-se, cada vez mais, um elemento de comercialização e espetacularização, o que não é o caso da cidade de Bragança. Isto revela que tais processos nem sempre significam que o patrimônio está sendo devidamente preservado.

Para entender melhor as questões ligadas ao patrimônio e seu envolvimento com o turismo a partir de políticas públicas, no próximo capítulo será apresentada uma breve análise da trajetória da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, destacando-se a atuação do Iphan nas várias esferas de poder.

## **CAPÍTULO 02 - A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA FEDERAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ: BREVE ANÁLISE**

Este capítulo apresenta parte da trajetória da política federal do patrimônio no Brasil, apontando processos, ações e agentes envolvidos, bem como o cenário político e social que influenciou esta trajetória. Será apresentada e discutida a atuação do Iphan no Estado do Pará em relação aos processos, ações, agentes e à postura do órgão em relação à diversidade cultural da região.

### **2.1- A “fase heroica”<sup>5</sup>- 1930-1960: processos, ações e agentes**

Analisar a trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil exige o entendimento do panorama político, social e cultural nacional. É necessário considerá-la para compreender a totalidade que envolve um campo tão permeado de conflitos, interesses e agentes como é a discussão sobre a preservação patrimonial.

Na escala mundial, foi a partir da Revolução Francesa que o conceito de patrimônio histórico passou por transformações até chegar ao que se conhece hoje. “É a partir desse contexto revolucionário que a preservação do patrimônio deixa de ser uma preocupação de eruditos ou de setores da Igreja Católica e se torna objeto da preocupação de um governo, embora também de maneira contraditória” (MEIRA, 2004, p. 2). Essa mudança impulsionou a formação de uma gestão do patrimônio baseada numa estrutura de preservação estatal e centralizada que se espalhou pelo território francês e que serviu de inspiração a vários países do Ocidente, inclusive o Brasil.

Neste contexto há de se destacar que pensar, criar e implementar uma política de preservação do patrimônio requer um conjunto de ações que sejam capazes de envolver bens materiais, mas também a imaterialidade presente nas manifestações culturais, religiosas, ofícios, saberes, entre outras. Além disso, ressalta-se a importância de conhecer os processos, critérios e agentes envolvidos na elaboração das políticas. Mas, sobre qual política de preservação do patrimônio está se discutindo? Dentre as várias que se constituíram ao longo do tempo, este trabalho concorda com a ideia de que política deve ser abrangente:

(...) uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível

<sup>5</sup> O termo “fase heroica” refere-se à denominação apresentada no trabalho de Maria Cecília Londres Fonseca (1997).

ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa (FONSECA, 1997, p. 36).

O campo sobre o qual se debruça a política deve envolver bem mais que a proteção dos bens e a forma de participação do Estado. Deve contemplar as particularidades locais e a participação da sociedade – aspectos desconsiderados em alguns casos -, pois tratar de patrimônio cultural requer considerá-lo em seu sentido amplo.

As políticas públicas voltadas ao patrimônio sempre contaram, de certa maneira, com a participação maciça de arquitetos que pretendiam atender determinados interesses de classes dominantes ao formularem tais políticas. Isso foi algo que ocorreu tanto no Brasil como em outros países (MEIRA, 2004).

As discussões sobre patrimônio começaram a ganhar espaço no Brasil ainda nas primeiras décadas do século XX. Fonseca (1997) propõe uma periodização do processo de implementação das políticas de preservação do patrimônio, destacando que, a partir da década de 1920, a temática do patrimônio passou a ser considerada politicamente relevante, implicando a participação do Estado. Neste período, alguns grupos passaram a debater a proteção de monumentos históricos, o que fez surgir as primeiras inspetorias estaduais nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

No âmbito social e político, o Brasil vivenciava o período da ditadura militar. Fatos como o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, provocaram mudanças na vida política e cultural da população brasileira. Estes fatos contribuíram para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, como destacou Fonseca (1997).

O movimento modernista foi de grande relevância para as transformações que começaram a ocorrer na área do patrimônio. Lima (2012) ressalta que o surgimento do SPHAN foi fruto do desdobramento de movimentações artísticas e políticas que germinavam em diferentes estados brasileiros e que culminaram na Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922. O Modernismo trouxe para aquele momento propostas novas e revolucionárias, mas também reivindicava a tradição. Foi uma das principais expressões da primeira metade do século XX ao qual aderiram vários intelectuais – dentre eles, Mário de Andrade, sem dúvidas, o maior expoente do movimento no Brasil.

Inicialmente, contou com a pouca participação dos modernistas na vida política em comparação com outros grupos. Fonseca (1997) aponta que existiram duas correntes: uma de orientação mais liberal, que se apresentava, principalmente, através do Partido Democrático (PD) e outra mais conservadora, constituída por um grupo católico que posteriormente formou outros grupos, todos antirrevolucionários.

As idéias de Mário de Andrade foram interessantes para o contexto nacional, pois contribuíram para uma visão diferente do que se tinha até aquele momento. O escritor também influenciou na cultura e nas políticas voltadas à preservação do patrimônio. Seus pensamentos e ideias foram inspiradores para a cultura brasileira, “seu idealismo, sua produção intelectual e sua capacidade de execução – apesar da morte prematura, em 1945 – legaram os brasileiros um vastíssimo território semeado por seu pensamento criativo, cheio de paixão e vivacidade que não envelheceu pelo tempo” (CHUVA, 2012, p. 150).

Os acontecimentos na vida política e cultural que ocorreram na década de 1920 no país ganharam força apenas nas décadas seguintes. Destaca-se aqui a entrada dos intelectuais modernistas na política nacional.

Esses movimentos da década de 1920 – tanto na esfera política quanto na intelectual – tinham em comum a crítica aos modelos políticos e culturais da Velha República. Apesar da heterogeneidade de tendências, provocaram a progressiva erosão da legitimidade do regime e mobilizaram a opinião pública para a idéia de mudança. No campo da cultura sua sedimentação foi mais lenta e apenas a partir do final dos anos 30, e nos anos 40, alcançou um reconhecimento mais amplo, também em função de apoio oficial (FONSECA, 1997, p. 85).

A participação dos modernistas na política efetivou-se no pós-revolução de 1930, quando o governo Vargas criou vários órgãos, dentre eles o Ministério da Educação e Saúde (MES), como apontou Fonseca (1997). Este fato, ligado à instauração do Estado Novo, contribuiu para a instauração da censura pelo Estado e a ampliação do espaço aos intelectuais para a maior participação na vida social e política do Brasil com o aval do governo.

A concepção de cultura produzida pelo SPHAN esteve muito mais envolvida com as ideias do Modernismo do que propriamente com as dos projetos educacionais ou mesmo dos aparelhos de persuasão ideológica do Estado Novo (FONSECA, 1997). Foi nesse contexto que se criaram os documentos que mais tarde viriam dar base ao seu surgimento.

Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, foi quem encomendou o anteprojeto de um serviço nacional ao escritor Mário de Andrade, primeiro diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura da São Paulo, de 1934 a 1937. Esse anteprojeto foi utilizado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do órgão- o Sphan-, afinal criado pela Lei nº 378, de janeiro de 1937, e pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano (OLIVEIRA, 2008, p. 115).

Gustavo Capanema e Mário de Andrade tiveram um papel importante neste contexto, mas foi Rodrigo Melo Franco de Andrade que, em 1937, criou o projeto final que deu origem ao órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde.

O SPHAN começou a funcionar em 1936 através da Lei nº 278, de 13 de janeiro de 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco, quando foi criado o conselho consultivo e passou a agregar oficialmente a composição do MES, como apontou Fonseca (1997). Uma das primeiras iniciativas referentes à preservação do patrimônio foi a elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional. Mas este não foi o primeiro órgão de proteção do patrimônio. No ano de 1934 já existia a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que atuou de forma incisiva na restauração de monumentos de Ouro Preto. Quando foi desativada, o SHPAN tornou-se o órgão federal responsável pelas ações voltadas à preservação dos patrimônios.

As atividades do SPHAN eram diversificadas. Envolviam pesquisas, viagens, tombamento e restauração. Havia naquele momento “uma verdadeira obsessão pela idéia da originalidade de um monumento e por sua catalogação dominava a atuação dos técnicos” (OLIVEIRA, 2008, p. 120). De acordo com a autora,

A atuação do Sphan se dava mediante o mecanismo do tombamento dos remanescentes da arte colonial ameaçados pela urbanização, pelo saque, pela comercialização dos antiquários e colecionadores. Esse primeiro momento da política de preservação do patrimônio brasileiro orientou-se por uma concepção de política cultural- mais tarde chamada de “pedra e cal”-, executada principalmente pelo estatuto do tombamento (Idem, 2008, p. 120).

Ela ressalta que a expressão “tombamento” vinha do direito português, no qual o verbo “tombar” significava “inventariar” ou “inscrever” nos arquivos do reino, guardados na Torre do Tombo. O Artigo 4º do Decreto-Lei nº 25 estabelece os seguintes livros do tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro dos Tombos de Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

No decorrer da atuação do SPHAN, destaca-se que a perspectiva estética foi predominante. Estilos como o barroco, o neoclássico e o moderno foram os mais valorizados. O órgão foi exigente, pois como bem destacou Oliveira (2008), buscou-se nas técnicas de restauração a perfeição dos modelos originais que devia ser rígida, não aceitando nem a imitação nem a reprodução.

Para o Sphan era possível restaurar e preservar o passado- um passado autentico-, e com essa releitura do passado se construir o futuro. Algo similar ao pensamento do Estado Novo, que propunha o resgate do passado para lançar-se ao futuro. Conhecer o passado, a tradição ajudaria a iluminar a construção de uma nova consciência para o futuro (OLIVEIRA, 2008, p. 122).

Nos primeiros anos do SPHAN, os processos de tombamento foram conduzidos praticamente pelos funcionários ou colaboradores (FONSECA, 1997). Essa atitude revela a mínima participação que agentes externos tiveram nos processos. A forma de “organizar” refletiu diretamente sobre os patrimônios: os critérios de seleção se fizeram de forma muito subjetiva. No que se denominou “fase heroica”, os critérios de constituição do patrimônio pelo SPHAN se deram com:

- 1) o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas.
- 2) prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista.
- 3) a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes.
- 4) na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos Livros do Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições (FONSECA, 1997, p. 116).

Na fase heroica apontada por Fonseca (1997), era nítida a centralização do poder, bem como das ações e dos agentes envolvidos nos processos de salvaguarda, realizadas quase que exclusivamente sobre o patrimônio histórico. Neste período, a política de patrimônio seguia os moldes do que se propusera para a Nação. Houve grupos que se opuseram à prática exercida naquele momento. A postura adotada pelo SPHAN, e em especial pela rede criada por Rodrigo

Melo Franco, gerou conflitos com regionalistas do nordeste. Com o passar do tempo, vários estudos foram sendo elaborados, os pioneiros do SPHAN obtiveram apoio e

Criaram a consciência nacional que deu suporte a uma prática de proteção ao patrimônio baseada no tombamento e que, vale ressaltar, limitava o direito de propriedade em nome de valores culturais, valores de identidade nacional. A equipe do Sphan considerava-se intérprete e porta-voz da sociedade brasileira, acima dos particulares e do governo. Agia em nome do interesse maior da nação (OLIVEIRA, 2008, p. 123).

Isto perdurou nos governos militares até a fase mais dura da repressão. A partir de então, o campo da cultura passou a ser observado de outra forma. A partir da década de 1960 começaram os debates sobre a concepção de cultura e patrimônio, buscando legitimidade e a reorganização da esfera cultural (OLIVEIRA, 2008). Estes diálogos ganharam outras formas e os conceitos começaram a mudar nos anos 1970, como será exposto no item seguinte.

## **2.2- A “fase moderna”<sup>6</sup>- Pós-década de 1970: processos, agentes e avanços**

Segundo Fonseca (1997), a década que sucedeu o pós-Estado Novo não representou de fato uma ruptura com o passado. As mudanças ocorreram nas décadas seguintes, a partir de 1960 com o movimento de politização da atividade cultural que se expandiu em outros setores da sociedade, também influenciado pelo ideário do Partido Comunista. O SPHAN, todavia, enquanto órgão voltado à preservação do patrimônio “era uma ilha à parte das grandes questões culturais e políticas” (Idem, 1997, p. 140), pois a força da instituição estava centrada na figura de seu diretor. A princípio, nos anos de 1960, criaram-se os Centros Populares de Cultura que, apesar de objetivarem a instrumentalização da arte a serviço da revolução, tinham suas bases em uma noção dogmática de arte e cultura popular, como bem destacou a autora. Em certa medida, isso foi a expressão e “manutenção” da ideia de que a arte e a cultura popular deveriam ser construídas por autores politizados. As massas populares mais uma vez foram silenciadas.

Nos anos que se sucederam, surgiram alguns grupos que se opuseram à ideologia dominante. No entanto, a repressão sobre esses grupos continuou, os meios de comunicação passaram a ser uma arma poderosa para a disseminação da “cultura de massa” e restavam poucos meios de resistência, como alguns jornais (FONSECA, 1997).

---

<sup>6</sup> O termo “fase moderna” refere-se à denominação apresentada no trabalho de Maria Cecília Londres Fonseca (1997).



Vale ressaltar que, no contexto mundial, vários movimentos na área cultural ganhavam força, principalmente no Pós-Segunda Guerra Mundial. Chuva (2012) destaca que as transformações que ocorreram nesse período influenciaram diretamente a configuração e constituição dos Estados Nacionais e que o advento da tecnologia contribuiu para o amortecimento do poder exercido pelos Estados, o que contribuiu para a expansão do poder transnacional e a promoção de novos valores.

Em meados da década de 1960, a imagem do SPHAN mudou. Anteriormente, era visto como um agente fundamental nas questões que envolviam a discussão sobre patrimônio. Com as transformações no cenário internacional e nacional, ele passou à função de negociador, como ressalta Fonseca (1997). Essa mudança fez com que o órgão recorresse a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para reformular sua atuação.

O objetivo era demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado (FONSECA, 1997, p. 142).

No Brasil, a influência global na política voltada para a área da cultura expressou-se com a criação de vários instrumentos que tinham por objetivo organizar a produção e distribuição dos bens culturais no país, como destacou Meira (2008). O golpe militar de 1964 permitiu, em certa medida, a mudança de orientação do que se tinha até aquele momento.

A década de 1970 começou influenciada pelos debates da década anterior e também pelos acontecimentos que estavam ocorrendo a nível nacional. Na gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura, criou-se a Política Nacional de Cultura, que teve como objetivo a inserção da cultura em uma política de desenvolvimento social traçada para aquele período (CHUVA, 2012).

Foram criados órgãos e projetos de intervenção voltados ao patrimônio. Algumas ações foram o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) (FONSECA, 1997; OLIVEIRA, 2008). Como mencionado anteriormente, a descentralização das ações passou a ser um dos princípios da nova política que começava a ser delineada no campo cultural.

O PCH foi um programa criado em 1973 que teve por objetivo a viabilização de iniciativas referentes à preservação do patrimônio em cidades da região nordeste. Estas iniciativas envolviam a criação de infraestrutura capaz de atender o desenvolvimento e manutenção de atividades ligadas ao turismo e ao uso de bens culturais como fonte de renda (FONSECA, 1997). Os focos de atuação das intervenções envolviam igrejas, monumentos e casas que representassem alguns dos ciclos econômicos que constituíram a geração de riquezas para região, como o cultivo cana de açúcar, o beneficiamento do couro, a produção do algodão, entre outros.

Foi através do PCH que a preservação de bens culturais passou a integrar os planos de desenvolvimento econômico do país, buscando-se naquele momento a integração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento por meio de ideias que surgiram pautadas na diversidade e pluralidade cultural do Brasil (OLIVEIRA, 2008; CHUVA, 2012).

Apesar de se criar um programa que tentou suprir as necessidades financeiras e administrativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – e não mais SHPAN –, outras questões, conceituais e técnicas, ficaram ainda sob responsabilidade total do órgão, como afirma Fonseca (1997), mantendo assim a centralidade do poder nas mãos de uma minoria.

A criação do CNRC em 1975 tinha como objetivo mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil. Assim, as referências da dinâmica cultural seriam agrupadas e armazenadas em bancos de dados para posteriormente retornarem às comunidades. Diferente das noções anteriores de patrimônio cultural, o CNRC trabalhava as noções de bem cultural e cultura popular. As ideias propostas eram um “confronto com a perspectiva do folclore da CDFB, também se colocava reticente com relação à prática de preservação do patrimônio histórico e artístico conduzido pelo Iphan” (CHUVA, 2012, p. 158).

A experiência permitiu envolvimento de outros agentes ligados à cultura. Com isso, houve maior proximidade da cultura com o desenvolvimento econômico e o mercado, através dos atos de reconhecimento, valorização da diversidade das práticas culturais e ampliação de estratégias de salvaguarda, como ressaltou Fonseca (1997). Dentre as várias experiências do CNCR, destaca-se a criação de instrumentos de proteção como os consignados no Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Decreto nº 3.551, de 2000), os levantamentos socioculturais, a indexação e a microfilmagem da documentação em depósito no Museu do Índio, como ressaltou Oliveira (2008).

Rodrigo Melo Franco e Aloísio Magalhães foram as figuras mais expressivas que influenciaram as políticas voltadas ao patrimônio. Aloísio Magalhães foi o primeiro presidente de uma importante instituição criada no final da década de 1970, a Fundação Nacional Pró-Memória, que posteriormente integrou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, surgida da fusão do órgão ao CNRC. A noção de patrimônio cultural “passou a ser o universo de atuação do órgão federal. Setores até então marginalizados das políticas culturais, como as comunidades locais, começaram a ser reconhecidos como parceiros no trato das questões relacionadas ao seu patrimônio” (MEIRA, 2008, p. 7).

Apesar dos avanços que ocorreram a partir da década de 1970 e 1980, as ações ligadas aos processos de tombamentos daquela época, analisados por Fonseca (1997), permaneceram inconclusos devido à perda de Aloísio Magalhães. Naquele contexto, a visão integrada da cultura estava no cerne das discussões e ações, no entanto, continuaram afastadas das frentes de ação política que envolviam o patrimônio e a cultura popular (CHUVA, 2012).

A partir da década de 1980, a discussão sobre patrimônio ganhou outros moldes devido às manifestações em nível mundial, sobretudo, no Ocidente. Essa transformação processou-se por meio das discussões que já estavam ocorrendo desde a década de 1970 e ganharam maior fôlego com a instituição da Constituição Federal do Brasil de 1988, pois “o texto constitucional consolidou uma noção ampla e plural de identidade brasileira, trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais e natureza imaterial” (CHUVA, 2012, p. 161).

A Constituição Federal passou com, essa medida, a abranger segmentos que ficavam à margem de ações que propusessem a salvaguarda. A Constituição propôs com os Artigos 215 e 216, a garantia de direitos culturais e a descrição do que constitui o patrimônio cultural brasileiro. Inseriu-se a dimensão imaterial do patrimônio, concepção nova que passou a envolver lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, e outras (OLIVEIRA, 2008). Destacam-se os seguintes pontos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º- O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º- A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão;
  - II- os modos de criar, fazer e viver;
  - III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
  - IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
  - V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- 1º- O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- 2º- Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- 3º- A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
- 4º- Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
- 5º- Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 2010).

A virada dos anos 1990 também provocou mudanças nas novas ações de requalificação urbana, sendo um período marcado por uma política neoliberal que influenciou vários setores do país. Dentre os novos instrumentos de salvaguarda dos patrimônios tem-se o registro, procedimento adotado para acompanhar as práticas citadas anteriormente e para verificar as permanências e transformações destas manifestações. Antes desse período, a preservação do patrimônio de cultura imaterial não era amparada por um instrumento jurídico adequado.

A ampliação da concepção de patrimônio permitiu a criação do registro dessas ações e manifestações que foram integradas em quatro livros de registros, sendo eles: Livro dos Saberes (para o registro de conhecimentos e modos de fazer), Livro das Celebrações (para as festas, os rituais e os folguedos), Livro das Formas de Expressão (para as inscrições de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e o Livro dos Lugares (destinado à inscrição de espaços aos quais se atribui significados e onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

A entrada em vigor do Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), permitiram mudanças e ampliações às ações promovidas pelo IPHAN. Conforme Lima, esse diploma legal

ampliou a atuação do Instituto, bem como o compartilhamento da atividade de identificação dos bens de interesse à preservação e da atribuição de valores e significados a estes, possibilitando ao Iphan reconhecer, valorizar e salvaguardar direitos

e práticas sociais de grupos anteriormente excluídos desse processo. Diversos instrumentos e metodologias são utilizados pelo Iphan no exercício de suas atribuições institucionais, de modo a aperfeiçoar e expandir sua atuação com relação ao patrimônio, são eles: inventários, tombamento, registro, chancela de paisagem cultural, roteiros culturais, socialização dos sítios arqueológicos, redes de proteção e casa do patrimônio, entre outros (LIMA, 2012, p. 80).

Esta também foi uma medida de avanço dentro das discussões sobre a preservação do patrimônio cultural, pois como se enfatizou anteriormente, no início as políticas estiveram atreladas à monumentalidade das edificações. Isso começou a mudar, embora ainda seja possível observar em determinadas situações resquícios desse passado marcado pela valorização de aspectos como o arquitetônico.

O IPHAN enquanto órgão federal responsável pela preservação de patrimônios tem atuação em todo o território nacional, uma forma de manter ações de salvaguarda e atender as necessidades regionais, mesmo que se tenham várias ressalvas quanto à política adotada pela instituição. Várias superintendências regionais foram criadas no Brasil. No próximo item, será analisada a atuação do IPHAN no estado do Pará.

### **2.3- Atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Pará**

Atualmente, o IPHAN conta com vinte e sete superintendências estaduais, uma em cada Estado mais o Distrito Federal. No ano de 2009, o Decreto nº 6.844 foi instituído com o objetivo de dar providências quanto à estrutura regimental do órgão e à criação de novas superintendências estaduais.

Às Superintendências Estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do IPHAN, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos Escritórios Técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição (BRASIL, 2009, p. 3).

Como se pode notar, as ações das superintendências estaduais envolvem um conjunto de medidas que vão da coordenação à execução das ações previstas pelo IPHAN. A intenção é tentar ampliar o atendimento das necessidades estaduais, bem como buscar parcerias com municípios, o que é um avanço no que se refere aos meios de articulação entre as distintas escalas da gestão pública. Seria, assim, uma tentativa de “descentralização” do órgão ou reafirmação do mesmo? Muitos outros questionamentos poderiam ser levantados, mas a intenção neste momento é apenas compreender a atuação do órgão no Pará.

De acordo com Lima (2012), a atuação do IPHAN no Pará iniciou em 1979, quando foi criada, em Belém, a 1ª Diretoria Regional do SPHAN, sendo o primeiro titular o arquiteto Jorge Derenji, que veio integrar a primeira turma de professores do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA) e se estabeleceu na cidade.

Inicialmente, a 1ª Diretoria abrangia todos os estados e territórios federais da região norte. No entanto, devido à grande extensão territorial, logo se criou mais uma representação, desta vez no estado do Amazonas, “reagrupando os estados em menor número. Esta situação perdurou até 2009, quando o Instituto expande sua estrutura organizacional para todos os estados brasileiros” (LIMA, 2012, p. 79), instituída pelo Decreto nº 6.844/2009.

Os primeiros anos foram marcados por um quadro técnico bastante reduzido, o que fez o IPHAN buscar parcerias com os municípios no intuito de identificar e proteger o patrimônio cultural desses lugares. Esta prática não foi exclusiva da região norte. De maneira geral, o órgão buscou atuar junto aos municípios brasileiros, apesar das dificuldades de articulação entre as esferas de poder e de gestão de políticas e ações ligadas ao patrimônio.

Ressalta-se que, no Pará, a diversidade patrimonial é representativa tanto do ponto de vista material quanto imaterial; várias cidades “nasceram” às margens de rios como o Amazonas, o Tocantins entre outros, e tiveram influência direta de seus colonizadores tanto nas formas como nos conteúdos que envolveram o processo de produção do espaço.

Lima (2012) ressalta que, no estado, houve a influência modernista na década de 1920 com a vinda de intelectuais como Manuel Bandeira, Raul Bopp e Mário de Andrade. Eles contribuíram “para que paisagens, monumentos, costumes e mitos da região passassem a ser conhecidos, constituindo referências da cultura e identidade brasileiras” (Idem, 2012, p. 76).

Esse período foi marcado pela movimentação e organização de vários grupos de artistas e intelectuais nas capitais brasileiras, que buscavam uma renovação do cenário nacional, principalmente, dos elementos ligados ao passado e à tradição. A estética e a política foram as mais influenciadas. As mudanças objetivavam uma melhor fundamentação para a constituição de uma nova história do Brasil e da Amazônia, como apontou Lima (2012).

A configuração das políticas no Pará, em certa medida, espelhou-se nas políticas nacionais, mas, com o passar do tempo, notam-se mudanças em relação à preservação dos bens.

No âmbito dos municípios, a preservação do patrimônio cultural edificado, no Brasil, foi tradicionalmente efetivada através de lei de tombamento e pelos instrumentos de

planejamento urbano – planos diretores, leis de uso do solo, etc. Muitas capitais brasileiras apresentam esses instrumentos, porém de maneira parcial ou em época mais recente (MEIRA, 2008, p. 9).

No Pará, a situação não foi diferente. Os municípios que dispõem de algum instrumento de salvaguarda do patrimônio são, em grande parte, articulados a instrumentos de planejamento urbano, como os planos diretores municipais, nos quais há diretrizes para a preservação e conservação dos patrimônios. No entanto, uma crítica feita comumente a eles diz respeito à generalização das ações e medidas a serem tomadas, apesar das transformações lentas que começam a ocorrer.

De acordo com Lima (2012), o primeiro tombamento no estado, datado de 1940, incide sobre as coletâneas arqueológicas e etnográficas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Esta ação pode ser considerada um reflexo da atuação de intelectuais e pesquisadores em defesa deste patrimônio, haja vista também que a região possui um acervo bastante representativo da arqueologia e etnografia de povos que habitaram há milhares de anos porções do território amazônico.

Os primeiros tombamentos datam das décadas de 1940 e 1960 e se concentraram na capital Belém. Foram, principalmente, edificações da arquitetura colonial religiosa e militar, incluindo os palácios sedes do poder e os palacetes. Observa-se alguns destes bens tombados nas fotos 01 e 02. A priorização pela arquitetura religiosa e militar é uma marca do processo de ocupação e produção do espaço amazônico, marcado pela forte presença das fortificações militares e missões religiosas.

No **quadro 01**, pode-se perceber que a maioria dos bens tombados pelo IPHAN estão concentrados na capital, sendo a maioria inscrita no Livro Histórico. Atualmente, apenas dois são fora de Belém: um no município de Gurupá e outro em Vigia de Nazaré. É um número muito pequeno de tombamentos, dada à diversidade e importância de muitas construções antigas dos séculos XVII, XVIII e XIX, que ainda resistem à ação do tempo em cidades do interior paraense.

Óbidos, no oeste paraense, Cametá, no baixo Tocantins, e Bragança, no nordeste paraense, são exemplos que expressam a diversidade patrimonial que constitui o processo de formação da Amazônia. Bragança, que abriga o recorte espacial dessa pesquisa, é uma das cidades históricas mais antigas da Amazônia, com quatrocentos anos de colonização, e que abriga

um patrimônio cultural bastante representativo, como será exposto no Capítulo 03 desta dissertação.



**FOTO 01- IGREJA DE SANTO ALEXANDRE:** localizada no bairro da Cidade Velha, centro histórico de Belém. Integra o Complexo Feliz Lusitânia e é uma das igrejas mais antigas da cidade (Foto: Marcos André. Janeiro de 2014).



**FOTO 02- IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA:** construção de estilo barroco do século XVIII, localizada no bairro Cidade Velha, centro histórico de Belém (Foto: Marcos André. Janeiro de 2014).

<b>Quadro 01-</b> Bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Pará até o ano de 2012.		
Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.	1940
Igreja Catedral de Nossa Senhora da Graça	Livro Histórico	1941
Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Livro Histórico	1941
Igreja de Nossa Senhora do Carmo, inclusive o Convento e a Capela da Ordem Terceira, anexa	Livro Histórico	1941
Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas	Livro Histórico	1941
Igreja de São João Batista	Livro Histórico	1941
Casa do Largo do Palácio, nº 29, denominada Palacete Azul	Livro de Belas Artes e Livro Histórico	1942
Palácio Velho	Livro de Belas Artes e Livro	1944



	Histórico	
Casa à Praça Pedro II, conhecida como Solar do Barão de Guajará	Livro de Belas Artes e Livro Histórico	1950
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Livro de Belas Artes e Livro Histórico	1950
Igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus (cidade de Vigia de Nazaré)	Livro de Belas Artes	1954
Igreja de Sant'Ana	Livro de Belas Artes	1962
Forte do Castelo, antigamente Forte do Presépio	Livro Histórico	1962
Edifício do Teatro da Paz, à Praça da República	Livro Histórico	1963
Forte de Santo Antônio (cidade de Gurupá)	Livro Histórico	1963
Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	1964
Conjunto Paisagístico do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	1964
Edifício do antigo Hospital Militar, na Praça Frei Caetano Brandão, ex-largo da Sé	Livro Histórico	1964
Antigo Palácio do Governo, atual Palácio Lauro Sodré, sede do Governo do Estado	Livro de Belas Artes e Livro Histórico	1974
Conjunto arquitetônico e paisagístico "Ver-o-Peso" e áreas adjacentes, Praça Pedro II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe	Livro Histórico e Livro Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico	1977
Ruínas do Engenho Murucutu e respectiva Capela de Nossa Senhora da	Livro Histórico	1981

Conceição		
Conjuntos Arquitetônicos da Avenida Governador José Malcher, constante dos imóveis de números 584, 592, 598, 606, 614, 622, 563 e 583, e da Travessa Rui Barbosa, constante dos imóveis de números 1.063, 1.069, 1.071, 1.079 e 1.083	Livro de Belas Artes	1985
Conjunto Arquitetônico da Av. Nazareth	Livro de Belas Artes	1985
Imóvel situado à Rua Dr. Assis nº 586, conhecido como Palacete Pinho	Livro de Belas Artes e Livro Histórico	1986
Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi . A Área objeto do referido tombamento encontra-se delimitada pelo quarteirão formado, à frente , pela Avenida Magalhães Barata, à direita , pela Travessa Nove de Janeiro, aos fundos, pela Avenida Gentil Bittencourt e à esquerda, pela Avenida Alcindo Cacela	Livro Histórico e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	1994
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina	Livro Histórico e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	2012
(Fonte: BRASIL, 2013). Organizado por Alessandra Lobato, 2013.		

Outra observação importante diz respeito ao estado de conservação de dos bens tombados, sobretudo, os imóveis de propriedade particular; uma parte considerável encontra-se em precário estado de conservação, o que demonstra que o tombamento enquanto instrumento de salvaguarda deve estar aliado a outros mecanismos que possam de fato contribuir com a conservação ou preservação das construções antigas.

Na década de 1990, a Secretaria de Estado da Cultura aprovou a legislação estadual referente ao setor de patrimônio, o que foi um avanço nas discussões sobre o tema, permitindo ao município de Belém

a concretização das primeiras medidas para preservação do patrimônio cultural local, aprovando propostas de criação e delimitação do centro histórico de Belém e realizando o cadastro de imóveis de interesse a preservação desta área. A legislação do município e a criação da Fundação Cultural de Belém - Fumbel, datam de 1994 (LIMA, 2012, p. 79).

As ações de preservação do patrimônio no Pará são ações recentes, e, mais recentes ainda, são ações promovidas pelo governo estadual e os municípios. A capital paraense é um exemplo das intervenções urbanas promovidas pelo Governo do Estado no final da década de 1990 e início dos anos 2000, “que fazem parte de uma nova concepção de cidade e que se associa à imagem do rio, às tradições culturais e às heranças históricas da cidade, desenhando uma nova imagem para a cidade” (TRINDADE JÚNIOR & AMARAL, 2006, p.80).

Dois projetos que expressaram essa nova concepção foram o projeto para a Estação das Docas e o Complexo Feliz Lusitânia, localizados no centro histórico de Belém, nos bairros Cidade Velha e Campina. Segundo Trindade Júnior e Amaral (2006), ambos tiveram, dentre vários objetivos, a recuperação do patrimônio histórico, o desenvolvimento de atividades voltadas ao comércio e serviços, além de contribuir com o desenvolvimento da atividade turística e o lazer. Porém, provocaram mudanças na paisagem urbana da cidade e suas concepções de intervenção urbana, gestão, formas de uso e acesso foram alvos de críticas. Apesar disso, atualmente são espaços públicos frequentados por todas as classes sociais, oferecendo programações que atendem aos diversos tipos de públicos, principalmente, o empreendimento Estação das Docas.

Ressalta-se, também, o tombamento de dois dos três bairros que compõem o centro histórico da capital paraense - Cidade Velha e Campina - no ano de 2012, pelo Ministério da Cultura. A ação foi importante para a preservação dos imóveis em Belém, que até então possuía vinte e três bens tombados em nível federal, com aproximadamente 800 imóveis protegidos, no centro histórico. Com o tombamento, passaram a ser protegidas pelo IPHAN cerca de duas mil e oitocentas edificações (IPHAN, 2011). No entanto, há de se destacar que muito ainda necessita ser realizado, principalmente no que se refere à fiscalização, mas isso envolve uma série de fatores, dentre os quais recursos financeiros e humanos.

Como mencionado anteriormente, cabe às superintendências estaduais, a execução de ações planejadas pelo IPHAN. Um das medidas mais recentes é o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas PAC/Cidades Históricas (PAC/CH), que está em sua segunda edição. Trata-se de uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos (BRASIL, 2009). Surgiu a partir dos resultados obtidos em outros programas, como o Programa de Cidade Históricas da década de 1970 e, mais recentemente, outro projeto importante de requalificação urbana, o Programa Monumenta, que também objetivava algumas ações previstas no PAC/CH.

Na primeira edição do PAC/CH, iniciada em 2009, a intenção era atender mais de cento e setenta municípios, conforme a figura 01. No Pará, a territorialização da ação deveria atender aqueles que possuíssem conjuntos ou sítios protegidos ou em processo de proteção bem como lugares registrados ou em processo de registro (BRASIL, 2009).



**FIGURA 01- TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PARA AS CIDADES HISTÓRICAS (PAC/CH) 1ª Edição 2009 (Fonte: IPHAN, 2009).**

Como se pode notar pela figura acima, a maioria das ações esteve concentrada nas regiões sul e sudeste. Na região norte, os municípios que deveriam ser atendidos concentravam-se no

Pará: Afuá, Aveiro, Belém, Belterra, Bragança, Cametá, Óbidos, Santarém e Vigia de Nazaré. Todos com um representativo patrimônio cultural, mas com poucos instrumentos de salvaguarda, sendo a maioria o tombamento por decreto municipal, como é o caso da cidade de Bragança a ser exposto e analisado no Capítulo 04.

O PAC/CH previa investimentos de cento e quarenta milhões para o atendimento, a princípio, de trinta e duas cidades. Destas, apenas a capital Belém foi atendida. Nos anos posteriores, as demais receberiam investimentos, o que, de fato, não ocorreu em nenhuma delas, devido a vários fatores. Isto fez com que cidades como Bragança, selecionadas anteriormente, não fossem contempladas na 2ª edição do Programa.

Apesar das críticas que podem ser feitas ao PAC/CH, buscou-se mostrar em certa medida um pouco da diversidade do estado, tendo em vista que a cidade de Afuá (foto 03) não possui construções históricas antigas, mas é detentora de outros patrimônios. O fato de ser uma cidade sob palafitas já a faz peculiar; os meios de transporte também, pois veículos motorizados de grande porte não podem circular, sendo a alternativa mais viável e utilizada pela população a bicicleta e os bicitáxis (foto 04).



**FOTO 03- CIDADE DE AFUÁ:** localizada na Messoregião do Marajó, construída praticamente toda sob palafitas. (Foto retirada do blog: <http://naduvidaexperimenta.blogspot.com.br/2012/11/paraisos-no-brasil-onde-carro-nao-entra.html>). Acesso: 10 de janeiro de 2014.

Nota-se que assim como outros programas de requalificação urbana, o PAC/CH tem por objetivos o desenvolvimento da atividade turística por meio do patrimônio e requalificação de determinados espaços. No caso do Pará, constatou-se que a maioria das ações foram concentradas na capital, apesar da diversidade e interesse por parte dos outros municípios em firmar parcerias com o IPHAN. Em alguns, a exemplo de Bragança, chegou-se a criar o Plano de Ação, um dos quesitos para receber os investimentos. Isso, no entanto, não chegou a se concretizar devido a fatores que serão tratados posteriormente.



**FOTO 04- BICITÁXI:** meio de transporte mais utilizado na cidade de Afuá, localizada na Mesorregião do Marajó (Foto retirada do blog: <http://iurirubim.blog.terra.com.br/2009/06/22/pa-cidade-inteira-vive-sobre-palafitas-a-120m-do-chao/>.) Acesso: 10 de janeiro de 2014.

De certa forma, a “fragilidade” da ação do IPHAN no estado ocorre em parte pela centralização das ações na capital. Contudo, há de se destacar a falta de recursos humanos e a conscientização por parte dos municípios da importância da diversidade patrimonial e cultural que compõe a Amazônia. No próximo capítulo, discute-se o exemplo de Bragança, na região nordeste do estado, nessa diversidade que constitui o processo de produção do espaço de cidades históricas da Amazônia.

## **CAPÍTULO 03 - PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O PATRIMÔNIO HERDADO DE BRAGANÇA**

O presente capítulo trata sobre o processo de produção do espaço da cidade de Bragança. Nesta parte do trabalho serão destacados aspectos históricos e geográficos que compuseram o processo de produção da cidade, processo este que deixou na paisagem urbana, principalmente a do centro histórico, várias rugosidades espaciais, patrimônios herdados que serão apresentados.

### **3.1- Passado e presente da “Pérola do Caeté<sup>7</sup>”: breves considerações sobre a história e geografia da cidade de Bragança**

Anterior ao início do processo de colonização, a região bragantina já era habitada por tribos indígenas, especialmente os Tupinambá que percorriam aquele espaço em busca de alimentos através da caça e da pesca nas cabeceiras dos rios. A floresta era observada como lugar de (sobre) vivência e reprodução da vida. Esta é uma das várias visões sobre a Amazônia; falar sobre Amazônia é falar sobre “Amazônias”, como aponta Porto-Gonçalves (2001).

A princípio, o padrão de organização espacial que predominou na região baseou-se nos cursos dos rios, conformando um padrão dendrítico, conforme o qual as populações indígenas extraíam dos rios os recursos necessários, também, para sua reprodução. Com o passar dos séculos, esse espaço sofreu mudanças e intervenções suas forma e conteúdo. O desenvolvimento dos meios técnicos bem como o surgimento de novas atividades econômicas foram alguns dos responsáveis por tais mudanças, o que será tratado ao longo deste capítulo.

O processo de produção do espaço bragantino ocorreu de forma diferenciada, do ponto de vista político, econômico, social e cultural. Em um primeiro momento, a ocupação e colonização da Amazônia ocorreram em grande parte através dos rios, com a presença de fortificações militares e ordens religiosas. Porto-Gonçalves (2001) aponta que esses processos desenvolveram-se “entre a cruz e a espada”.

A ocupação da Amazônia nasceu sob o signo da disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial. Franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis deixaram suas marcas no território amazônico. Não apresentando para os portugueses, pelo menos no início, as mesmas condições de exploração comercial de outras áreas de seus vastos impérios coloniais, a Amazônia passou a ser vista como uma reserva, como um potencial de exploração futura sobre o qual, no entanto, haveria que se firmar a soberania (Idem, 2001, p. 80).

---

<sup>7</sup> Referência popular à cidade de Bragança.

É diante desse contexto que Porto-Gonçalves (2001) irá tratar não de uma Amazônia e sim de várias “Amazônias”, pois a extensão territorial da região contribuiu para que os processos ocorressem de maneira diferenciada. O rio destaca-se como principal protagonista da compreensão dos processos ou de boa parte deles, principalmente, no que se refere à formação dos primeiros núcleos de ocupação e colonização da região. O modelo de ocupação tradicional da Amazônia através dos rios em interação com a floresta, solo e atmosfera, contribuiu para que diferentes atividades se desenvolvessem, explorando-se desde ecossistemas de florestas aos de várzea, como bem apontou Porto-Gonçalves (2001).

Foi pelos rios que se garantiu a conquista da região. O controle geopolítico da foz da bacia, por meio da cidade de Belém, foi decisivo para o domínio da maior parte da região por Portugal. Na dificuldade de ocupação efetiva das terras pela escassez demográfica do próprio colonizador o controle das águas foi decisivo (Idem, 2001, p. 94).

No Pará, estes processos ocorreram de várias formas, atingindo diversos espaços. Na porção leste, é importante tecer algumas breves considerações sobre esses processos. Primeiro, que esta porção do espaço detém número representativo de cidades antigas que tiveram seus processos de ocupação e colonização constituídos ainda no século XVII, como foram os casos de Belém, Vigia de Nazaré e Bragança. Segundo, que diferente das demais regiões do estado, esta teve um padrão de ocupação espacial delineado também pela ferrovia a partir do século XIX, especialmente na região nordeste, substituído pelo padrão de ocupação rodoviário na segunda metade do século XX.

A Estrada de Ferro Bragança (EFB) funcionou até meados da década de 1960. Quando desativada, provocou uma nova reconfiguração do espaço, instituindo outro padrão de ordenamento espacial, desta vez baseado na rodovia (MIRANDA, 2009). A formação socioespacial da região bragantina pode ser apresentada em três grandes momentos

que não são lineares, mas produtos de continuidades e discontinuidades históricas em que determinado período acaba por ser a antítese do anterior, promovendo rupturas espaço-temporais, inaugurando outras relações que se combinam às pretéritas, que se recriam, porém, sobre novas dimensões, conforme podemos observar nos padrões de organização sócio-espacial da região (MIRANDA, 2009, p. 73).



Apesar do estudo de Miranda (2009) não tratar especificamente de Bragança e sim de outros dois municípios da região de colonização antiga, a saber, Castanhal e Igarapé-Açu, possui grande relevância por contribuir com o entendimento dos processos que envolveram a produção do espaço da região bragantina, pensados a partir da análise dos padrões de organização espacial. Segundo o autor, os três momentos seriam os seguintes: padrão Rio-Várzea-Floresta, Cidade-Estrada-de-Ferro-Colônia e Rodovia-Cidade-Colônia.

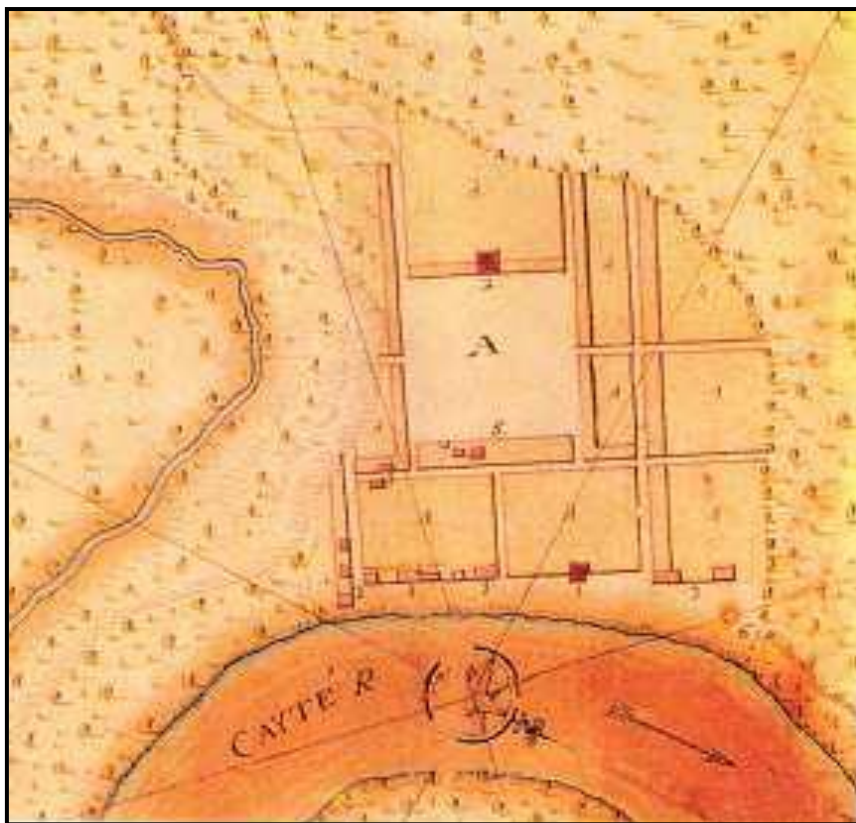
Pretende-se com isso mostrar que os processos que envolveram a constituição da região foram diferenciados, tanto pela forma e circulação quanto pelas atividades econômicas que se desenvolveram. Foram os rios, ferrovias e as rodovias que permitiram outro tipo de circulação de pessoas, de produtos e capitais.

Enquanto algumas cidades da região leste tiveram um padrão de ocupação dendrítico e permaneceram neste, outras passaram posteriormente ao rodoviário ou permaneceram com os dois padrões e outras mais conviveram com os três padrões. Bragança teve seu espaço produzido a partir das influências dos rios, da proximidade com o Oceano Atlântico, da ferrovia e das rodovias nas últimas décadas do século XX.

Miranda (2009) aponta que o padrão Rio-Várzea-Floresta (1616-1874) correspondeu ao momento marcado principalmente pela ocupação indígena; os Tupinambá ocupavam e percorriam vastos espaços em busca de alimentos e abrigo. A natureza provia o necessário para alimentação e a matéria-prima que seria o remédio para as enfermidades e era um local sagrado, ainda hoje rodeado por lendas e mitos.

De acordo com Nonato da Silva (2006), o primeiro núcleo populacional da atual cidade de Bragança foi organizado pelos colonizadores portugueses, que conquistaram o território a partir da colonização na região do Rio Caeté ou Caité (A junção *caa + y + eté*, seria “mato bom, verdadeiro”, na língua tupi), conforme figura 02. A região era habitada principalmente por indígenas e teve várias denominações até chegar à atual.

O processo de colonização da região iniciou ainda no século XVII, mais precisamente em 1613, com as expedições que adentraram o espaço amazônico na busca pelo reconhecimento do território. Primeiro com os colonizadores franceses, com a expedição do senhor de La Ravardière, Daniel de La Touche, pelo rio Amazonas e depois com os portugueses, com a expedição de Pedro Teixeira.



**FIGURA 02- PLANTA DA VILA NOVA DE BRAGANÇA:** detalhe dos rios Guajará e Cayt. Original manuscrito de E. Galuzzi, do Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro, 1754). (Fonte: REIS, N. Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, p. 280).

Em 1633, a capitania Sousa do Caeté foi estabelecida à margem direita do Rio Caeté (CASTRO, 2006). Ali, a Vila de Souza do Caeté, assim denominada em homenagem a lvvaro de Sousa, um grande empreendedor que tinha domínio sobre aquelas terras, teve seu primeiro núcleo. No entanto, devido a problemas de comunicação, como destacou Nonato da Silva (2006), o povoado transferiu-se para a margem esquerda e denominou-se Vila Cuera ou Vila-Que-Era. Siqueira (2008) analisou documentos e constatou o episódio, mostrando que a mudança ocorreu em 1753.

Iniciando a exploração de sua propriedade, lvvaro de Souza fundou um povoado à margem direita do rio Caeté, que ficou conhecido como Souza do Caeté. Infelizmente o lugar não progrediu, sendo transferido para a margem oposta do rio, ao lado de uma aldeia Tupinambá, onde hoje está a cidade de Bragança. Seu berço, no lado direito do Caeté, é conhecido como Vila que Era, advinda da expressão portuguesa “Cuera”. Em 11 de outubro de 1753, o Governador e Capitão General da Província do Grão Pará, Francisco Mendonça Furtado, em visita a capitania de lvvaro de Sousa, constatou o

estado de decadência que esta se encontrava. Resolveu transferir a sua sede para o lado esquerdo do rio Caeté e reverter sua posse à Coroa, ato este aprovado pelo Rei de Portugal (SIQUEIRA, 2008, p. 36).

Nos anos 1760, passou a ser chamada Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e, depois, transformou-se em Vila de Nossa Senhora do Rosário de Bragança, na administração do governo Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Na ocasião, vários casais portugueses vindos dos Açores desembarcaram na Vila para o povoamento. Nas fotos 05, 06 e 07, alguns momentos retratam a paisagem da cidade de Bragança em meados do século XX.



**FOTO 05- VISÃO FRONTAL DA PARTE MAIS ELEVADA DA CIDADE DE BRAGANÇA:** presença de palmeiras imperiais, década de 1950 (Fonte: Biblioteca Digital do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/PA8604.jpg>). Acesso: 20 de outubro de 2013.



**FOTO 06- VISÃO FRONTAL DE PARTE DA CIDADE DE BRAGANÇA:** o rio Caeté e um dos trapiches, década de 1950 (Fonte: Biblioteca Digital do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/PA8607.jpg>). Acesso: 20 de outubro de 2013.

Somente em 1854, já com a denominação de Vila de Bragança, esta “foi elevada a categoria de cidade através de uma resolução do presidente da província” (CASTRO, 2006, p. 13). Nesse período, a Vila contava com pouco mais de seis mil habitantes, entre índios, mestiços, negros e brancos. Alguns desenvolviam culturas como o café, algodão e a mandioca e tinham pequenas criações nos campos (BAENA, 2004).

O nome atual da cidade foi dado apenas no século XIX, em 02 de outubro de 1854, através da Resolução n.º 252, sancionada pelo Presidente da Província, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Nesse contexto, Bragança ganhou maior representatividade ao abarcar o comércio

da região, servindo como base para todos os locais circunvizinhos e acesso ao estado do Maranhão, como apontou Siqueira (2008).



**FOTO 07- AVENIDA RIO BRANCO:** presença das palmeiras imperiais, frente da cidade de Bragança na década de 1950 (Fonte: Álbum O Pará 1908).

Atualmente, o município de Bragança ocupa uma extensão territorial de aproximadamente 30 mil quilômetros quadrados e é circunscrito pelos limites das cidades de Tracuateua, Augusto Corrêa, Viseu e Santa Luzia do Pará e pelo Oceano Atlântico, na Mesorregião nordeste do estado.

Ressalta-se que apesar de tratar-se ao longo deste trabalho da cidade de Bragança, o recorte espacial deste estudo é o centro histórico da cidade de Bragança, espaço que abriga a maior parte da área comercial da cidade, a maior feira, os patrimônios arquitetônicos e todos os imóveis públicos e privados tombados pelo poder público municipal e estadual, conforme o **Mapa 02**.

De acordo com Nonato da Silva (2006), a ocupação da região envolveu o interesse pelo domínio militar da Amazônia por parte da Coroa Portuguesa. Esta ocupação se fez necessária devido às abundantes empreitadas desempenhadas por europeus, no final do século XVI e início do XVII, em meio a várias batalhas entre indígenas e portugueses e espanhóis.

De um lado, o rei de Portugal ordenou a expansão militar da presença portuguesa no espaço amazônico com vistas a proteger o território que estava sendo conquistado. De outro, a presença dos religiosos portugueses servia para reconhecer as riquezas dessas áreas, implementar a catequese, fundar povoações, que marcassem a sua posse no lugar e para explorar economicamente essas terras (NONATO DA SILVA, 2006, p. 14).

## MAPA 02- LOCALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA-PA.



Organizado por: João Júnior e Alessandra Lobato, 2013.



Muitos fatores contribuíram com esse processo de ocupação da região, fatores que vão desde ordem física, a exemplo da ampla rede hidrográfica, à ordem social e política, ao se analisar o papel da União Ibérica das Coras de Portugal e Espanha (1580-1640). Essa união

possibilitou livre acesso na conquista do território, quando ingleses e holandeses foram expulsos na primeira metade do século XVII. Neste sentido, quando da expulsão dos franceses do litoral do Maranhão, ficou decidido que os portugueses, após São Luís, deveriam seguir sua expedição militar até a região amazônica, procurando tomar posse efetiva da mesma (NONATO DA SILVA, 2006, p. 14).

Mais tarde, os portugueses adentraram o território e fundaram a cidade de Belém. Nonato da Silva (2006) destacou que algumas capitânias já apresentavam relevante papel por estarem em uma posição estratégica entre São Luís e o Pará, caso da Capitania do Gurupy e do Caité. Neste período, Portugal explorava o trabalho indígena e as riquezas naturais quando os franceses foram expulsos desse espaço.

O principal meio de circulação e comunicação na região se dava através dos rios; por eles, pessoas, mercadorias e informações chegavam e partiam de Bragança em direção a Belém e outras localidades. O rio exerceu e ainda exerce um papel fundamental na produção do espaço.

A produção do espaço alia-se a um padrão de organização em que o rio ganha grande relevância para a circulação das pessoas, mercadorias e informações, assim como é fonte de abastecimento de água e de alimento por conta da pesca em cujas se realizava a agricultura comercial, embora ainda pouco desenvolvida (...) o tempo está intimamente atrelado às dinâmicas da natureza, às enchentes e vazantes dos rios, à época de colheita da agricultura ou coleta de frutos (MIRANDA, 2009, p. 76).

Com o passar do tempo, esse espaço foi se transformando, modernizando-se com a implementação de novas técnicas e equipamentos urbanos. A chegada da EFB promoveu novas transformações àquele espaço. Se antes o rio era a principal via da região, com a estrada de ferro passou a dividir a circulação, o que também ocorreu com a abertura das rodovias.

A construção da Estrada de Ferro Bragança, no século XIX, foi um momento de grandes transformações na produção do espaço bragantino. Dentre os fatores que a motivaram, a intenção de acentuar a colonização da região foi um dos mais expressivos. Várias vantagens foram oferecidas a imigrantes nacionais e estrangeiros, o que provocou “considerável impulso e desenvolvimento social e econômico” (CRUZ, 1955, p. 67).

Além deste, havia a necessidade da “ligação efetiva com o Maranhão e a conquista eficiente do sertão intermediário” (ÉGLER, 1961, p. 77). Este projeto estava associado ao objetivo mais amplo de sanar os problemas decorrentes da “intensificação do povoamento e conseqüente aumento da produção agrícola” (Idem, 1961, p. 77).

Cruz (1958) mostra que nos idos de 1870 era de interesse do governo da província estabelecer colônias agrícolas nas terras entre Belém e Bragança, uma vez que o Império havia instituído a Lei de Colonização, que objetivava povoar a área das terras bragantinas. Segundo o autor, o governo autorizaria a concessão de uso à empresa ou companhia que se disponibilizasse a construir uma estrada de ferro que ligasse toda a região nordeste. O governo se responsabilizaria pelo pagamento das passagens dos imigrantes. Em contrapartida, a empresa deveria providenciar a instalação deles ao longo da estrada.

Conceição (1990) ressalta que a colonização da Zona Bragantina foi um projeto anterior à construção da EFB. Data de 1875 e previa que os colonos tivessem um espaço na organização sócio-política, na estrutura social e na atividade econômica. Este panorama evidenciou “os interesses que definem o arrojado projeto que se antepõem aos próprios colonos, e se inscrevem na história regional, e nas razões dos grupos no poder” (Idem, 1990, p. 23).

A construção da EFB e a implantação da colonização da Zona Bragantina estiveram associadas a outros fatores. Um destes, apontado por Penteado (1967), foi a lucrativa fase da economia da borracha na Amazônia, marcada por várias transformações na região, como os avanços técnicos no beneficiamento do látex retirado da seringueira e o processo de vulcanização da borracha para a fabricação de pneumáticos. Vale ressaltar que esses avanços ocorreram principalmente entre 1840 e 1910, em decorrência da Revolução Industrial.

Naquele período, era interessante criar uma área produtora de gêneros agrícolas para abastecer os seringais; o projeto tornou-se, assim, necessidade naquele momento, e foi possível graças aos impostos obtidos pelo governo da Província, que geraram um capital capaz de financiar essas ações que provocaram significativas transformações socioespaciais na região.

A economia da borracha provocou transformações de natureza social, política, econômica, cultural e urbanística. As formas urbanas criadas durante o período da *Belle Époque*, como os teatros municipais das capitais Belém e Manaus, o palácio Antônio Lemos em Belém, os *boulevards*, edificações antigas como a loja Paris N’América, especializada em produtos provenientes da Europa, são alguns exemplos da modernização de tecnologias e valores europeus

que se estabeleceram na região naquele momento. Vivia-se uma fase em que, além do crescimento econômico, buscava-se o embelezamento do espaço urbano, o que se tornou possível, em certa medida, com o capital gerado com a economia da borracha.

Miranda (2009) aponta que a colonização empreendida para a região bragantina também expressou tal projeto; tratou-se de levar os valores de civilização e progresso a lugares considerados ermos, mas que na realidade eram habitados por outros povos com ritmos e dinâmicas socioculturais diferentes daquelas que se apresentavam como símbolos da modernidade.

Belém exportou grande volume de látex e importou muitos produtos da Europa para atender à elite local, enquanto a maior parte da população enfrentava dificuldades para obtenção de gêneros de primeira necessidade. Segundo Miranda (2009) a situação de insuficiência de gêneros agrícolas para a população acentuou-se com o crescimento populacional e a vinda dos imigrantes atraídos pela extração do látex. Com isso, “eles se concentravam na cidade e nos seringais, demandando a urgência por áreas agricultáveis para suprir as necessidades dos habitantes de Belém e dos seringueiros” (Idem, 2009, p. 81).

As colônias da Zona Bragantina foram criadas para abastecer esses mercados e a ferrovia foi uma via de transporte que permitiu maior circulação, além de ser um símbolo da modernização que chegara àquele espaço. A ferrovia proporcionaria o ingresso rápido e fácil ao comércio da capital dos gêneros agrícolas e matérias-primas industriais originárias das colônias modernas a serem cunhadas e estabelecidas em seu eixo, bem como nas cidades e vilas já existentes (LEANDRO & SILVA, 2012). No entanto, nem tudo ocorreu como fora combinado com aqueles responsáveis pela vinda dos migrantes.

Houve um forte incentivo por parte do governo para a vinda de imigrantes europeus, entre eles, açorianos, espanhóis, franceses e italianos. O motivo da colonização era explícito nos relatórios oficiais: “corrigir a ‘falta de braços’ necessários à produção de alimentos, para apoiar as atividades lucrativas, conduzidas por grupos próximos ao poder, na Província” (CONCEIÇÃO, 1990, p. 20). Para isso, determinaram a participação de “agricultores experientes, os imigrantes europeus, os quais foram buscados insistentemente, a Província esperava desenvolver uma agricultura com técnicas renovadas, que o europeu traria em seus costumes” (Idem, 1990, p. 20).



Apesar do incentivo, as condições de vida, os tipos de solo existentes na Zona Bragantina e outros fatores fizeram com que boa parte desses migrantes não se fixasse nas colônias agrícolas às quais destinaram, (CRUZ, 1955). No início do século XX, boa parte dos colonos que ainda resistiam nas colônias agrícolas eram brasileiros, sobretudo, do Ceará e Rio Grande do Norte. Dentre os estrangeiros, predominavam os espanhóis, seguidos dos italianos e dos portugueses.

A construção da EFB ocorreu em etapas. Iniciou na administração do Visconde de Maracajú e foi concluída no governo de Augusto Montenegro. No caso deste último, a execução do prolongamento foi uma das metas principais. Em um de seus discursos, o então governador afirmou “o prolongamento e a conclusão da estrada de ferro de Bragança é por si só constituíam um programa de governo” (CRUZ, 1955, p. 91).

O primeiro trilho da EFB foi posto em 24 de junho de 1883 (CRUZ, 1955). A cerimônia contou com a presença de pessoas ilustres da época junto à população local na estação de São Brás, na capital Belém. (Vide foto 08, antiga estação de São Brás):

Era um dia de festa para a Amazônia, quando se transformava em realidade, uma das grandes aspirações do governo provincial. O assentamento do primeiro trilho de uma estrada de ferro era o começo da fartura que se prenunciava, através das organizações agrícolas que iam ser fundadas e trabalhadas, carinhosa e tecnicamente, com a ajuda dos colonos estrangeiros (CRUZ, 1955, p. 67).



**FOTO 08- ANTIGA ESTAÇÃO DE SÃO BRÁS:** edificação demolida na década de 1960. No lugar foi construído o Terminal Rodoviário da cidade de Belém. (Fonte: Álbum O Pará 1908).

A EFB era composta por 293 quilômetros, dividida em quatro eixos principais: um principal e maior ligava a capital à Bragança e outros três ramais menores. Um partia de Belém em direção à Vila Pinheiro (atual distrito de Icoaraci), o segundo da cidade de Igarapé-Açu à Colônia do Prata e o terceiro, de Bragança à Vila de Benjamim Constant, que pertencia ao município, conforme a figura 03. Esses locais eram ponderados centros de convergência da produção dos núcleos populacionais da área de abrangência da estrada de ferro (LEONARDO & SILVA, 2012). Núcleos que nasceram ou se expandiram com a EFB.



**FIGURA 03- PLANTA DA ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA:** Percurso total com ramais, estações e paradas entre as cidades de Belém e Bragança (Fonte: CRUZ, 1955).

Em 1883, foi aberto o núcleo do Apehú, denominado Araripe, em 1886. Por ato de 1889 foi criada a colônia do Castanhal, emancipada no ano de 1893, quando também foi instalado o núcleo colonial de Marapanim, em seguida denominado Burgo Marapanim. Em 1894, o núcleo de Benjamin Constant, próximo de Bragança. Os núcleos de Jambuassú e Santa Rita do Caranã datam de 1895. Em 1897 foi a vez da Granja Américo. No ano posterior surgiram as colônias Ferreira Pena, Annita Garibaldi, José de Alencar e Santa Rosa. Ainda em 1898 foi criado o núcleo de Santo Antonio do Maracanã, oficialmente instalado em 1900 e recebendo o nome de Santo Antonio do Prata no ano de 1902. Os núcleos de Couto de Magalhães, Ianetama e Antonio Baena foram criados em 1899, este último depois incorporado ao núcleo de Annita Garibaldi. Até o ano de 1916, foram instalados núcleos coloniais situados na porção mais ao centro da Zona Bragantina. Os núcleos de Anhangá, onde antes fora o Burgo Marapanim, de São Luís e o de Augusto Montenegro, todos servidos diretamente pela ferrovia, foram

criados entre 1901 e 1908, e até 1916 foram criados os núcleos da Estrada do Tentugal ou Capanema, de Pedro Teixeira e Iracema (LEANDRO & SILVA, 2012, p. 149).

Finalmente, em 03 de maio de 1908, foi inaugurada oficialmente a EFB, envolvendo ramais, estações e paradas entre Belém e Bragança. Este momento foi de significativa representatividade para o Pará e a região amazônica como um todo. Cruz (1955) ressalta que o jornal “A Província do Pará” noticiou o fato como uma obra que demandou um tempo muito grande para poucos trilhos

Chegaram a Bragança os trilhos da primeira via-férrea que se construiu na Amazônia. A jornada iniciada em 1883, concluiu-se em 1908. Há poucos exemplos no mundo industrial de tão vagarosa marcha na sequência de tão curto trecho férreo. Gastou-se 25 anos para assentar menos de 300 quilômetros de trilhos (A PROVÍNCIA DO PARÁ *apud* CRUZ, 1955, p. 93).

Apesar da demorada conclusão da EFB, a obra proporcionou significativos avanços do ponto de vista da circulação tanto de produtos quanto de pessoas, permitindo a colonização das terras da região nordeste do Estado do Pará.

Perspectivas riosas para uma area extensa e desconhecida abriam-se, com a instalação das colônias, com a chegada dos agricultores europeus e brasileiros, e com os trilhos da estrada de ferro, encurtando as distâncias, facilitando o escoamento das produções e unindo os imigrantes das diferentes partes do mundo (CRUZ, 1955, p. 93).

Neste contexto, as várias colônias que se criaram ao longo da via cumpriram, pelo menos em parte, a finalidade de contribuir com a criação de um conjunto social e econômico, que mais tarde forneceu as bases para o surgimento dos municípios que compõem a Zona Bragantina (CRUZ, 1955).

A importância da EFB para a região bragantina é apresentada no trabalho de Rosário (2000), no qual o autor destaca como a estrada representou um marco histórico na vida de Bragança. Ela permitiu maior circulação dos gêneros agrícolas produzidos, sendo esta a principal atividade de muitos municípios, vilas e colônias que surgiram com a chegada dos trilhos, pois “não era o Caeté zona de Hiléia, não tendo pois seringueira, mas sim a roça tradicional onde se uniu o conhecimento indígena à tradição portuguesa” (Idem, 2000, p. 31). A ampliação dessa atividade contribuiu significativamente para o desenvolvimento municipal, o que se confirmou ainda mais com a ferrovia.

Bragança com seus campos de criação de gado e área de plantio, propiciara a formação de uma vida rural com base na produção agrícola. A roça sempre representou o núcleo da produção municipal que seria durante o Ciclo da Borracha não apenas produção de subsistência, mas sobretudo de exportação por via ferroviária, a subir, depois de Belém, os rios amazônicos e a abastecer a mão-de-obra empregada na produção extrativa da goma elástica (ROSÁRIO, 2000, p. 154).

Para compreender a dimensão do impacto da EFB, Rosário (2000) propôs uma divisão em três períodos para mostrar como a região se transformou socialmente, politicamente e culturalmente no espaço e no tempo: a Fase Pré-Ferrovária, a Fase Ferrovária e a Fase Pós-Ferrovária. No **quadro 02** é possível observar as características de cada um dos períodos.

<b>Quadro 02- Características da Fase Pré-Ferrovária à Pós-Ferrovária.</b>			
<b>Períodos</b>			
	<b>Fase Pré-Ferrovária</b>	<b>Fase Ferrovária</b>	<b>Fase Pós-Ferrovária</b>
<b>Tempo cronológico</b>	1613-1908	1908-1966	1966-
<b>Características</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fase marcada pela chegada dos franceses no Caeté em 1613;</li> <li>▪ Chegada da ferrovia;</li> <li>▪ Período que envolve a Colônia, Império e a República Velha e os primeiros oito anos do século XX;</li> <li>▪ Migração e colonização estrangeira;</li> <li>▪ O porto de Bragança desenvolvia intensa atividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instalação e funcionamento da EFB até 1966;</li> <li>▪ Período do auge e maturação da ferrovia;</li> <li>▪ Migração e colonização estrangeira e nordestina;</li> <li>▪ O porto passa a dividir com a ferrovia o desenvolvimento e circulação de produtos e pessoas;</li> <li>▪ Fase marcada pela estreita relação tanto econômica quanto cultural com a capital Belém, vivenciava-se a influência da Belle Époque.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desativação da EFB em 1966;</li> <li>▪ Fase marcada pela depressão e decadência, perda de funções econômicas e políticas, com contração do território municipal e crise tensional nos espaços influenciados pela ferrovia;</li> <li>▪ Fase de abertura de grandes rodovias na Amazônia, integração de parte da região ao restante do Estado do Pará e outros Estados do Brasil;</li> <li>▪ Mitificação da EFB como marco da modernidade e do desenvolvimento da elite bragantina.</li> </ul>

(Fonte: Informações obtidas dos trabalhos de ROSÁRIO, 2000 e NONATO DA SILVA, 2010).

Organizado por Alessandra Lobato, 2013.
---

Como destacado anteriormente, a EFB promoveu significativas transformações na produção do espaço bragantino, pois

Funcionara como uma abertura mútua entre o que vinha da capital e o que era autóctone em Bragança. A ferrovia rompera o isolamento entre Belém e Bragança de maneira definitiva com o funcionamento da via férrea, pelo que a integração física, também se tornava integração cultural, permeada pela integração econômica e social (ROSÁRIO, 2000, p. 157).

Vale ressaltar que a estrada de ferro também nasceu de uma estratégia política, pois permitiu a integração e ascensão de famílias tradicionais da época, a formação de “uma classe endinheirada, capaz de financiar nas décadas de 10, 20, 30, 40 e 50 uma elite intelectual produtora de jornais e revistas” (Idem, 2000, p. 36). Além desses agentes, outros estiveram envolvidos no processo, ganhando destaque a Geração-Ferrovia<sup>8</sup>, que ainda hoje persiste através das memórias daqueles que vivenciaram o período.

Tal eixo ferroviário, do nordeste do Pará, era fruto de um momento mundial e nacional voltado para o caminho de ferro criado pelos ingleses. Esse “caminho de ferro”, como dizem os franceses, fez germinar na Zona Bragantina, social e culturalmente, uma comunidade que no seu conjunto, podemos denominar “Geração Ferrovia” (Idem, 2000, p. 165).

No entanto, é necessário frisar que, ao longo do percurso da antiga EFB, o número de elementos, as rugosidades espaciais (SANTOS, 2008) que remetem àquele período, têm se tornado cada vez mais reduzidos. Em algumas cidades não há qualquer resquício; em outras, ainda há alguns antigos trilhos ou pontes, como a ponte Livramento sobre o rio Maracanã, no município de Igarapé-Açu.

Miranda (2009) mostra que o período influenciado pela colonização da região bragantina e pela utilização da estrada de ferro contribuiu para a formação de outro padrão de organização espacial, o Cidade-Estrada-de-Ferro-Colônia. A ferrovia passou a ser uma via principal de ligação, pois “tinha se tornado o elo entre a cidade de Belém, onde se iniciava, e as colônias que

---

<sup>8</sup> A Geração-Ferrovia “é toda essa humanidade amazônica vivida e situada no nordeste do Estado do Pará” (ROSÁRIO, 2000, p. 165). “São na maioria pessoas idosas cuja a memória ainda nos capacita colher, ouvir, gravar, registrar emoções vividas, num tempo ainda não devastado, nem degradado pela aceleração tecnológica de nossos dias, processo civilizatório genericamente chamado modernização” (Idem, 2000, p. 168).

atravessava, estando estas dispostas às suas margens e orientadas espacialmente pelos seus trilhos cujo fim se dava em Bragança” (Idem, 2009, p. 87).

Em Bragança, a estação de trem foi completamente destruída. No local, foi construída a Estação Cultural Armando Bordallo, também conhecida como Praça de Eventos, e um monumento edificado em homenagem à chegada dos trilhos à cidade, durante a administração de Augusto Montenegro, conforme as fotos 09, 10, 11 e 12.



**FOTO 09- PARTE DA ANTIGA ESTAÇÃO DE TREM EM BRAGANÇA:** edificação demolida posteriormente. Observa-se, também, o monumento em homenagem a conclusão da EFB na administração de Augusto Montenegro (Fonte: Acervo pessoal do senhor Dilamar Castanho).



**FOTO 10- ANTIGA ESTAÇÃO DO TREM NA CIDADE DE BRAGANÇA:** nos anos 1950 (Fonte: Biblioteca Digital do IBGE, 1957).





**FOTO 11- ESTAÇÃO CULTURAL ARMANDO BORDALLO:** conhecida, também, como Praça de Eventos. Espaço que abrigava a antiga estação de trem de Bragança e seu entorno (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, maio de 2013).



**FOTO 12- MONUMENTO EM HOMENAGEM A CONCLUSÃO DA EFB:** Monumento construído na intendência de Augusto Montenegro. Ao fundo resquícios de parte da base da estação de trem Bragança. (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, maio de 2013).

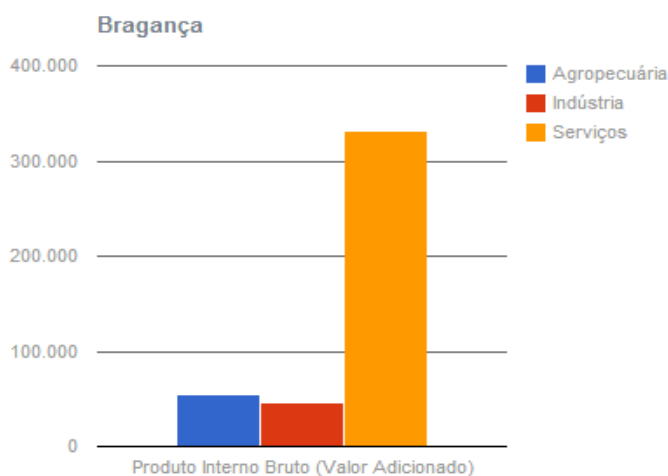
A EFB é um patrimônio que remete a um momento decisivo da colonização da região nordeste do estado do Pará, pois, como pode ser constatado, a colonização e o povoamento permitiram a circulação de pessoas, mercadorias, produtos agrícolas e informações. No entanto, nota-se hoje que pouco se tem preservado do patrimônio cultural da cidade, em especial o edificado, ou, quando se tem, são iniciativas pequenas e pontuais.

Bragança possui, atualmente, pouco mais de 113.000 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo que a população economicamente ativa está distribuída nos setores da agropecuária, indústria e serviços, que geram as divisas do Produto Interno Bruto. Na cidade, observa-se que o destaque maior é para o setor de serviços (Gráfico 03).

Apesar da importância que o setor de serviços vem alcançando nas últimas décadas, a pesca também é representativa. Isso é possível pela posição geográfica do município, que permite

a formação de amplas áreas de ecossistemas – a exemplo dos manguezais, locais tidos como “berçários” de diferentes espécies vegetais e animais, de onde se extraem caranguejos, camarões e outros crustáceos. Alguns locais como “Vila de Ajuruteua, Bacuriteua, Taperaçu-Porto, Vila do Castelo, Treme e outras compõem a ‘Região das Praias’ que constituem-se nos principais pólos de fornecimento de mariscos e pescados à população bragantina e às cidades vizinhas” (SILVA & MELO, 1996, p. 65).

**GRÁFICO 03- PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA (VALOR ADICIONADO).**



(Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=150170&search=para%20braganca%20in%20graficos%3A-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>). Acesso: 25 de outubro de 2013.

O rio ainda é a principal via de chegada do pescado comercializado na feira livre localizada às margens do rio Caeté e redistribuído para municípios vizinhos, através das rodovias. Na feira, é possível notar a forte dinâmica socioeconômica que ocorre naquele espaço. Identifica-se um número representativo de embarcações, como pode ser observado na foto 13.

Com a desativação da EFB, a região passou por sérias transformações, principalmente nos municípios que se desenvolveram a partir da estrada de ferro. A produção agrícola declinou e isso contribuiu para a extinção de algumas colônias agrícolas. Além disso, ainda na década de 1950, teve início a construção da rodovia Belém-Bragança, configurada paralela à EFB, que



posteriormente serviu como eixo para a criação da Belém-Brasília (BR-010) e Rodovia Pará-Maranhão (BR-316) (IDESP, 1977).



**FOTO 13- VISÃO FRONTAL DE PARTE DA ORLA DA CIDADE DE BRAGANÇA-PA:** pequenas embarcações de pesca atracadas ao longo do rio Caeté. Ao fundo parte da maior feira da cidade (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, março de 2013).

A construção das estradas de rodagem surgiu como parte dos Projetos de Integração da Amazônia ao centro-sul, impostos pelos governos militares. As rodovias passaram a dar nova dinâmica a alguns daqueles espaços interiores, que aproveitaram esse novo impulso para ampliar a circulação de mercadorias, como é o caso da cidade de Castanhal. Porém, outras localidades ficaram a mercê deste processo ou incluíram-se precariamente.

Miranda (2009) mostra que a partir da década de 1960, emergiu outro padrão de organização espacial que ele denominou de Rodovia-Cidade-Colônia. Esse padrão consiste na circulação de pessoas, mercadorias e produção agrícolas através das rodovias que foram sendo introduzidas gradativamente, interligando e atravessando os núcleos coloniais. Com isso, “a estrada tornou-se, assim, a principal via de circulação da produção camponesa” (Idem, 2009, p. 111).

Destaca-se que o padrão rodoviário que se instalou no nordeste paraense é o mais utilizado tanto para o deslocamento quanto circulação de pessoas e produtos extraídos e, principalmente, cultivados nas colônias agrícolas de pequenos municípios que resistiram mesmo com a desativação da estrada de ferro.

Quanto à Bragança, a cidade foi uma das impactadas pelo surgimento das rodovias. A diversificação dos sistemas de transporte permitiu a ampliação e diversificação das atividades econômicas. Nos últimos anos, vem se destacando com a atividade pesqueira, estando entre os municípios que mais desembarca pescado no estado, superada somente por Belém e Vigia (CEPNOR-IBAMA, 2004). Ressalta-se aqui a importância do rio que, além de prover alimento e dinamizar a economia, também é percebido como local de lazer e contemplação. Trata-se, portanto, de um patrimônio da cidade, onde se percebem vários usos (Fotos 14 e 15).



**FOTO 14- FRETE URBANIZADA DA CIDADE DE BRAGANÇA:** observe a intensa presença de pequenas embarcações de pesca (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, arquivo pessoal da autora, 2010).



**FOTO 15- VISÃO PARCIAL DA AVENIDA VISCONDE DO RIO BRANCO:** obra de urbanização da orla do rio Caeté, realizada na administração do prefeito José Diogo e inaugurada em 2004 (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, agosto de 2013).

Parte representativa do pescado é comercializada na feira, seguindo para outros municípios e estados. Braga et al (2006) destacam que apesar da feira não apresentar tantas condições infraestruturais e de higiene para a comercialização do pescado, ela é de grande importância no âmbito sócio-econômico, haja vista o número representativo de famílias que se beneficiam direta ou indiretamente com o desenvolvimento da atividade.

Bragança possui representativa diversidade cultural e natural, mas certamente a praia de Ajuruteua (foto 16 e 17) ainda é um dos principais cartões postais do município e o principal atrativo turístico, procurado por centenas de pessoas no período de veraneio e férias. A Vila de Ajuruteua fica distante aproximadamente 36 quilômetros do centro urbano e levam-se, em média, 50 minutos para chegar ao local. O acesso pode ser realizado através da PA-458, partindo de Bragança, ou através de pequenos rios que chegam ao litoral do município. Vale ressaltar que PA-458 foi construída na década de 1980 sobre uma área de manguezal, o que provocou graves impactos ambientais. Contudo, foi através dela que se permitiu um maior fluxo turístico para o lugar.



**FOTO 16- PRAIA DA VILA DE AJURUTEUA:** um dos balneários mais procurados do pólo Amazônia Atlântica por turistas no período de veraneio, faz parte do litoral do município de Bragança (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, maio de 2013).

No âmbito das políticas de turismo no estado, destaca-se que no antigo plano de desenvolvimento turístico, em vigência em 2001-2011, o apelo pelo segmento do turismo de sol e praia era evidente. O Estado dividiu o Pará em pólos de turismo e o município de Bragança

integrou-se ao pólo Costa Atlântica, sendo que os critérios para divisão envolviam a infraestrutura e os meios de acesso<sup>9</sup>.



**Foto 17- PRAIA DA VILA DE AJURUTEUA:** um dos balneários mais procurados do pólo Amazônia Atlântica por turistas no período de veraneio, faz parte do litoral do município de Bragança (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, setembro de 2013).

No caso de Bragança, observa-se que o turismo encontra-se pouco estruturado. Segmentos como o turismo de sol e praia ainda lideram na região, apesar de muitos estudiosos o considerarem um turismo de massa que provoca sérios impactos socioambientais. Nos meses de junho a agosto e no final de ano, há um fluxo intenso de turistas que buscam no litoral do nordeste paraense praias com águas salinas. Bragança e Salinópolis são as principais cidades que entram nesta rota, pois são as mais próximas da capital paraense. No entanto, com o aumento do fluxo de turistas, intensificam-se também a acumulação do lixo ao longo da praia, a contaminação das faixas de areia e da água pela falta de uma rede de esgoto adequada, etc. Destaca-se que na Vila de Ajuruteua, que também é uma vila de pescadores, existem várias casas de segunda residência construídas nas proximidades das faixas de areia. São casas de alto padrão, mas que estão sendo destruídas pelas marés.

Tendo em vista essas observações, nos últimos anos tem se buscado um novo planejamento para o turismo na região. O governo estadual, por meios da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e apoio da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), criou o novo plano

---

<sup>9</sup> No Capítulo 04 deste trabalho será apresentado e discutido o antigo Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT/2001-2011) para uma melhor compreensão das ações no município de Bragança.

de turismo do Estado do Pará, o Plano Ver-o-Pará<sup>10</sup>. Trata-se de uma nova visão que pretende envolver outros segmentos, e não apenas a praia, sobretudo a valorização do patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo cultural. Apesar da alta procura pela área litorânea de Bragança, a cidade é detentora de um patrimônio cultural bastante diversificado que marca a paisagem urbana como as edificações históricas e as manifestações culturais e religiosas. O quarto capítulo tratará propriamente das ações referentes à preservação do patrimônio da cidade.

### **3.2- Diversidade cultural na paisagem urbana do centro histórico de Bragança: do patrimônio histórico à festividade de São Benedito**

Bragança possui um representativo acervo arquitetônico, que se constituiu ao longo do processo de produção da cidade: são edificações, palacetes, coreto e praças que remontam a períodos da economia da borracha e da estrada de ferro, que influenciaram social, cultural e politicamente a pequena cidade. Além do patrimônio arquitetônico, cabe ressaltar o patrimônio imaterial, representado pelas manifestações religiosas e culturais, os saberes e ofícios. Bragança é uma referência de cultura dentro da Zona Bragantina como bem mostraram os trabalhos de Bordallo da Silva (1981), Silva (1997), Rosário (2000) e Nonato da Silva (2006).

O patrimônio arquitetônico marca a paisagem urbana de Bragança, fazendo dela uma das poucas cidades que ainda preserva parte deste patrimônio na Amazônia. Porém, apenas uma parte encontra-se amparado por um instrumento de preservação, no caso, os tombamentos via decretos municipais e estaduais.

É importante destacar que o centro histórico de Bragança possui mais edificações históricas do que as que foram tombadas até o presente, o que não ocorreu devido ao avançado estado de descaracterização dos prédios interna ou externamente. Pode-se citar aqui o Palacete Augusto Corrêa, antiga sede da prefeitura, conforme a foto 18. Construído em meados de 1890 e concluído em 1902 ou 1903, é um exemplar da arquitetura eclética cujo desenho foi inspirado possivelmente num Palácio da família real portuguesa dos Bragança (NONATO DA SILVA, 2011). O Palacete já abrigou várias repartições municipais, o que contribuiu, em certa medida, para a descaracterização de boa parte da estrutura interna. Além disso, várias reformas sem estudos minuciosos contribuíram para que a estrutura do prédio ficasse comprometida, o que

---

<sup>10</sup> O Plano de Turismo Ver-o-Pará será apresentado e discutido no Capítulo 04.



provocou, no ano de 2009, a retirada das repartições e a desativação e interdição do prédio pelo corpo de bombeiros.



**FOTO 18- PALÁCIO AUGUSTO CORRÊA:** edificação construída no final do século XIX início do século XX de estilo eclético. Antiga sede da prefeitura de Bragança que atualmente encontra-se interditado devido os riscos de desabamento (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, julho de 2013).

Outro ponto importante a ser destacado é o patrimônio inventado, construído com o objetivo de ser visto como algo antigo. No caso de Bragança existe um exemplar de um prédio que foi caracterizado para “transformar-se em patrimônio histórico”, um prédio com traços que lembram algo histórico para compor a paisagem é o caso do prédio que abriga o Banco do Brasil e o gabinete do prefeito conforme a foto 19. Essa não é uma prática muito comum nas cidades históricas da Amazônia, mas em Bragança se tem um exemplar. Trata-se de uma artificialidade em relação ao entorno, onde se encontram prédios muito antigos, como por exemplo, o da igreja de Nossa Senhora do Rosário.



**FOTO 19- PARTE DA CIDADE DE BRAGANÇA:** ao fundo o rio Caeté e ao lado direito o prédio do Banco do Brasil, um patrimônio inventado. Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo julho de 2013.

No ano de 2009, foi produzido um relatório dos bens tombados pelo município<sup>11</sup>, coordenado pela Secretaria de Planejamento. Nele são apresentados treze bens que retratam parte do vasto patrimônio da cidade, entre os quais se encontram igrejas, imóveis particulares, palacete e um coreto. O documento foi produzido

Em atenção à solicitação do Ministério Público, da Promotoria de Justiça da Comarca de Bragança, através do Ofício de n.º 154/2009-MP/3ºPJB, datada de 26 de agosto de 2009, relatamos de forma circunstanciada a história, dados e situação dos bens tombados pelo Município de Bragança para fins de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município segue abaixo descrição de cada um deles (BRAGANÇA, 2009, p. 2).

No **quadro 03** pode-se observar uma síntese dos bens tombados pelo poder público municipal, bem como as principais características de cada um. Esta apresentação faz-se necessária para a compreensão do processo de gestão patrimonial que será discutido no Capítulo 04 deste trabalho.

<sup>11</sup> No Capítulo 04 dessa dissertação serão apresentados e analisados os decretos de tombamentos executados pelo poder público municipal de Bragança.

<b>Quadro 03- Quadro-síntese bens tombados pelo poder público municipal de Bragança.</b>			
	<b>Período de construção do bem tombado</b>	<b>Decreto de tombamento</b>	<b>Características do bem tombado</b>
Igreja de São Benedito	Século XVIII	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 228/06 de 04 de outubro de 2006 (Art. 1º, Item I) e pelo Patrimônio Histórico Estadual pelo Ato de 11 de setembro de 2006 (publicado no Diário Oficial do Estado do Pará de n.º 30.762, de 11.09.2006).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de estilo Barroco;</li> <li>▪ É uma construção de referência do patrimônio cultural de Bragança, tanto materialmente quanto imaterialmente, pois é nela e no seu entorno que ocorrem as manifestações de culto e devoção a São Benedito, de sua Festividade e da Marujada de São Benedito de Bragança.</li> <li>▪ A edificação sofreu modificações em seu interior, mesmo após os decretos de tombamento.</li> </ul>
Imóvel do Senhor José Paes Ramos	Século XVIII	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 228/06 de 04 de outubro de 2006 (Art. 1º, Item II).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trata-se de um sobrado de estilo colonial;</li> <li>▪ A edificação é outra referência importante para o Patrimônio material, já que remonta ao século XVIII, sendo um dos imóveis mais antigos remanescentes da extinta Vila de Bragança durante o período colonial, localizado em frente à orla fluvial urbana de Bragança.</li> </ul>
Catedral de Nossa Senhora do Rosário	Século XIX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 010/08 de 15 de janeiro de 2008 (Art. 1º, Item I).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Edificação de estilo Neoclássico.</li> <li>▪ Construção iniciada na segunda metade do século XIX, a partir do ano de 1854, por iniciativa dos escravos e irmãos pertencentes à Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança.</li> <li>▪ Patrimônio que engloba o Museu de Arte Sacra Nossa Senhora do Rosário (e adjacências que são usadas como</li> </ul>



			<p>pontos comerciais além da Residência Paroquial de uso exclusivo e privativo do Vigário da Paróquia), suas imagens sacras, mantos e berlinda do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Bragança, bem como em seu entorno a Praça da Catedral de Nossa Senhora do Rosário.</p>
Antigo Hotel dos Viajantes	Século XIX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 228/06 de 04 de outubro de 2006 (Art. 1º, Item IV).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de representativo valor social e cultural. Foi ponto de encontro de comerciantes, políticos e empresários que visitavam a cidade, atraídos por aspectos naturais, políticos e pela imponência do comércio local.</li> <li>▪ Abrigou o Hotel dos Viajantes da extinta Estrada de Ferro de Bragança e uma antiga escola de instrução datada do século XIX.</li> <li>▪ Necessita de intervenção e reparos urgentes, pois o prédio tem estado avançado de degradação e há a possibilidade de desabamentos constantes.</li> </ul>
Antiga Casa da Cultura	Século XIX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 010/08 de 15 de janeiro de 2008 (Art. 1º, Item III).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de estilo Eclético;</li> <li>▪ Edificação que já abrigou o funcionamento de algumas entidades e secretarias municipais.</li> <li>▪ Sofreu várias intervenções em sua estrutura interna e externa, praticamente apenas uma parte da fachada encontra-se erguida, o restante desabou, devido a vários fatores, entre eles a falta de manutenção adequada.</li> </ul>
Antiga Residência Oficial dos Prefeitos	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 228/06 de 04 de outubro de 2006 (Art. 1º, Item	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de estilo Neoclássico;</li> <li>▪ É um exemplar da arquitetura que marcou a primeira metade do século XX em Bragança</li> <li>▪ É referência à memória dos Ex-Prefeitos de Bragança e de</li> </ul>

		III).	famílias tradicionais que contribuíram para o desenvolvimento de Bragança.
Imóvel de propriedade dos herdeiros de José Maria Machado Cardoso	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 228/06 de 04 de outubro de 2006 (Art. 1º, Item VI).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Local que funcionou como bilheteria das viagens pela Estrada de Ferro entre o trecho Bragança-Belém;</li> <li>▪ É uma edificação do patrimônio arquitetônico de Bragança que ainda resiste à ação do tempo.</li> </ul>
Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 010/08 de 15 de janeiro de 2008 (Art. 1º, Item IV).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monumento construído no período de influencia da economia da borracha. Em 1910 foi transportado da Alemanha e implantado em Bragança, influenciado pelas diretrizes de urbanização aos mesmos moldes de Belém na administração de Antônio Lemos;</li> <li>▪ Apresenta estado razoável de preservação.</li> </ul>
Mercado de Carne	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 010/08 de 15 de janeiro de 2008 (Art. 1º, Item V).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção em estilo Neoclássico;</li> <li>▪ É um ponto comercial tradicional que engloba os costumes locais de comércio de gêneros alimentícios, mas encontra-se fechado para uma reforma e requalificação do espaço.</li> </ul>
Imóvel Casa Madrid	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 228/06 de 04 de outubro de 2006 (Art. 1º, Item V).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Imóvel que se localiza próximo à Igreja de São Benedito, onde funciona o mais antigo estabelecimento comercial em atividade de Bragança, herança familiar de imigrantes de origem espanhola.</li> </ul>
Antigo Vice-Consulado de Bragança em Portugal	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 228/06 de	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Patrimônio que engloba a importância política da cidade de Bragança, dada a sua relação com Portugal e seus traços arquitetônicos, por sua grande</li> </ul>

		04 de outubro de 2006 (Art. 1º, Item VII).	representatividade arquitetônica e lugar onde está situado (sítio histórico da extinta Estação da Estrada de Ferro de Bragança); <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Edificação bastante deteriorada, sem conservação de suas estruturas internas e externas.</li> </ul>
Residência de Raymundo Nazeazeno Ferreira	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 010/08 de 15 de janeiro de 2008 (Art. 1º, Item VI).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de estilo Eclético;</li> <li>▪ Encontra-se bastante deteriorado, apenas parte de sua fachada ainda resiste a ação do tempo.</li> </ul>
Escola Estadual Monsenhor Mâncio Ribeiro	Século XX	Tombado ao Patrimônio Histórico Municipal pelo Decreto 010/08 de 15 de janeiro de 2008 (Art. 1º, Item II).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção tipo palacete, sob influencia do estilo eclético;</li> <li>▪ Prédio de referência cultural e educacional em Bragança, sendo a única escola que funciona em um prédio tipo palacete de estilo eclético;</li> <li>▪ É de propriedade da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) e necessita de intervenção urgente, pois seu estado é preocupante haja vista estar abandonada há algum tempo.</li> </ul>
(Fonte: BRAGANÇA, 2009). Elaborado a partir das informações presentes no Relatório de Bens Tombados do Município de Bragança. Organizado por Alessandra Lobato, 2013.			

A localização dos bens tombados pelo poder público municipal pode ser visualizado nos **Mapas 03, 04 e 05** nas páginas seguintes.

**MAPA 03- LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA.  
CONSTRUÇÕES DO SÉCULO XVIII E XIX.**



Organizado por: João Junior e Alessandra Lobato, 2013.

**MAPA 04- LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA. CONSTRUÇÕES DO SÉCULO XX.**



Organizado por: João Júnior e Alessandra Lobato, 2013.



**MAPA 05- LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA.  
CONSTRUÇÕES DO SÉCULO XX.**



Organizado por: João Júnior e Alessandra Lobato, 2013.

Dentre estas manifestações culturais e religiosas, destaca-se a festividade e a Marujada de São Benedito de Bragança, (foto 20 e 21). Esta manifestação consiste no culto e devoção a São Benedito, que, apesar de não ser o padroeiro oficial da cidade, é considerado como tal por parte da população que se identifica com o “Santo Preto”<sup>12</sup>.



**FOTO 20- PROCISSÃO EM HOMENAGEM A SÃO BENEDITO NO DIA 26/12/13.** Ao fundo observe a igreja de São Benedito, local de onde sai a procissão e percorre as ruas da cidade (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, dezembro de 2013).



**FOTO 21- APRESENTAÇÃO DA MARUJADA DE SÃO BENEDITO:** manifestação ocorrida no Teatro Museu da Marujada em Bragança no dia 26/12/13 (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, dezembro de 2013).

<sup>12</sup> A expressão “santo preto” é utilizada por alguns bragantinos e devotos para se referir a São Benedito. A padroeira oficial de Bragança é Nossa Senhora do Rosário.

Bordallo da Silva (1981) destaca a origem comum da marujada com a irmandade de São Benedito. Quando no ano de 1798, os senhores consentiram o pedido dos escravos de organização de uma irmandade. Cumprida a primeira festa em louvor de São Benedito, os negros em sinal de consideração, incorporados, foram dançar de casa em casa dos seus benfeitores. “No ano seguinte nova manifestação de agradecimento, com danças à porta, ficando côm praxe<sup>13</sup>” (Idem, 1981, p. 66).

Alguns trabalhos como os de Bordallo da Silva (1981), Silva (1997), Rosário (2000) e Nonato da Silva (2006) e Carvalho (2010) destacam a importância da Marujada de São Benedito. Esses autores a elegem como a principal manifestação de cunho religioso, cultural e histórico da cidade e da região nordeste paraense. Vale ressaltar que a manifestação já se espalhou geograficamente, sendo praticada em outros municípios do estado do Pará, como Tracuateua, Ananindeua e outros, expandiu-se para outro estado como na cidade de Carutapera (MA). Contudo, a maior concentração ainda é em Bragança.

A Marujada é uma das expressões representativas que “confere à cidade de Bragança um significado particular, associado à sua identidade como patrimônio cultural” (CARVALHO, 2010, p. 46). É importante que se ressalte antes de discutir propriamente sobre esta manifestação cultural, que a dimensão imaterial do patrimônio por muito tempo ficou “abandonada e esquecida”, não sendo priorizada em ações que contribuíssem com a preservação, reconhecimento e valorização por parte do Estado. Merece destaque, neste contexto, o que a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, entende como patrimônio cultural brasileiro.

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; „os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2010).

Como pode ser observado, “a limitação dos instrumentos disponíveis de conservação reforça a idéia de que as políticas de patrimônio são essencialmente elitistas e conservadoras” (CARVALHO, 2010, p. 46), privilegiam determinado segmento em detrimento de outro e a influência européia ainda se faz bastante presente.

---

<sup>13</sup> “Côm praxe” significa “prática”.



Diante dessas visões sobre o patrimônio, surgiu um movimento recente em busca de soluções que levassem em consideração as especificidades locais e regionais dos países de tradição não-européia. Como destacou Fonseca (1997), a UNESCO entra nesta discussão a fim de atender as demandas desses países e grupos.

No Brasil, o reconhecimento de manifestações populares foi liderado por grupos que agregam os “excluídos” do cenário cultural nacional como os folcloristas, o movimento negro e indígena, os descendentes de imigrantes, entre outros. Como resultado, o Decreto n° 3.551, de 04 de agosto de 2000, estabelece que as ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial têm como premissas implementar política pública de identificação, inventário e valorização do patrimônio e devem ser inscritas em livros de registro (quatro livros) (FONSECA, 1997).

É necessário que se ressalte que a sociedade tem papel fundamental no processo de construção e apropriação de seu patrimônio cultural, pois é através desses processos que se tornam possíveis o reconhecimento e a valorização dessas manifestações.

Apesar da representatividade e expressão que a Marujada possui no nordeste paraense, apenas recentemente, em 2009, foi declarada patrimônio cultural e artístico do Pará, sob a Lei Estadual n° 7.330, de 17 de novembro de 2009. Isto representou um avanço para a preservação desta manifestação. A promulgação da Lei legitimou a Irmandade para o recebimento de incentivos financeiros para a execução de projetos, nos âmbitos federal, estadual e municipal (CARVALHO, 2010).

A declaração tem como objetivo a preservação, conservação e proteção das formas de expressão, objetos, documentos e fantasias, danças e músicas da Marujada, além da inclusão nos calendários anuais de dados históricos, culturais e artísticos do Estado do Pará. Isso contribuiu para que os rituais que constituem a Marujada ganhassem força e espaço no cenário nacional como manifestação e expressão cultural cujo mérito engrandece todos os atores envolvidos, constituindo patrimônio para toda a sociedade brasileira (CARVALHO, 2010, p. 47).

Vale ressaltar que esse reconhecimento por parte do Estado foi apenas uma medida que agregou-se a outra muito mais ampla que tem contribuído de uma forma tão significativa que faz dessa manifestação umas das maiores expressões da cultura daquele lugar. Foram as vivências que permitiram a Marujada de São Benedito se manter tão forte como pôde ser observado durante a pesquisa, milhares de pessoas entorno da cultura, das práticas, fé, devoção e do modo de ser bragantino como o falar, como a indumentária característica da ocasião, a reunião de famílias, a

ida de amigos e parentes para reviver, apreciar. Enfim tudo isso manifesta-se nessas vivências que não se expressam somente no auge da festividade, mas durante o ano todo quando o Santo percorre todas as regiões que compõem o município os campos, as praias e as colônias, são as esmolações, ritual que tem como objetivo preparar a região para o dia da chegada em dezembro, quando por barcos chegam as últimas comitivas, depois de meses de peregrinação.

Para entender a manifestação em sua totalidade, faz-se necessário compreender o culto e a festividade sacro-profana em homenagem a São Benedito, pois estas seriam as origens da Marujada. De acordo com Carvalho (2010) a cultura na região bragantina é marcada por uma forte tradição historicamente influenciada pelos usos e costumes dos negros e indígenas.

O culto a São Benedito representa claramente esse assunto, a exemplo das manifestações que compõem o ritual da Marujada há mais de dois séculos de existência. Reconhecida como uma das principais manifestações culturais do estado do Pará, a Marujada está inserida na festividade de São Benedito que acontece anualmente no período fixo de 18 a 26 de dezembro, mas os diversos ritos que a compõem são vivenciados ao longo do ano (CARVALHO, 2010, p. 75).

Atualmente, a festividade é organizada pela Igreja Católica juntamente com a Irmandade da Marujada de São Benedito de Bragança (IMSBB). De acordo com (CARVALHO, 2010, p. 78) “ambas dividem tarefas, sendo que esta última fica encarregada do planejamento da Marujada e todos os ritos que a compõem. Constitui-se, portanto, numa manifestação que tem no fenômeno da promessa e devoção ao Santo o alicerce da identidade dos marujos e marujas”.

A festividade de São Benedito e a Marujada são elementos significativos que expressam práticas culturais de um patrimônio vivo que marcam a paisagem urbana e também rural de Bragança. São elementos da identidade, expressões que revelam como manifestações culturais podem ser consideradas de grande relevância para o entendimento da produção da cidade com suas especificidades. A Marujada

é uma manifestação espontânea, que pode ser definida como um ritual afro-brasileiro verificou-se que o elo entre os participantes e as raízes histórico-culturais é apreciável. Existe, inclusive, uma intrínseca relação entre a Marujada com religiões e cultos dos negros trazidos da África, a exemplo da Umbanda e do Candomblé (CARVALHO, 2010, p. 143).

Evidencia-se como no processo histórico de formação daquele espaço a influência a cultura negra e indígena se fez representativa, com influencia, também, do colonizador português, como bem pode ser observado na paisagem da cidade.

Como se constatou, o patrimônio cultural de Bragança é bastante diverso, de natureza material e imaterial, expressões populares e religiosas. Assim, no próximo capítulo pretende-se analisar a produção do espaço de Bragança a partir do processo de gestão patrimonial e sua relação com o turismo.

## **CAPÍTULO 04 - A QUESTÃO PATRIMONIAL EM BRAGANÇA E O PLANEJAMENTO DO TURISMO: DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS, PLANOS E AÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Neste capítulo serão expostos e analisados os principais documentos que envolvem a promoção do turismo na sua relação com a proteção do patrimônio na cidade. Trata-se de questões ligadas aos desdobramentos dos planos e ações na produção do espaço nos últimos dez anos, bem como a identificação e análise da participação dos agentes sociais ligados direta ou indiretamente à proteção do patrimônio e o desenvolvimento do turismo. Essa análise será exposta levando-se em consideração as escalas federal, estadual e municipal.

### **4.1- A questão patrimonial em Bragança: um olhar sobre os instrumentos de salvaguarda do patrimônio**

A produção do espaço de Bragança envolveu vários momentos, processos e agentes como pode ser constatado em parte ao longo do capítulo anterior. O rio, a ferrovia e as rodovias permitiram àquele território significativas transformações socioespaciais. Essas foram decorrentes de alguns fatores dentre os quais destacam-se: o desenvolvimento de atividades econômicas, o estabelecimento de colônias agrícolas e, principalmente, a chegada da EFB, um dos símbolos da modernização daquela região.

A chegada dos colonizadores à Amazônia veio acompanhada de ordens religiosas que tinham por objetivo catequizar os habitantes da região. Nesse período, como mencionado anteriormente, a constituição do território ocorreu entre a Cruz e a Espada (PORTO-GONÇALVES, 2001). Várias cidades pelo interior da Amazônia ainda possuem rugosidades espaciais (SANTOS, 2008) desse período tais como fortificações ou resquícios desse período da presença militar e igrejas dos séculos XVII e XVIII. Bragança é uma dessas cidades históricas da Amazônia que detêm exemplares da arquitetura religiosa, civil e militar daquele período como exposto no capítulo anterior.

No final do século XIX, a construção da EFB e a conseqüente chegada dos trilhos à Bragança no início do século XX gerou uma nova dinâmica econômica, social, cultural àquele espaço como destacou Rosário (2000). Assim, as informações, costumes, hábitos que chegavam pelos trilhos começaram a influenciar diretamente aquela sociedade, o que tornou visível na paisagem urbana. Vários resquícios desse passado como casarões antigos, o palacete Augusto

Corrêa, o Mercado de Carne, entre outros, passaram a marcar a paisagem bragantina. Destaca-se, também, a influência da economia da borracha no embelezamento do espaço urbano.

Bragança possui um patrimônio edificado que remete aos vários momentos do processo de produção do seu espaço. No entanto, apesar de ser uma das cidades mais antigas da Amazônia que ainda possui construções do século XVIII, não necessariamente essas edificações se encontram completamente conservadas ou preservadas para a própria população.

Ressalta-se que existe um potencial para o desenvolvimento do turismo cultural na cidade, que pode ser trabalhado. No entanto, antes de pensar o turismo enquanto atividade econômica é importante um trabalho com a própria população no sentido de reconhecer sua própria história. Essa medida envolve o patrimônio em seu sentido amplo como discutido ao longo do trabalho.

No âmbito das discussões e instrumentos que envolvem a preservação do patrimônio em Bragança destaca-se, que nos últimos dez anos, tem havido uma maior atuação do Estado do que em períodos anteriores, apesar de perceber-se a necessidade de se trilhar ainda um longo caminho para a concretização das ações.

Como discutido no Capítulo 01, vários são os agentes envolvidos com a preservação do patrimônio, na maioria das vezes é o Estado que institui os mecanismos para a proteção. No entanto, é fundamental pensar a atuação de outros agentes que serão atingidos diretamente, destacando-se a população local.

O poder público municipal reconhece o patrimônio cultural da cidade expresso na paisagem urbana não somente pelas formas espaciais, resquícios de um passado, mais também pelas manifestações culturais e religiosas. Isso pôde ser constatado quando os técnicos da Secretaria de Cultura e Desporto foram questionados sobre como observavam o patrimônio cultural da cidade de Bragança.

Bom, eu percebo que o patrimônio cultural é bastante diversificado, bem é assim muito rico e ainda mal explorado por uma série de fatores, tanto faz ser pelo poder público, a gente tem muita falha em relação a isso; eu sei que a gente tem que dar a cara a bater eu sei que é verdade, e também, por um processo mesmo de que, ao longo do tempo, apesar de ter um patrimônio cultural grande, assim rico, diversificado, mas nunca teve uma política assim efetiva que melhorasse, desse mais visibilidade, leis mesmo. Leis nem sempre saem do papel, mas ações mais concretas de fato sim, assim ainda tá se buscando isso, mas o patrimônio cultural que a gente tem aqui, o patrimônio histórico edificado, nós temos patrimônio material, diversas manifestações né, temos festival junino, temos bois, pássaros juninos, temos os ofícios né, tem uma série de diversidade assim que nem mesmo o poder público tem ciência do que tem no município, porque a gente não tem um inventário pra ter uma noção assim, quantificar o tamanho desse patrimônio (Técnico

da Secretaria de Cultura e Desporto do Município de Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Bom aqui em Bragança a gente tem essa parte de patrimônio cultural muito rica, a cidade é muito diversa em todos os sentidos, tanto patrimônio material, imaterial, nós temos um centro histórico bem preservado ainda, os casarões né. É certo que tem algumas lacunas como, por exemplo, a estação ferroviária que foi demolida, mas assim observando e comparando com outras cidades do interior, Bragança está bem preservada ainda e a população dá bem atenção a isso (Técnica da Secretaria de Cultura e Desporto do Município de Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Como se pode constatar a partir dos depoimentos acima, o poder público local tem conhecimento da diversidade do patrimônio cultural em Bragança e das lacunas que existem em relação à sua preservação ou conservação, o que se liga a uma série de fatores que serão discutidos adiante.

Ressalta-se que, na década de 1990, mais precisamente no ano de 1995, o poder público municipal chegou a instituir uma legislação sobre o patrimônio cultural de Bragança; foi a Lei 3.120/95 que dispunha sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental de Bragança e dá outras providências.

Analisando as orientações presentes na lei, observa-se que ela indica medidas bem atuais para o contexto da época. No entanto, essa lei não tem sido aplicada na prática. Além disso, destaca-se que, apesar do vasto patrimônio presente na cidade, até o início do século XXI não se tinha nenhum bem tombado pelo poder público. Isso evidencia como o patrimônio torna-se cada vez mais suscetível as diversas situações, que vão desde a depreciação pelo tempo até as de caráter humano como a depredação, a especulação imobiliária entre outros.

A partir de meados dos anos 2000, o poder público municipal começou a instituir outros instrumentos que visassem atender as demandas referentes à proteção e à preservação do patrimônio cultural de Bragança. Com isso, uma das primeiras menções ao patrimônio nesse período foi posto no Plano Diretor Participativo de Bragança criado através da Lei n.º 3.875, de 10 de outubro de 2006. Posteriormente, criaram-se dois decretos de tombamentos que visavam à preservação de alguns imóveis localizados no centro histórico da cidade. O primeiro decreto criado no ano de 2006 e o segundo em 2008, totalizando o tombamento de doze imóveis e um coreto.

A criação de planos diretores visa contribuir com o próprio ordenamento territorial, além de instituir diretrizes e orientações para as futuras ações referentes às várias dimensões da vida urbana. Nesse sentido, buscou-se analisar as diretrizes referentes à cultura e à preservação do patrimônio cultural, pois como se destacou no Capítulo 01, poucas cidades, especialmente as capitais e aquelas consideradas mais antigas, possuem uma legislação específica sobre patrimônio. Pequenas cidades, em grande parte, não dispõem de legislação específica referente ao patrimônio.

Em muitos casos, nota-se que o plano diretor acaba sendo um dos poucos mecanismos utilizados para prever diretrizes sobre a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural. No estado do Pará, essa situação é bem visível e, em Bragança, isso também ocorre. No entanto, isso não, necessariamente, assegura o cumprimento do que foi estabelecido, sendo necessário compreender os processos de planejamento e gestão que envolvem a tomada de decisões.

O Plano Diretor Participativo do município de Bragança foi criado no ano de 2006, por meio da Lei n.º 3.875, de 10 de outubro. Esse plano, de acordo com o apontado no 3º artigo, atende ao disposto no art. 134, § 1º da Lei Orgânica Municipal, bem como às disposições estabelecidas no art. 182, § 1º da Constituição Federal, art. 236 da Constituição do Estado do Pará e da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Dentre as várias diretrizes estabelecidas no plano, ressaltam-se as contidas no capítulo III, que trata das diretrizes setoriais para o desenvolvimento sócio-cultural. Este capítulo é composto por cinco seções. A segunda seção, que trata sobre as diretrizes para a cultura e para a preservação do patrimônio cultural, é composta pelos artigos 27, 28 e 29, sendo os dois últimos compostos, respectivamente por oito e dezesseis itens.

O 27º artigo define que o objetivo da política municipal de cultura do município de Bragança é contribuir com o fortalecimento de todos os segmentos culturais do município visando à segurança social e o progresso municipal.

O 28º artigo detalha especificamente as diretrizes da política municipal de cultura do município de Bragança. Em síntese, observa-se que os oito itens que compõem o artigo em questão tratam da importância da cultura bragantina, ressaltando-se como deve ser o processo de gestão e quem são os agentes envolvidos com a preservação da cultura e do patrimônio histórico. Nota-se que há uma valorização muito expressiva da participação da população local nos

processos que envolvam a conservação, preservação e fiscalização tanto da cultura quanto do patrimônio.

O 29º artigo trata das ações estratégicas para alcançar as diretrizes propostas no 28º artigo. Analisando-se os dezesseis itens que compõem o 29º artigo, nota-se que a proposta é atual para o contexto municipal, pois visa uma série de ações que vão desde a criação de um conselho municipal de cultura, de museus, de lei de preservação do patrimônio, do fundo municipal de cultura, entre outros até a criação de infra-estrutura administrativa e suporte técnico pessoal que possa contribuir com os vários processos e etapas que compõem as políticas culturais.

Analisando-se essas diretrizes, percebe-se que elas englobam um conjunto de ações fundamentais para a preservação. No entanto, a maior parte do que foi proposto não se cumpriu e prazos não foram cumpridos. O conselho municipal de cultura não foi criado, e este seria um órgão capaz de promover um diálogo mais próximo com a população assim como fiscalizar as ações; o fundo municipal de cultura, destinado à gestão de recursos a serem investidos na reforma, promoção, valorização dos bens tombados pelo município e as manifestações da cultura bragantina, também não foi implantado.

A administração atual do município justificou que o plano diretor encontra-se em processo de revisão. No entanto, não informou prazos para conclusão dessa revisão e nem como está ocorrendo esse processo. Neste sentido, entendemos ser necessária uma revisão no próprio processo de planejamento e gestão das ações e metas. Além disso, nota-se que a fiscalização deve ser uma prioridade nesse processo.

Outros instrumentos criados ao longo da primeira década do século XXI foram os decretos de tombamentos. Como mencionado anteriormente, a criação teve como objetivo tentar preservar alguns prédios históricos de valor histórico e cultural que se encontravam bastante ameaçados. Ressalta-se que, no centro histórico, há mais edificações que poderiam ter sido tombadas. No entanto, os critérios de seleção levaram à determinação de apenas treze bens.

O decreto nº 228 foi assinado em 04 de outubro de 2006. A finalidade era declarar tombados para fins de preservação dos valores culturais, históricos e sociais alguns imóveis do município de Bragança, localizados no centro histórico. Trata-se de um decreto constituído por cinco artigos e um parágrafo único no 1º artigo.

O artigo 1º versa sobre a importância da proteção, conservação e preservação do patrimônio tanto histórico e cultural quanto artístico e arquitetônico. Além disso, enfatiza que os



bens por ele tombados não devem ser vendidos, locados, arrendados, derrubados ou terem suas estruturas físicas ou fachadas alteradas sem o conhecimento e autorização da PMB. Os imóveis tombados apresentados nesse artigo são: igreja de São Benedito, Imóvel de propriedade de João Paes Ramos, Casa da Cultura, Coreto Pavilhão Senador Lemos, Mercado de Carne, Residência de Raymundo Nazeazeno Ferreira, conforme a foto 22 a seguir. Todos os imóveis listados são isentos do pagamento de quaisquer tributos de competência municipal, como é destacado no parágrafo único do artigo.



**FOTO 22- BENS TOMBADOS PELO DECRETO 228/06 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA.** Da esquerda para direita: 1-Igreja de São Benedito; 2- Imóvel de João Paes Ramos; 3- Casa da Cultura; 4- Coreto Pavilhão Antônio Lemos; 5- Mercado de Carne; 6- Residência de Raymundo Nazeazeno Ferreira (Fotos: Alessandra Lobato. Trabalhos de campo realizado entre os meses de julho de 2012 a dezembro de 2013).

No 2º artigo do decreto são explicitadas as secretarias de Cultura, Infra-estrutura Urbana e Rural e Turismo como as responsáveis pelas articulações com entidades públicas, privadas e

Organizações não governamentais (Ongs.) tanto nacionais quanto internacionais, para a elaboração de projetos que visem à conservação e valorização dos imóveis tombados. Além disso, as secretarias mencionadas ficam encarregadas de conservar, preservar e manter os imóveis, sendo de responsabilidade do município as despesas decorrentes dessas atribuições das secretarias.

O 3º artigo do decreto enfatiza a permanente articulação que deve existir entre as secretarias citadas e as entidades públicas, privadas e Ongs. que visem à formalização de convênios para conservação e valorização dos imóveis tombados. Nota-se que este artigo é praticamente uma repetição do 2º artigo.

O 4º artigo trata sobre do cumprimento e da publicação do decreto. E por fim, o 5º artigo trata da entrada em vigor do decreto com a publicação do mesmo.

Antes da publicação do referido Decreto, não se tinha nenhum instrumento de salvaguarda do patrimônio além da lei 3.120/95 que, na prática, não foi efetivada. O decreto representou assim um marco de avanço na discussão e preservação do patrimônio. No entanto, é possível questionar determinados elementos desse diploma legal como a falta de especificações sobre o modo como deveriam ocorrer os processos de proteção, conservação e preservação dos patrimônios, pois se tratam de imóveis particulares e do poder público municipal. Assim, caberia o questionamento sobre as especificidades dos processos supracitados.

Outro ponto a ser analisado diz respeito às atribuições dos órgãos responsáveis pela articulação com as demais entidades públicas. Neste caso, observam-se, também, especificações muito gerais. Além disso, em nenhum momento se menciona o papel dos responsáveis pela fiscalização desses patrimônios. As secretarias são citadas como órgãos responsáveis pela elaboração de projetos e busca de parcerias. Em nossa compreensão, a função desses órgãos, por meio do decreto, poderia estar melhor especificada, como por exemplo, a criação de um departamento de patrimônio na Secretaria de Cultura e Desporto, que poderia ser um órgão fiscalizador.

Dois anos após o primeiro decreto de tombamento, promulgou-se mais um decreto municipal. O decreto 010/08 declara tombados, para fins de preservação dos valores históricos, culturais e sociais mais sete imóveis. Foi publicado em 15 de janeiro de 2008 e é composto por quatro artigos e o parágrafo único do 1º artigo.

O texto que compõe o 1º artigo do decreto 010/08 é praticamente o mesmo do 1º artigo do decreto nº 228/06; a diferença está na enumeração dos imóveis que fazem parte do decreto em questão. Os imóveis que passaram a ser tombados com este decreto foram os seguintes: Igreja Catedral Nossa Senhora do Rosário, Escola Estadual Monsenhor Mâncio Ribeiro, Residência Oficial dos Prefeitos, Imóvel que funcionou o antigo Vice-Consulado de Portugal, Imóvel do Antigo Hotel dos Viajantes, Imóvel da atual Casa Madrid, Imóvel de propriedade dos herdeiros de José Maria Machado, conforme a foto 23. O parágrafo único que faz parte desse artigo também é uma reprodução do texto do parágrafo único do decreto nº 228/06.

No documento que foi disponibilizado para esta pesquisa não consta o 2º artigo do decreto em questão, não sendo assim possível analisá-lo. Já os artigos 3º e 4º apresentam os mesmos textos do decreto nº 228/06.

Ao analisar os decretos supracitados, constata-se que eles são resultados de um processo no qual o tombamento é um instrumento que deve ser entendido como resultante de uma ação que é cultural, técnica e política (PAES, 2009). Nota-se que os decretos foram criados com o objetivo de tombarem alguns imóveis de Bragança no intuito de preservá-los, pois lhes foi dado um determinado valor. Além disso, envolveu um processo de seleção resultante dos interesses e conflitos da equipe que constituiu a Secretaria de Planejamento do município naquele momento.

Sabe-se que o instrumento de tombamento não garante que efetivamente o bem será preservado, mas é uma ação que pode contribuir com a concretização de outras ações como, por exemplo, o acesso a editais de fomento a requalificação urbana, reforma e restauro lançados tanto por órgãos estaduais quanto federais<sup>14</sup>.

No centro histórico de Bragança não há nenhum bem tombado pelo IPHAN o que faz com que a atuação desse órgão seja bastante frágil, apesar de ambas as partes - IPHAN e município - afirmarem que existem parcerias. Observa-se que existiram ações, mesmo sendo elas pontuais ou ocorrendo em um determinado período de tempo.

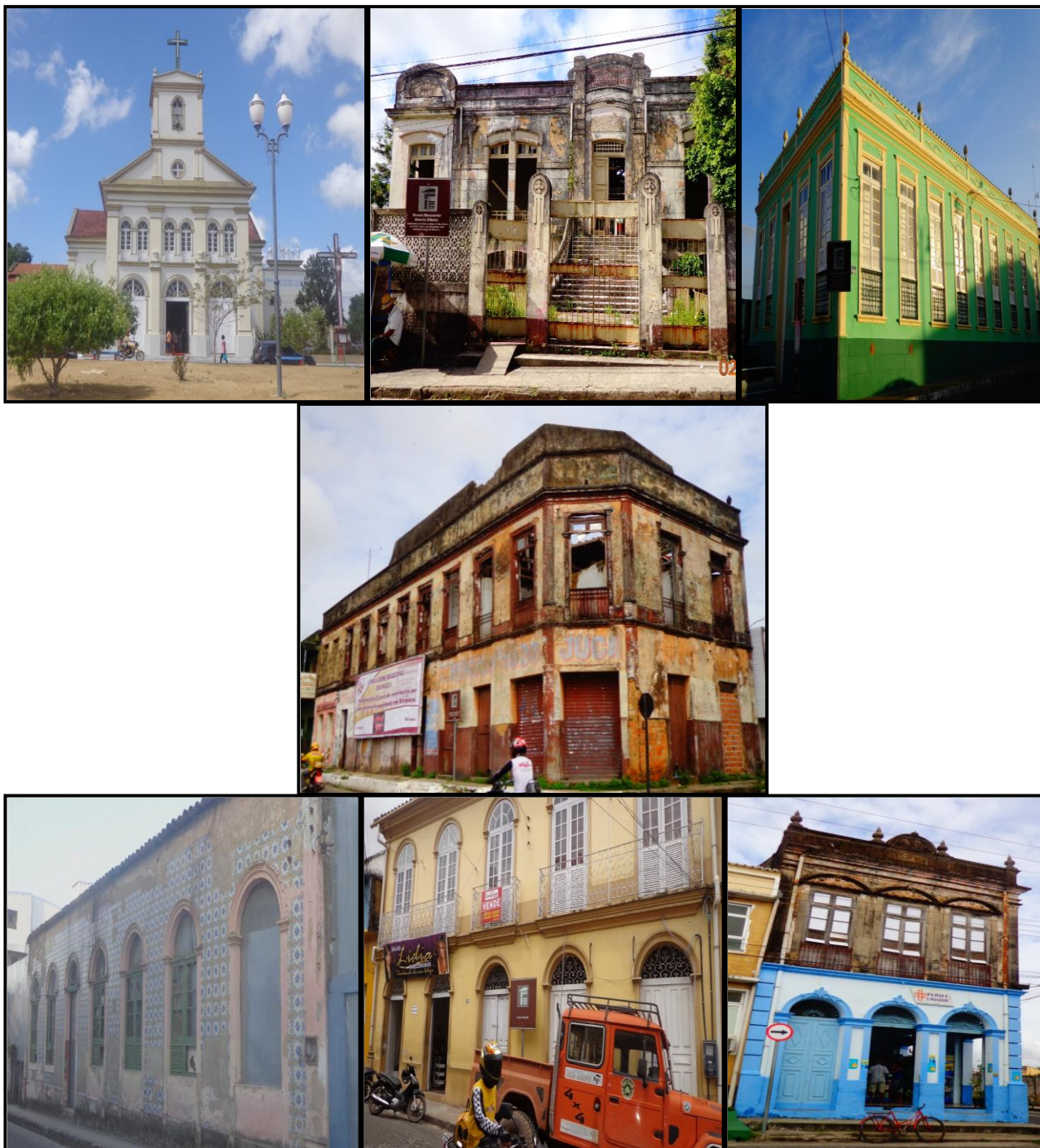
A nível estadual tem-se em Bragança dois tombamentos sendo eles: o imóvel de Sebastiana Vanda Fernandes de Medeiros decretado pelo Ato de 15 de setembro de 1999 (foto 24) e o polígono incluindo o Complexo da Igreja de São Benedito (Templo, Barracão da Marujada e Coreto) conforme a foto 25, localizado na Praça 1º de outubro. Esse foi decretado

---

<sup>14</sup> Essa é uma medida interessante, mas que se não é trabalhada adequadamente pode gerar problemas futuros e outros conflitos entre os agentes tanto os ligados ao patrimônio quanto ao turismo, no caso de utilizar o patrimônio como atrativo para o desenvolvimento do turismo.



através do Ato de 11 de setembro de 2006. O tombamento desses imóveis, tratou-se, também, de medida para resguardar esses patrimônios.



**Foto 23- BENS TOMBADOS PELO DECRETO 010/08 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA.** Da esquerda para direita: Catedral de N. S. do Rosário; Escola Estadual Monsenhor Mâncio Ribeiro; Residência Oficial dos Prefeitos; Imóvel que funcionou o antigo Vice-Consulado de Portugal; Imóvel do Antigo Hotel dos Viajantes; Imóvel da atual Casa Madrid; Imóvel de propriedade dos herdeiros de José Maria Machado (Fotos: Alessandra Lobato. Trabalhos de campos realizados entre os meses de julho de 2012 a dezembro de 2013).



**Foto 24 - RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA MEDEIROS:** imóvel tombado pelo poder público estadual no ano de 1999. (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo, maio de 2013).



**Foto 25- COMPLEXO DA IGREJA DE SÃO BENEDITO:** igreja, barracão (local onde ocorrem apresentações da Marujada de São Benedito) e coreto. Conjunto tombado pelo poder público estadual no ano de 2006 (Foto: Alessandra Lobato. Trabalhos de campo realizados entre os meses de julho de 2012 a dezembro de 2013).

Outra ação importante em relação à discussão e preservação do patrimônio cultural em Bragança ocorreu no ano de 2009. A Marujada de São Benedito foi declarada patrimônio cultural e artístico do Estado do Pará, através da Lei Estadual n° 7.330, de 17 de novembro de 2009. Apesar de a manifestação ser bastante antiga e expressar-se como parte da identidade do bragantino, até aquele momento não se tinha um instrumento jurídico para sua preservação. No entanto, ressalta-se que a preservação dessa manifestação sempre existiu e foi realizada pela própria população; marujos e marujas que repassam as novas gerações o conhecimento e os

saberes da Marujada, essa é sem dúvidas a maior forma de preservação desse patrimônio, foram essas vivências que permitiram a preservação e repasse as novas gerações, que a cada ano só tende a aumentar o número de devotos, fiéis, participantes e turistas.

A lei, em parte, representou um avanço em termos de discussão sobre patrimônio em Bragança. Analisando-se os artigos que a compõem, percebe-se que além da preservação, conservação e proteção de tudo que envolve a Marujada existe, também, um apelo à valorização da manifestação para o desenvolvimento do turismo. Isso é algo já exposto no novo plano de turismo, Plano Ver-o-Pará como será apresentado posteriormente.

Outras ações foram elaboradas referentes à preservação e promoção do patrimônio cultural do Estado do Pará. Dentre elas foram realizados levantamentos sobre o patrimônio cultural de vários municípios paraenses, entre os quais Bragança. Elaborou-se, também, um Programa de Preservação da Memória, entre outras ações. No entanto a maior parte das ações não foram executadas conforme declaração da ex-diretora do setor de patrimônio da Secretaria de Estado de Cultura.

Uma das ações promovidas pelo IPHAN em Bragança nos últimos anos foi o Balaio do Patrimônio<sup>15</sup>, no ano de 2009, que não gerou resultados tão significativos para o patrimônio local do ponto de vista da preservação. Neste caso, a intenção era promover uma ação de discussão fora da capital Belém.

Apesar de se ter essa tentativa de aproximação e articulação, uma série de empecilhos fazem com que diferentes ações enfrentem barreiras para sua concretização. Conforme declaração da Superintendente do IPHAN - seção Pará.

Bom, eu acho que tem várias coisas. Uma dificuldade de trabalhar dentro de uma rede com Estado e municípios, principalmente quando se trata de municípios, quando a gente fala de Belém é uma coisa, mas se a gente fala no nosso interior é outra/ que as prefeituras são bem deficientes e não tem recursos e não tem equipe qualificada e enfim não tem formação nessa área de patrimônio nem informação, então o que torna bastante complicado o trabalho, porque a gente tem uma estrutura pequena; então o ideal seria a gente trabalhar em rede, o que é a proposta do sistema nacional de patrimônio, mas que ainda engatinha. Chegou nos Estados e não chegou nos municípios, só nas áreas tombadas, nas capitais e tal, onde a gente já tem uma atuação maior essas articulações já existem (Superintendente do Iphan seção Pará. Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

---

<sup>15</sup> Balaio do Patrimônio trata-se de uma ação desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que tem por objetivo a discussão de políticas voltadas a preservação do patrimônio cultural.



Como se percebe, falta uma articulação mais efetiva entre as esferas estadual e municipal. Isso apresenta-se como um dos principais fatores para a concretização de ações. Apesar disso, o Iphan tem tentado buscar sua ampliação junto aos estados e municípios.

No ano de 2009, o Ministério da Cultura e o IPHAN lançaram o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas. Como discutido no Capítulo 02, o programa visava uma série de medidas, as quais a requalificação das áreas urbanas de centros históricos. No estado do Pará, a cidade de Bragança foi indicada por possuir bens protegidos mesmo que apenas nas escalas municipal e estadual. Elaborou-se um plano de ação para Bragança. Essa ação foi uma elaboração conjunta que contou com a participação dos órgãos federal, estadual e municipal, ligados à cultura e ao patrimônio.

O PAC/CH Bragança nasceu em decorrência do PAC cidades históricas do Governo Federal. O plano do governo visa uma série de ações que pretendem contribuir com um “planejamento integrado de ações para o desenvolvimento social vinculadas às potencialidades do seu patrimônio cultural” (BRAGANÇA, 2009, p. 2).

O Plano de Ação está estruturado da seguinte forma: uma introdução no qual são apresentados os objetivos do plano, uma caracterização da diversidade do patrimônio cultural de Bragança: as edificações históricas, as manifestações religiosas e culturais, os saberes e ofícios. Logo em seguida, a localização geográfica do município e chega-se propriamente à delimitação da área de atuação do plano.

De acordo com os dados obtidos no próprio Plano de Ação do município de Bragança, a abrangência territorial considera a área urbana, através do polígono histórico demarcado pelo Plano Diretor Municipal, reconhecida como Macrozona Urbana (MZU 01) – Centro Histórico. Nele está presente o cerne inicial de colonização e evolução da cidade com a presença dos patrimônios edificados de ocupação mista e possuidora dos imóveis que compõem o Patrimônio Histórico Arquitetônico. Existem, também, ações de intervenção na área rural (através da comunidade do Benjamim Constant). Para este estudo, delimitamos nossa análise para a área urbana. O PAC/CH Bragança tem como principal objetivo desempenhar intervenções nessas duas áreas particulares. Na figura 04 é possível observar a área de territorialização da requalificação urbana proposta para o perímetro urbano.



**FIGURA 04- TERRITORIALIZAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA** (Fonte: BRAGANÇA, 2009).

No caso de Bragança, a elaboração do PAC cidades históricas consolidou-se a partir da pactuação de órgãos como IPHAN - Pará, Secretaria de Estado de Cultura do Pará e a Prefeitura Municipal de Bragança, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) que atendeu à Chamada Pública para aderir ao novo pacto em torno da preservação do patrimônio cultural instituído pelo Ministério da Cultura e IPHAN. A partir desse momento, ocorreu a formação da equipe de trabalho que foi encarregada de realizar a tarefa de cumprir as etapas determinadas pelo IPHAN. Essa equipe é formada por arquitetos, engenheiros, historiadores e auxiliares administrativos que são os responsáveis pelo levantamento de dados e preenchimento das planilhas de trabalho, elaboração de mapas e demais levantamentos técnicos.

Além dessa equipe destacada, o plano aponta a participação popular na pactuação. Essa participação ocorreu por meio das discussões realizadas durante a Conferência Estadual de Cultura, durante a Audiência Pública do Plano Plurianual de Bragança, ambas realizadas no ano de 2009. Estas discussões deram embasamento para a construção deste Plano de Ação.

Foram discutidas com a população, as previsões de investimentos da **Prefeitura Municipal de Bragança**, sendo que o “PAC Cidades Históricas” foi apresentado, debatido e incluído como proposta de investimento na infraestrutura urbana e paisagística e na requalificação do patrimônio da cidade, sendo aprovado e incluído no



PPA do Município e pactuado como programa para investimentos públicos nos próximos quatro anos (2010-2013) (BRAGANÇA, 2009, p. 10).

Outro ponto destacado no plano foi a inserção da proposta de planejamento do “PAC Cidades Históricas” Bragança como a política pública municipal norteadora das ações voltadas à preservação do patrimônio cultural da cidade. Isso também ocorreu em função da I Conferência Municipal de Cultura, sob o tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, ocorrida, também, no ano de 2009 (BRAGANÇA, 2009).

Como resultados dessa pactuação, o plano é coerente em apresentar a situação das ações, ou melhor, da falta de ações que deveriam ser executadas pelo poder municipal, pois destaca-se que todos imóveis tombados no município ocorreram via decreto municipal. Como analisado anteriormente, os decretos apresentam-se, todavia, como um instrumento frágil.

Temos como resultado desse processo de pactuação em torno do patrimônio cultural da cidade, além de um diagnóstico dos mais diversos problemas do nosso município no que diz respeito à questão da gestão do patrimônio, a percepção de que apesar de haver uma legislação municipal que trata desse segmento, ela é incipiente e não consegue ser aplicada de forma contínua e com a eficiência e a eficácia necessárias para promover a proteção, promoção e divulgação da cultura de Bragança, bem como um diagnóstico das necessidades efetivas do nosso Patrimônio Cultural (BRAGANÇA, 2009, p. 10).

A constatação desse resultado é uma realidade em Bragança, isso confirmou-se através das entrevistas realizadas com técnicos da secretaria municipal de cultura, bem como nas observações in loco.

O Plano destaca que, diante dos resultados obtidos, buscou-se o estabelecimento de parcerias com o IPHAN - seção Pará e SECULT, onde foi possível realizar a Oficina de Capacitação do Plano de Ação para Cidades Históricas e ações de assessoria para elaboração do Plano, bem como uma oficina para reestruturar os objetivos do Plano.

Destaca-se, neste Plano, o diagnóstico da infraestrutura do centro histórico, em que são apresentados os vários problemas que o perpassam, desde aqueles de ordem econômica, como a falta de investimento na requalificação urbana, entre outros, até os de ordem social, como a mínima identificação, percepção e valorização por parte da população local. Neste ponto cabem vários questionamentos, pois os processos supracitados necessitam de mediadores.

Diante do diagnóstico, exposto o Plano traz uma série de desafios, entre os quais destacam-se “a necessidade de estabelecer mudanças na forma de utilização e uso dos

patrimônios de nosso município” (BRAGANÇA, 2009, p. 11). Este desafio coloca-se como fundamental para pensar a preservação e conservação dos patrimônios, pois medidas que visem novas formas de uso que envolvam de fato a população local nos atos de apropriação uso e gestão podem contribuir com a manutenção daqueles.

Outro ponto ressaltado no Plano diz respeito às especificidades dele, pois ainda se tem muito a ser feito pelo patrimônio, principalmente, no que se refere à identificação e à inventariação do patrimônio tanto material quanto imaterial. A abrangência territorial dessa diversidade é vista como um ponto fundamental das ações. Na área urbana de Bragança, “temos os patrimônios edificados em sua diversidade arquitetônica e paisagística, todos apresentando potenciais para investimentos em sua requalificação para que sejam transformados em pólos irradiadores de cultura, educação e conhecimento em todo o Nordeste do Estado do Pará” (BRAGANÇA, 2009, p. 12).

A visão exposta de um patrimônio enquanto instrumento de cultura, educação e conhecimento é apenas uma parte da proposta, pois a outra perpassa a valorização pelo econômico que é “transformar Bragança no principal pólo irradiador de cultura da região Nordeste do Pará, interagindo com o vizinho Estado do Maranhão e promover a imagem do município como *“Cidade do Patrimônio”* no Brasil e no exterior” (BRAGANÇA, 2009, p. 12). Ao longo de todo o Plano de Ação essa idéia de valorizar o patrimônio para o desenvolvimento de atividades econômicas, como o turismo, será constante. No objetivo geral do Plano de Ação, esse viés econômico, também será perceptível. O plano, assim, constitui-se enquanto um conjunto de ações que visam

realizar a promoção de nosso Município como pólo cultural e turístico da Amazônia Atlântica, com base na sustentabilidade econômica e social da região, considerando a requalificação e preservação do seu acervo arquitetônico, urbanístico, histórico e documental, espacializados em seu *Centro Histórico* e sítios rurais, potencializando a paisagem cultural amazônica, conhecimentos e práticas tradicionais do patrimônio imaterial, constituídos em quase quatro séculos de formação, desde 1613 (BRAGANÇA, 2009, p. 12).

A visão de futuro para Bragança perpassa, em grande parte, a valorização e até certa medida a mercantilização da cultura e do patrimônio, algo que vem se repetindo em muitas cidades históricas. Valorização para que? Para quem?

A nossa visão de futuro almeja tornar Bragança “*Cidade Patrimônio*”, qualificando-a e referenciando-a como pólo patrimonial de desenvolvimento cultural do Nordeste do Pará e da Amazônia, a partir da restauração e reabilitação de nosso patrimônio arquitetônico de interesse à preservação histórica, estabelecendo a sua promoção e divulgação aliada ao desenvolvimento da educação e da cultura (BRAGANÇA, 2009, p. 13).

Diante dessa visão, nota-se que para além da identificação e apropriação por parte da população local, está o viés econômico que apresenta-se nas entrelinhas, sutilmente mascarado em termos como sustentabilidade econômica e social. As transformações pretendidas com a implementação do PAC/CH Bragança também apontam justamente essa valorização para o econômico.

A partir das ações estabelecidas no Plano de Ação do **PAC CIDADES HISTÓRICAS**, pretendemos transformar a cidade de Bragança em um pólo turístico e cultural da Amazônia Atlântica, que através da requalificação dos patrimônios significativos de nossa cidade fortalecerá as atividades turística, cultural, comercial e de serviços em nível local, regional e nacional, aliando a requalificação com o desenvolvimento de atividades sustentáveis e a promoção e valorização desses patrimônios (BRAGANÇA, 2009, p. 13).

As questões que se levanta aqui são: como a população local pode se apropriar do patrimônio e deve ser envolvida no processo de gestão? Como gerar postos de trabalho e renda para a população local para além de trabalhos informais. Porque isso sim seria pensar um plano de ação diferente, é necessário investimento na base.

Por fim, o Plano de Ação do PAC/CH Bragança apresenta uma listagem das ações propostas, sendo os eixos principais: a divulgação do patrimônio cultural do município de Bragança; reabilitação e requalificação da infraestrutura do Centro Histórico do Município de Bragança; restauração e reabilitação do patrimônio arquitetônico de interesse à preservação histórica e valorização cultural do município; implementação de mecanismos de gestão e marcos legais que contemplem a salvaguarda e fomento ao patrimônio cultural de Bragança; capacitação de técnicos para a gestão dos bens que constituem patrimônio histórico e cultural do município e Fomento as atividades produtivas locais.

Analisando-se o plano de ação percebe-se que ele apresenta um conjunto de medidas que tentam englobar as necessidades do centro histórico de Bragança. No entanto, em termos práticos, essas medidas não se concretizaram, pois o município não recebeu recursos financeiros através do PAC/CH devido a vários fatores, entre os quais estavam os elevados valores solicitados para o desenvolvimento das ações.

Houve um momento de diálogo. Fizeram propostas, mas todas muito além do que eles poderiam dar conta. Queriam resolver todas os problemas da cidade, então tipo assim apesar da gente chamar e cortar eles colocavam de novo. Ficaram assim projetos macro e irreais e assim mesmo poucos conseguiram fazer alguma coisa, por que no primeiro momento o que a gente conseguiu trabalhar com eles foi um plano onde é isso que eu estou dizendo os orçamentos foram baixíssimos, e o que propunham extrapolaram bastante. Em vez de fazer uma coisa mais palpável e possível de realizar, queriam botar tudo dentro, foi difícil, mas conseguiram fechar os planos. A segunda etapa era fazer os projetos para acessar os recursos pra viabilizar esses planos é isso que eu to falando não teve projeto (Superintendente do Iphan seção Pará. Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

Apesar de Bragança não possuir nenhum imóvel tombado pelo IPHAN, o órgão tentou contribuir de alguma forma com as medidas referentes à preservação do patrimônio como se constatou no Capítulo 02 dessa dissertação e neste item.

Ao analisar os documentos disponibilizados para essa pesquisa e as entrevistas semi-estruturadas com os agentes ligados ao patrimônio, constatou-se que os principais instrumentos foram: o plano diretor, que delineou um conjunto de diretrizes, que não se concretizaram em sua totalidade; os tombamentos por meio de decretos e atos, respectivamente, municipais e estaduais; e a lei que institui a Marujada como patrimônio cultural e artístico do estado do Pará.

Como se destacou, não há nenhum bem tombado pelo IPHAN no município de Bragança, mas criou-se um plano de ação, pelo município, em função do PAC/CH que apesar de não ter sido concretizado forneceu um estudo que pode servir de base para ações futuras. Então, observa-se que há bastante material referente a ações que visem a preservação, conservação, reforma e promoção do patrimônio de Bragança e a requalificação urbana em um sentido mais amplo. Entretanto, as questões políticas e a falta de recursos financeiros tornam-se entraves para a concretização dessas ações. Não há uma política concreta de preservação do patrimônio cultural em Bragança. O que existe são ações pontuais que podem ser ampliadas e que podem passar a integrar a diversidade patrimonial do lugar. Observe no **quadro 04** uma síntese do que discutiu-se nesse item.

<b>Quadro 04-</b> Síntese dos instrumentos de preservação e situação do patrimônio cultural analisado do centro histórico de Bragança.			
	Nível Federal	Nível Estadual	Nível Municipal
Instrumentos de preservação do patrimônio cultural em Bragança	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não existe nenhum instrumento criado pelo poder público federal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Municipal;</li> <li>▪ Criou-se dois decretos de tombamento;</li> <li>▪ Criou-se a Lei que institui a Marujada de São Benedito como patrimônio artístico e cultural do Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criou-se dois decretos de tombamentos.</li> </ul>
Situação dos bens tombados	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inexistente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A maior parte dos Imóveis tombados encontram-se relativamente bem preservados ou conservado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A maior parte dos imóveis encontra-se em precário estado de preservação ou conservação.</li> </ul>
(Fonte: Dados obtidos a partir da análise documental, entrevistas e observações in loco). Elaborado por: Alessandra Lobato, 2014.			

No próximo item serão apresentadas, discutidas e analisadas as perspectivas para o turismo que foram propostas no plano diretor municipal e nos planos de desenvolvimento turístico produzidos pelo governo estadual. Serão apresentadas no próximo item, questões ligadas à cultura e ao patrimônio, não tão privilegiadas no plano anterior de turismo (PDT-PA/2001-2011). Os aspectos voltados à natureza foram, por dez anos, o foco maior das ações previstas no plano, situação que começou a mudar com as novas propostas delineadas no novo plano como também será apresentado.

#### **4.2- Turismo e patrimônio em Bragança: o plano diretor e os Planos de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará**

Como se destacou no Capítulo 03 dessa dissertação, o município de Bragança está inserido na rota do turismo local e regional, é uma das cidades mais procuradas, principalmente, por causa de um distrito do município: a Vila de Ajuruteua. Em alguns períodos do ano, como

final do ano e período de férias escolares, que no estado do Pará ocorrem entre o final de junho e início de agosto, a vila é um dos principais destinos turísticos. No entanto, a cidade, também, passa a receber esses turistas que preferem se hospedar nos hotéis que ficam localizados no centro histórico da cidade. Com isso, a cidade passa a abrigar esse fluxo de pessoas que buscam a praia, mais, também, as programações culturais ofertadas na orla da cidade as margens do rio Caeté.

O turismo é uma atividade relativamente recente em Bragança, apesar da procura ser, principalmente, pela área litorânea, a área urbana também absorve esse contingente de turistas que podem observar na paisagem do centro histórico um pouco da história da cidade, através das edificações antigas e também do patrimônio vivo representado pelas manifestações culturais, religiosas, no jeito de falar e ser bragantino, entre outras.

Nesse contexto, a Festividade de São Benedito é uma das manifestações que mais atraem devotos e turistas no período de dezembro. Sendo o ponto máximo os dias 25 e 26 de dezembro como mencionado no capítulo anterior. É um momento em que a cidade recebe um fluxo de pessoas muito intenso.

Destaca-se que esse “conhecimento” que se apresenta na paisagem ainda está em grande medida no plano visual, como será discutido posteriormente. Sendo interessante pensar em estratégias de educação patrimonial que futuramente contribuam para a ampliação da conscientização da população local e dos visitantes sobre a importância do patrimônio do lugar.

Bragança não dispõe de uma política municipal de turismo, mas conta com um Conselho Municipal de Turismo e diretrizes para o turismo no plano diretor. No entanto, observa-se a necessidade um planejamento turístico mais adequado às especificidades do lugar como será discutido adiante. Além disso, observou-se que por não ter um plano municipal, o município seguiu o que era proposto no antigo plano de turismo do Estado (PDT-PA/2001-2011) e no Plano Nacional de Turismo como se constatou também por meio das entrevistas. Recentemente, a secretaria tem criado projetos a partir das diretrizes estabelecidas no novo plano de turismo estadual.

Analisando esses documentos, constata-se que cada um prove uma visão sobre o turismo em Bragança. Começando pelo plano diretor municipal, observa-se que o mesmo trata sobre o turismo no capítulo IV quando ressalta as diretrizes setoriais para o desenvolvimento econômico do município. É constituído por quatro seções, sendo a quarta seção composta pelas diretrizes

estabelecidas para o turismo. Esta seção é formada pelos artigos 61, 62 e 63, seus incisos e um parágrafo único.

O 61º artigo trata dos objetivos da Política Municipal de Turismo, bem como a maneira pela qual estes objetivos devem ser alcançados. No entanto, observa-se que as ideias são gerais e sem especificações.

O 62º artigo trata propriamente das diretrizes da Política Municipal de Turismo. No artigo, são apontadas vinte e uma diretrizes que abordam ações que vão desde a criação de equipamentos para o desenvolvimento da atividade turística até a fiscalização da própria. São ações que visam atender tanto ao urbano quanto à Área de Proteção Ambiental e à Reserva Extrativista.

Analisando-se as diretrizes para o urbano e, especificamente, as direcionadas ao patrimônio cultural, observa-se que as recomendações visam, entre outras, o apoio à recuperação e à restauração de equipamentos de interesse cultural, paisagístico e histórico. Além disso, o incentivo à eliminação das barreiras arquitetônicas nos bens de uso público, atendendo dessa forma as normas de acessibilidade. As outras medidas tendem, especialmente, à integração e à valorização da produção cultural local através das manifestações culturais, folclóricas, tradições populares e artesanato.

O artigo 63º trata das ações estratégicas que deverão ser adotadas para se alcançar as diretrizes propostas. Trata-se de dezesseis ações que envolvem, entre outras ações, a criação do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo, criação de infra-estrutura, criação do Fundo Municipal de Turismo, pactuação para recuperação do patrimônio histórico e cultural para que integrem o roteiro turístico de Bragança. Apesar de tratar-se de ações importantes e em certa medida necessárias, nota-se que grande parte das ações não se cumpriram nos prazos estabelecidos.

Outro ponto fundamental que deve ser ressaltado é a ausência efetiva da participação da população local nas ações propostas, em nenhum momento é mencionado como a participação da população local ocorrerá, apesar de o Plano Diretor ter sido construído de forma participativa.

Nota-se que há um apelo evidente para a valorização do patrimônio cultural e natural com o intuito de apropriação e desenvolvimento da atividade turística. Essa não é uma situação exclusiva de Bragança, muitos estudos sobre cidades históricas já apontaram como o patrimônio está sendo apropriado pelo turismo.

Como mencionado no capítulo três o maior fluxo de turistas ocorre em função da procura pelo distrito de Ajuruteua, mas no mês de dezembro o fluxo é maior em função da Festividade de São Benedito. Nos dias 25 e 26 daquele mês ocorre o ponto máximo, como uma procissão que percorre algumas ruas da cidade no final da tarde do dia 26 conforme a foto 26.



**FOTO 26- PROCISSÃO EM HOMENAGEM A SÃO BENEDITO:** procissão que percorre as principais ruas de Bragança. Os registros foram realizados no dia 26 de dezembro de 2013 (Foto: Alessandra Lobato. Trabalho de campo realizado em dezembro de 2013).

A própria população reconhece que há um fluxo de turistas bem maior em função da Festividade de São Benedito. Quando questionado se a Festividade de São Benedito poderia ser considerada como um atrativo turístico um entrevistado respondeu:

Sim, e ela é a principal, porque ela atrai o turista tá entendendo? Eu sempre digo as pessoas que vem no museu que me procura pra gente conversar, eu sempre digo assim. Sempre teve muitos turistas que dizem assim: se eu vier em Bragança e não for em duas partes eu não fui em Bragança. Primeiro ela diz se eu não ver a marujada eu não fui em Bragança, se eu não for em Ajuruteua, então não adianta, então eu vejo assim a marujada é um ponto turístico original, porque original? Porque ela é o cartão postal de Bragança. Às vezes assim não é Ajuruteua, não eu acho que não nem Ajuruteua é o cartão postal, eu acho que o cartão postal em Bragança chama-se Marujada, porque o cara, a pessoa vem aqui e tem que ver a marujada, porque se não ver a marujada não sai daqui satisfeito. Por exemplo, nós tivemos as sextas-feiras apresentação da marujada toda sexta-feira. Vamos encerrar agora. O povo diz assim: poxa nós temos que ver lá no museu então. O que eu pensei, poxa não vai dar muita gente pra vim ver, quebrei a cara porque toda sexta-feira o povo o público vem. Então eu digo ela faz parte do ponto turístico, ela é a principal, eu acho que ela é a chave do ponto turístico de Bragança, não



desmerecendo os outros não, todos são, mas eu acho que ela é o cartão postal (Bragantino. Presidente da Irmandade de São Benedito em Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013.)

Como se constata, a Marujada de São Benedito é uma das expressões que revelam a cultura e identidade de parte da população bragantina, sendo apontada pela própria população como um elemento que pode ser trabalhado pelo turismo. Em parte isso já está ocorrendo mesmo que de forma não totalmente planejada. E percebe-se que essa visão sobre a Marujada começa a ser mais explorada no novo plano de turismo como será exposto adiante.

A nível estadual, como destacado em capítulos anteriores, criou-se um plano denominado Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT-PA/2001-2011). Esse Plano dividiu o Estado do Pará em seis pólos de desenvolvimento turístico, conforme **Mapa 06**. O município de Bragança foi inserido no pólo Amazônia Atlântica, apesar de ser o município de Salinópolis, considerado o município sede do pólo, devido a fatores como a maior presença dos equipamentos turísticos e infraestruturais para o desenvolvimento da atividade.

O PDT/2001-2011 foi criado no início da década de 2000, tomando como ponto de partida o projeto Beija-Flor<sup>16</sup>. O plano tinha como objetivo o desenvolvimento de estratégias para que a atividade turística fosse desenvolvida de forma que promovesse melhoria da qualidade de vida da população paraense. Para isso foram considerados os elementos da cultura, mas principalmente da natureza como denominados pelo plano de riquezas de atrativos da Amazônia paraense e seu grande apelo sobre mercados emissores de turistas e o crescimento dos segmentos de viagens voltadas à natureza (PARÁ, 2001).

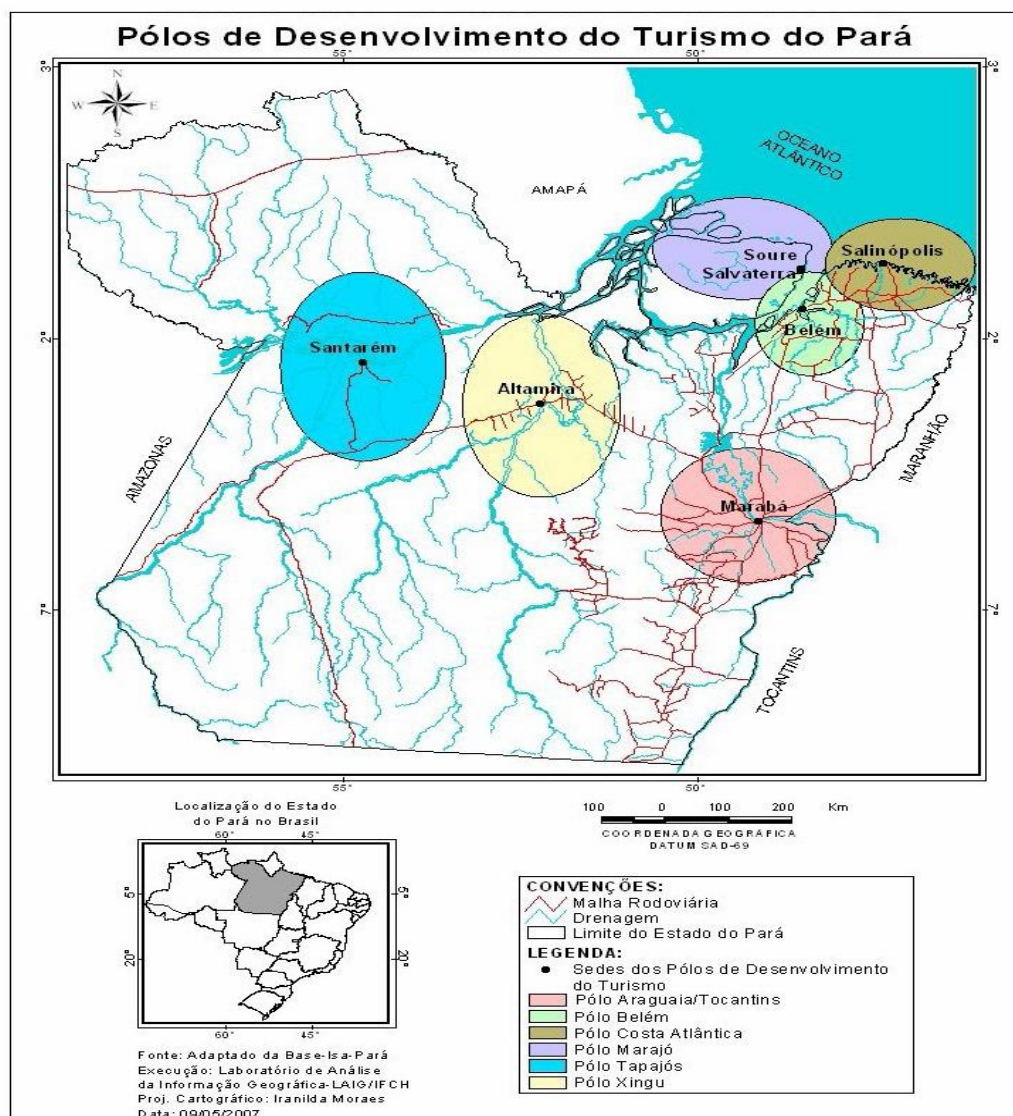
Com esse processo de levantamento de documentos e trabalhos de campo, produziu-se um documento dividido em três partes: a primeira corresponde ao diagnóstico da área; o segundo compreende quais eram os objetivos e estratégias e o terceiro corresponde aos programas e ações do PDT/2001-2011.

---

<sup>16</sup> Compreendia um conjunto de ações voltadas ao incentivo à atividade turística no Estado do Pará. Este projeto foi criado no período do segundo governo de Almir Gabriel, entre os anos de 1999 a 2002. O projeto Beija-Flor identificou quatro pólos turísticos – Belém/Costa Atlântica, Marajó, Tapajós e Araguaia/Tocantins. Com base nestes pólos o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará efetuou seu diagnóstico e identificou produtos e negócios turísticos prioritários. O diagnóstico levou ao desmembramento de dois destes pólos, em função das características diferenciadas dos recursos e das demandas observadas. Assim, o Estado do Pará foi planejado em seis pólos a saber: Belém; Costa Atlântica; Marajó; Tapajós; Araguaia/Tocantins; Xingu (PARÁ, 2001, p. 5).

No diagnóstico do plano são apresentados vários elementos que envolveram a metodologia de construção e o conteúdo do mesmo. Inicialmente, foram realizadas compilações e análise da documentação existente referente aos pólos turísticos do Estado do Pará. Este processo envolveu planos, projetos já desenvolvidos, *folders*, mapas entre outros. O levantamento deste material, também, foi realizado em diversos organismos públicos e privados. Neste contexto, foram definidos os municípios prioritários para o desenvolvimento das ações, conforme o **Mapa 06**.

**MAPA 06- LOCALIZAÇÃO DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARÁ.**



(Fonte: SERRA, 2007).

O desenvolvimento do plano, nesse primeiro momento, ocorreu com o desenvolvimento de uma pesquisa em três fases. Inicialmente foram realizadas entrevistas com turistas que chegavam a Belém pelo aeroporto internacional da capital paraense. Em seguida, foram realizadas pesquisas sobre as cidades com maior participação no turismo nacional, no intuito de identificar e compreender em que setor o Estado do Pará estava deficitário. E na terceira fase levou-se em consideração a escala internacional concernente a pesquisa de mercado.

O órgão responsável pelo turismo, naquele momento, também foi alvo de pesquisa, “A estrutura interna da PARATUR também foi objeto de diagnóstico por parte da equipe técnica do plano” (PARÁ, 2001, p. 7). Essas medidas visavam contribuir com a identificação do “recurso principal da região, capaz de atrair por si só demanda turística e o recurso complementar, aquele que ajuda a compor com o recurso principal um produto de qualidade” (Idem, 2001, p. 7). Foram estabelecidas estratégias de mercados geográficos, estabelecendo-se, posteriormente, os objetivos, programas e ações.

não é mencionado no documento quais tipos ou padrões de turistas que a pesquisa da empresa solicita, ou de onde eles vinham. Outro detalhe, é que outros lugares de chegada a Belém não são mencionados no plano, como é o caso do Terminal Rodoviário de Belém Hildegardo da Silva Nunes e dos portos fluviais situados ao longo da capital (SERRA, 2007, p. 87).

Isso se deve a própria finalidade a qual o plano se dispunha, que era identificar estratégias para atrair à região maiores fluxos turísticos (PARÁ, 2001). Analisando-se o plano, vê-se que a diversidade natural e cultural da região, incluindo-se aqui a forma como a população amazônica em geral lida com o tempo cronológico, poderiam ter sido melhor explorados. O tempo na Amazônia é o tempo mais lento, ainda comandado, em parte, pelos rios, sendo outra lógica de organização espacial e estabelecimento de relações socioespaciais e de produção do espaço, diferente, por exemplo, do Centro-Sul do país.

O conteúdo do plano apresentava os recursos turísticos disponíveis no Estado, enfatizando-se a natureza, seus atributos, e a “cultura”. Elaborou-se alguns quadros que tentaram retratar a avaliação da atratividade dos recursos turísticos em função dos mercados geográficos para cada um dos pólos estabelecidos no plano. A área de estudo deste trabalho, como mencionado anteriormente, está inserida no pólo Costa Atlântica. No referido plano o pólo é apresentado no **Quadro 05** da seguinte forma:

**Quadro 05-** Avaliação dos Recursos Turísticos do Pólo Costa Atlântica em Função dos Mercados Geográficos.

Recursos	Categoria	Mercados geográficos			
		Doméstico	Regional	Nacional	Internacional
Praias	P	IIII	III	II	
	C				
Ilhas	P		III	III	
	C	III			
Cultura (danças folclóricas e patrimônio arquitetônico histórico)	P	III			
	C		III	II	

P: recurso principal, com potência e capacidade para atrair visitantes por si mesmo

C: recurso complementar, interessante para ser visitado mas sem força para motivar uma viagem por si mesmo.

III Atrativo alto; II Atrativo médio; I Atrativo baixo.

(Fonte: PARÁ, 2001).

O pólo Costa Atlântica é apontado, principalmente, pela diversidade de praias de mar, pois está no trecho de litoral oceânico isolado da descarga barrenta do Amazonas pela barreira da Ilha do Marajó e a vazão do Rio Pará. Observa-se que o recurso cultura é tratado como complementar. Como pode ser constatado ao longo deste trabalho, a cidade de Bragança possui um patrimônio cultural bastante representativo, que nesta avaliação do PDT não foi dimensionada.

Quanto às infraestruturas e aos equipamentos básicos, o plano aponta que os sistemas de transporte, saneamento, eletricidade, etc. apresentam, no conjunto do estado do Pará, uma situação que ainda precisa ser bastante melhorada, com importantes deficiências e carências em alguns pontos do território (PARÁ, 2001). Ressalta a importância do transporte fluvial para a circulação, mas aponta o transporte aéreo como o mais conveniente para o desenvolvimento do turismo. No entanto, concorda-se com Serra (2007) quando aponta que a situação deficitária da infraestrutura na região, deve corresponder, primeiramente, às necessidades da população paraense.

No Estado do Pará, a situação da infra-estrutura ainda é deficiente. Neste caso, antes mesmo de atender às necessidades de um turismo latente, as infraestruturas de um modo geral não conseguem nem mesmo atender as demandas gerais da população paraense, em conseqüência, a atividade turística ainda encontra dificuldades de se fixar no espaço (Idem, 2007, p. 92).

Na seção serviços turísticos, também são apontados elementos para pensar o turismo na região. A estrutura empresarial do setor turístico paraense é espalhada e atomizada. A maioria das empresas são de pequeno tamanho e de domínio familiar e movimentam, salvo algumas exceções, volumes de negócios reduzidos. Estas características contribuem para a limitação da capacidade das empresas turísticas paraenses, tanto para desenvolver sua própria competitividade interna como para influir na melhora do entorno concorrente global (PARÁ, 2001).

As outras seções que compõem essa primeira parte são: os produtos turísticos; comercialização dos produtos turísticos; demanda turística do Pará. O plano finaliza esta primeira parte com uma avaliação da organização institucional do turismo.

Na segunda parte do PDT, são apresentados os objetivos e estratégias, destacando-se como objetivo principal do plano

Converter o Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional, mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável, que contribua decisivamente para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Pará, gerando maior bem estar material e maior bem estar emocional (PARÁ, 2001, p. 55).

O Estado, nesse contexto, deveria se tornar mais competitivo. Para concretizar isso seria necessário investir nas atratividades, na produtividade, no marketing e na gestão, os quais seriam os elementos bases.

o objetivo do plano não se restringe às transformações do setor turístico no território paraense, mas, acima de tudo, apresenta-se como plataforma de transformação social, tanto do ponto de vista da materialidade (bem estar material), quanto da imaterialidade (bem estar emocional). Portanto, o turismo, a partir de uma diretriz voltada para o mercado, pretende uma ampla mudança sócio-espacial (SERRA, 2007, p. 98).

No entanto, observou-se que as ações foram, em grande parte, concentradas nos municípios sedes de cada pólo. De certa forma, percebe-se que essa visão de turismo do plano, apesar de pregar “a melhoria da qualidade de vida” da população local, pouco contribui para isso, pois na própria elaboração optou-se por um modelo de planejamento, que Serra (2007) vai mostrar que é contrária a idéia de Souza (2004), que é a da participação popular na operacionalização e implementação do planejamento das atividades. Nota-se que o “plano, ao privilegiar certos grupos da sociedade paraense, circunscreve o poder de decisão sobre o desenvolvimento do turismo para poucos” (SERRA, 2007, p. 89).

São definidos, também, objetivos de negócios e de crescimento. Os primeiros visam o maior aumento da demanda de investimentos suscitados a partir da ampliação do volume da atividade no Pará, já o segundo não é explicitado no plano. Define-se, também, quais seriam as estratégias de desenvolvimento turístico para cada um dos pólos, levando-se em consideração as pesquisas realizadas anterior àquele período.

Com base no diagnóstico anteriormente apresentado foram identificados os negócios/mercados prioritários para desenvolvimento do turismo em cada pólo. A priorização levou em consideração a qualidade dos recursos existentes, o grau de estruturação em termos de formatação de produtos e, principalmente, a existência de mercado consumidor facilmente captável para estes produtos (PARÁ, 2001, p. 5).

Para o pólo Costa Atlântica, o plano propõe que as estratégias de mercado podem estar baseadas em seis mercados/produtos. Esta opção por cinco mercados/produtos não expressa que outros não possam ser desenvolvidos pela região. “Significa sim que nestes seis produtos/mercados, pela qualidade de sua oferta e pela demanda disponível nos seus vários segmentos geográficos, o Pólo terá maior poder de competitividade” (PARÁ, 2001, p. 6). No **quadro 06**, percebe-se a distribuição destas estratégias de produtos.

**Quadro 06-** Estratégias de Produto/Mercado Pólo Costa Atlântica.

Negócios/Mercados	Mercados geográficos			
	Doméstica	Regional	Nacional	Internacional
Sol e Praia	λ	λ	λ	
Eventos	λ	λ		
Reuniões	λ	λ		
Esportes Aquáticos	λ	λ	λ	
Melhor Idade	λ	λ	λ	
Pesca Esportiva			λ	λ

λ Prioridade alta

λ Prioridade média

λ Prioridade baixa

(Fonte: PARÁ, 2001).

Destaca-se no plano que os negócios/mercados que deviam ser priorizados no Pólo Costa Atlântica eram os de sol e praia, eventos, melhor idade e pesca esportiva. Além desses, o plano, propõe, também, outros segmentos. Em síntese, observa-se no **quadro 07**, as justificativas apontadas para a seleção de cada um desses mercados.

<b>Quadro 07- Negócios/Mercado e justificativa apresentada no plano (PDT-PA/2001-2011).</b>	
<b>Negócios/Mercado</b>	<b>Justificativa</b>
Sol e praia	Pelos recursos da região e pela proximidade de um mercado consumidor numeroso.
Eventos	Riqueza da cultura local e possibilidade de atração de demanda fora dos períodos de alta estação.
Melhor Idade	Apresenta uma alta taxa de crescimento e porque também pode ser captado fora dos períodos de alta estação.
Reuniões	Poderia ter prioridade alta, pelo fato de que o mercado de reuniões está crescendo e do mesmo estar ligado ao crescimento da atividade econômica no estado como um todo. Considerando que o Pará tem apresentado índices de crescimento econômico superior à média brasileira.
Esportes Aquáticos	Tem boas condições de ser desenvolvido na região, pelas condições apropriadas do litoral paraense e pela possibilidade de contribuir para à redução da sazonalidade. Esportes de vela, motonáutica, pesca oceânica e pesca submarina são exemplos que podem ser desenvolvidos na região.
Pesca Esportiva	Não apresenta justificativa para a seleção deste segmento.
(Fonte: PARÁ, 2001).	

Observa-se que a dimensão cultural, não foi tão priorizada, as ações envolvem apenas alguns segmentos, isso justifica-se pelo próprio interesse dos agentes envolvidos com o plano. Tratava-se da manutenção da visão de turismo que se tinha sobre a região e em certa medida ainda se tem, pois desde as primeiras ações referentes ao desenvolvimento do turismo na região, houve o apelo à valorização da natureza como atrativo. Assim, ainda observam-se reflexos dessas primeiras políticas das décadas de 1960 e 1970.

Apoiando no exotismo, o IPTA idealizou a Amazônia como um produto turístico único no mundo. Tendo como ponto de partida o mercado europeu e norte-americano, a maior floresta tropical brasileira era vista pelos planejadores da época como um exotismo comparável às destinações do Pacífico, África e Ásia (ANDRADE & TAVARES, 2012, p. 34).

Na terceira parte do plano são apresentados os programas e ações a serem executados. Foram adotados como programas prioritários: atratividade, produtividade, marketing e a gestão. Essa parte do plano corresponde à síntese das ações a serem adotadas em cada um dos pólos.

Constatou-se nesse plano que determinados segmentos do turismo foram priorizados como o sol e praia e os ligados à natureza. A cultura e o patrimônio praticamente não foram levados em consideração, apesar de constatar-se ao longo capítulo anterior a diversidade patrimonial de Bragança.

Esse quadro começou a mudar com o novo plano estratégico de turismo do Estado Pará, lançado no ano de 2012. O Plano Ver-o-Pará propõe um novo olhar sobre o desenvolvimento do turismo na região, o que se expressa pela inserção de outros segmentos do turismo que não foram priorizados no plano anterior como o turismo cultural.

O Plano Ver-o-Pará foi lançado no ano de 2012, trata-se de um plano cujo planejamento prevê ações a serem estabelecidas entre 2012 e 2020. É constituído por três partes: a primeira trata da situação atual do turismo no Estado; a segunda trata do planejamento estratégico; e a terceira, trata do plano operacional.

Na primeira fase, que trata da situação atual do turismo no Estado, buscou-se uma análise sobre como os mercados nacionais e internacionais se manifestam no Pará. Essa primeira parte do documento é composta por seis itens: o turismo no Estado de Pará; a situação do Pará no mercado; a situação da oferta turística; a opinião interna; a opinião externa; política turística e mais as considerações finais.

Destaca-se que ao longo dessa primeira parte, em vários momentos, é ressaltada a importância dos recursos culturais dos pólos turísticos. Agora não é apenas a natureza a ser valorizada, mas também as danças, a gastronomia, os rituais, as manifestações culturais como é apontado no plano. Para este trabalho destaca-se como o pólo Amazônia Atlântica é apresentado no plano, em especial Bragança.

O plano trabalhou com uma metodologia que elencou e categorizou os produtos em três graus de valor. O primeiro seriam os produtos estrelas, os segundos os produtos “A” e os



terceiros os produtos “B”. A nosso ver, essas denominações revelam um caráter marcadamente mercadológico. Os recursos são tratados como produtos e mercadorias, passíveis de comercialização. Tratam-se os recursos, principalmente, os culturais, como os principais responsáveis pela captação dos fluxos turísticos.

No plano, os produtos estrelas são “produtos excepcionais e podem ser considerados o melhor da “experiência” no destino. São produtos singulares que valem a viagem e devem ser utilizados como principais captadores de fluxos” (PARÁ, 2012, p. 79). Nesse rol destaca-se no pólo Amazônia Atlântica manifestações culturais e esportivas; em Bragança destaca-se a Marujada de São Benedito.

Seguindo a metodologia aplicada pelo plano, o Estado apresenta os produtos “A” “que complementam os produtos estrelas e se convergem em indutores de viagens e fatores de redução de períodos de baixa temporada e, nesse caso, os demais atrativos podem complementar a visita e ampliar o tempo de permanência do turista no destino” (PARÁ, 2012, p. 80-81). Nessa categoria, destaca-se para o pólo Amazônia Atlântica alguns atrativos naturais, manifestações religiosas e culturais; em Bragança destaca-se elementos naturais e construídos como o patrimônio arquitetônico.

O plano apresenta como produtos “B” aqueles “que exercem uma função estratégica, permitindo a ampliação do período de permanência do turista ou a motivação de seu retorno” (PARÁ, 2012, p. 83). No pólo Amazônia Atlântica foram elencados, principalmente, elementos naturais; e em Bragança elementos naturais e culturais. Observa-se no **quadro 08**, a síntese dos produtos turísticos de Bragança elencados no plano Ver-o-Pará.

<b>Quadro 08-</b> Produtos turísticos do município de Bragança elencados no Plano Estratégico de Turismo Ver-o-Pará.				
<b>Pólo Turístico</b>	<b>Município</b>	<b>Produto Estrela</b>	<b>Produto “A”</b>	<b>Produto “B”</b>
			Farinha de mandioca	Praia de Ajuruteua
			Conjunto histórico e arquitetônico	Campos brangantinos
			Ilha de Canela	Ecocavalgada
				Resex Marinha Caeté-

Amazônia Atlântica	Bragança	Marujada		Taperaçu
				Carpintaria naval
				Mirante de São Benedito
				Museu da Marajuda
				Praias de Boiçuganga, Chavascal, Vila, Grilo e Pilão
				Rio Caeté
				Reservas de Manguezais
				Museu de Arte Sacra
				Círio de Bragança
(Fonte: PARÁ, 2012). Org. por: Alessandra Lobato, 2014.				

Diferentemente do plano de turismo anterior, o Plano Ver-o-Pará propõe como um dos principais atrativos a Marujada, o qual seria o produto estrela oferecido pelo município, denominação essa problemática e apelativa. Em outro patamar, denominado produto “A”, estão outros atrativos como o patrimônio histórico e arquitetônico e os naturais compõem a maior parte dos atrativos denominados produto “B”.

Essa visão sobre aquilo que será transformado em produto turístico revela bem a busca por uma nova estratégia de desenvolvimento do turismo no Estado. É evidente que os recursos naturais ainda são bastante destacados, mas a dimensão cultural passa a compor o rol de recursos para o turismo na região, passando a ter maior expressão que nos dez anos anteriores.

A segunda parte do plano trata, especificamente, sobre o planejamento estratégico para o turismo no Estado do Pará. Ele está sistematizado em dois grandes itens, sendo eles: o que queremos ser e o que vamos promover; esses se desdobram em vários outros subitens.

Um dos itens que chama atenção é a visão de futuro para o ano de 2020 que se pretende para o destino Pará, que é exposto no plano, como se observa no **quadro 09**.

Justamente essa busca pelos aspectos ligados ao patrimônio cultural, aparecia, por muito tempo, de forma bastante secundária não tendo tanta visibilidade. Fala-se de valorização, preservação, identidade, originalidade, elementos bastante ressaltados ao longo de todo o plano de turismo. Trata-se, em síntese, da uma manutenção do perfil de destino de natureza, mas que passa a incorporar a dimensão cultural como é destacado no plano.

**Quadro 09-** Visão de futuro do turismo para o ano de 2020 do Plano Ver-o-Pará.

**Visão 2020**

**Pará, destino líder da Amazônia**

...pelo uso sustentável dos recursos naturais;

...pela valorização da cultura local;

...pela preservação da autenticidade;

com uma identidade turística própria;

com uma oferta cultural que surpreende pela originalidade;

com uma arquitetura em harmonia com o meio ambiente

com padrão internacional de serviços turísticos;

para viver uma experiência turística amazônica com conforto e segurança.

(Fonte: PARÁ, 2012).

Na terceira parte que compõe o plano Ver-o-Pará, destacam-se três planos: o plano operacional de desenvolvimento, plano operacional de marketing e o plano de ações urgentes. Esses planos propõem um conjunto de ações a serem estabelecidas a longo, médio e curto prazo até o ano de 2020.

A intenção, como mencionado no início, era mostrar brevemente como esse novo plano de turismo propõe mudanças quanto às questões relacionadas ao turismo no Estado do Pará. Mudanças no sentido da seleção daquilo que será transformado em mercadoria para o turismo, pois se no plano anterior a natureza foi a maior prioridade, no plano atual busca-se uma aliança maior e uma relação mais estreita entre natureza e cultura, seja material ou imaterial. E isso já começa a se refletir em Bragança.

O fato da cidade ainda não ter um plano municipal de turismo, contribuiu para que grande parte das ações e projetos criados pela Secretaria de Turismo estivesse em consonância com que foi estabelecido nos planos de turismo estaduais como citado anteriormente.

Então assim a gente não poderia te dizer hoje sem esse plano municipal de turismo pronto quais as modalidades ou segmentos que são trabalhados. O que a gente tem como formato hoje? A gente não tem o plano pronto a gente não vai fazer nada, não. A gente vai fazer alguma coisa por quê? por que o que está servindo de base hoje é o plano

estratégico de turismo do Estado que já indica o que seria para Bragança, para alguns municípios do pólo Amazônia Atlântica quais seriam as atividades desenvolvidas.

Bragança é um dos municípios turísticos do Estado. Tá demonstrado dentro desse plano estadual de turismo que a gente tem o turismo cultural como sendo o segmento prioritário para o município, mas a gente precisa desse documento construído especificamente na nossa região pra que a gente determine direito quais serão nossas ações por quê? a gente percebe que tem uma grande vocação pro turismo de base local, uma grande vocação pro turismo rural entendeu, então a gente gostaria de dar a mesma importância para outros segmentos né.

Então especificamente nessa situação do plano, enquanto a gente não tiver o nosso pronto, nós estamos seguindo o plano estratégico do Estado (Técnica da Secretaria de turismo de Bragança. Entrevista concedida durante de trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Para mostrar um reflexo do que já vem sendo trabalhado pelo município quanto ao turismo, cita-se um projeto criado pela Secretaria de Turismo para o desenvolvimento do turismo religioso. No ano de 2013, o projeto “Fomento ao turismo religioso com foco na festividade de São Benedito em Bragança-PA” foi selecionado pelo Ministério do Turismo. O objetivo é justamente o apoio à manutenção da festividade, mas até o presente momento ainda não foram repassados os recursos financeiros.

Nota-se que começa a ocorrer uma mudança da concepção de turismo que se pretende desenvolver no município muito recentemente. Por muito tempo, principalmente, no período de vigência do plano de turismo anterior, observou-se que o patrimônio natural esteve entre as prioridades para o desenvolvimento da atividade.

O distrito de Ajuruteua ainda é o mais procurado por turistas que chegam a Bragança, como mencionado anteriormente. No entanto, nesse pequeno espaço de tempo (últimos três anos) iniciativas começam a apontar que a diversidade patrimonial do lugar não se constitui apenas de natureza. Além disso, têm-se a história, a cultura, o patrimônio histórico e arquitetônico e o patrimônio vivo, expresso pelas manifestações culturais, religiosidade e outros. Observa-se nesse processo agentes que estão envolvidos nesse conflituoso e contraditório meio que constituem a produção de um espaço singular na Amazônia, seja ele ligado ao turismo ou ao patrimônio.

Diante do exposto ao longo desse item, constatou-se que essa discussão sobre patrimônio e turismo no Estado do Pará é algo muito recente. Quanto às políticas, isso ainda está em grande parte concentrado na capital Belém. Apesar disso, observa-se que no caso de Bragança, nos últimos anos, começaram a ser criados instrumentos e ações que passam a ser colocados em pratica tanto no campo do patrimônio quanto do turismo.

No entanto, ressalta-se que o tipo de planejamento a ser empregado para o turismo é um fator fundamental para o desenvolvimento da atividade, bem como a compreensão dos agentes que participam desse processo. No próximo item serão analisados os agentes que participam desse processo conflituoso e contraditório da produção do espaço, através do que já foi exposto e discutido nos itens anteriores.

### **4.3 - Agentes do patrimônio e agentes do turismo: a atuação na produção do espaço bragantino**

Como se discutiu ao longo de todo trabalho a produção do espaço é um processo social, histórico, conflituoso e contraditório. O espaço transformou-se ao longo do tempo, deixando na paisagem resquícios do passado, rugosidades espaciais (SANTOS, 2008) que permanecem. Foram transformações promovidas por vários agentes sociais que através do desenvolvimento de atividades econômicas e ações políticas contribuíram para a produção do espaço bragantino.

No caso desse estudo observou-se a ação dos agentes ligados ao patrimônio e daqueles ligados ao turismo nos últimos dez anos. Bragança é detentora de uma representativa diversidade patrimonial que, nos últimos anos, vem ganhando mais visibilidade do ponto de vista da criação de instrumentos de salvaguarda. Têm-se o plano diretor municipal, os tombamentos municipais, estaduais e a lei que instituiu a Marujada de São Benedito como patrimônio cultural e artístico do Estado do Pará, todos criados entre os anos de 2006 e 2009.

García Canclini (1994) aponta, como discutido no Capítulo 01, que o patrimônio é o espaço de disputa econômica, política e simbólica que é atravessado pela ação do Estado, do setor privado e dos movimentos sociais. No caso de Bragança, percebe-se que o espaço de disputa que se refere o autor está presente. O patrimônio arquitetônico está naquela paisagem resistindo às intempéries, assim como o patrimônio vivo expresso na forma de ser bragantino, na devoção a São Benedito e na Marujada de São Benedito. Trata-se de elementos da identidade de uma parcela da população.

Destaca-se que apesar dos avanços em termos de criação de instrumentos de salvaguarda, isso não necessariamente representou a proteção integral dos bens tombados como se constatou com os trabalhos de campo. A maior parte dos imóveis encontra-se em precário estado de preservação ou conservação, isso é fator que está relacionado em parte à própria ação dos agentes que atuam sobre o patrimônio, proprietário do imóvel, poder público estadual e o municipal.

Observou-se que o Estado, por meio do poder público municipal e estadual, foi o principal agente envolvido nos processos que corresponderam à proteção, preservação e promoção do patrimônio nos últimos anos. Isso evidenciou o próprio interesse, principalmente por parte do município, em proteger o patrimônio. No entanto, há de se destacar que isso envolve uma ação política.

No caso de Bragança, no período em que foram criados os instrumentos mencionados, tinha-se uma equipe a frente da SEPLAN formada por profissionais como historiador, pesquisador da UFPA, arquitetos entre outros. Isso influenciou, de certa forma, na priorização das ações que seriam criadas para um campo como o patrimônio que, por muito tempo, não foi priorizado e nem protegido por instrumentos legais. No entanto, essa proteção já ocorria pela ação da população local, a exemplo da Marujada de São Benedito, como se constatou com as observações in loco e entrevistas.

Apenas estamos dando continuidade, porque estamos dando continuidade? Porque é uma dança que já veio dos antigos escravos. Então a gente não tem e nem pode fazer mudança, porque são 215 anos de tradição, então o que a gente faz? A gente faz apenas manter e melhorar um pouco o ritmo, porque você sabe que o ritmo da marujada é só na marujada que existe esse ritmo,. Ritmo mesmo bem africano, onde os marujos as marujas dançam retumbão, danço chorado, xote né? E existe aquele ritmo arrastado, e o pé sempre sendo arrastado no chão. Então a gente mantém, não faz mudança porque não pode e porque não deve. Então o ritmo é esse que eu acabei de dizer africano (Bragantino. Presidente da Irmandade de São Benedito. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Evidencia-se nesse contexto que a população local também é um dos agentes que participam desses processos ligados à proteção da cultura e do patrimônio, apesar de não se tratar de uma participação por meio de associações ou organizações que tratem especificamente sobre o tema. A participação ocorre de uma forma bem pontual, a exemplo das conferências de cultura promovidas na cidade pela secretaria de cultura e que chamam a comunidade a participar, mas é uma participação bem pequena como foi informado pelos técnicos da secretaria de cultura de Bragança.

O setor privado também não tem uma representação tão expressiva nesse processo, mas participa. Um exemplo foi a participação da Fundação Hilário Ferreira em parceria com o município e o governo do Estado, que criou um Inventário Cultural do município<sup>17</sup>.

Nota-se que o Estado é, realmente, o maior indutor das ações ligadas ao patrimônio. É o responsável pelo planejamento, elaboração e execução de ações. Observou-se por meio dos instrumentos e projetos apresentados que tratam do patrimônio, que há um interesse visível em trabalhar o patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo.

Quanto ao turismo, observa-se que os agentes envolvidos também são múltiplos. Fratucci (2008) aponta que esses agentes são formados pelo Estado, mercado, turistas, comunidades receptoras constituídas pelos trabalhadores ligados a atividades e a população em geral como foi discutido no Capítulo 01 desse trabalho.

No caso de Bragança, observou-se que entre os agentes estão presentes, mas é importante ressaltar que eles estão presentes não em função propriamente do patrimônio cultural e do turismo cultural, pois como ressaltado anteriormente a área urbana possui potencial para o turismo cultural; ainda são os elementos ligados à natureza a maior fonte de procura pelos turistas. Esse quadro começa a mudar nos últimos anos, principalmente em função do que se estabeleceu como o novo plano de turismo.

Em Bragança, em especial no centro histórico, observou-se que dos agentes apontados por Fratucci (2008), o Estado é esse agente complexo envolvido no processo. Os poderes públicos municipal e estadual atuam sobre o espaço criando os mecanismos e normatizações para o desenvolvimento da atividade como se constatou através do que foi estabelecido no plano diretor e nos planos de desenvolvimento turístico.

A importância do turismo tanto aqui pra Bragança, tanto serve pra valorização local, tanto pro bragantino começar a valorizar a riqueza que ele tem certo? Também o para o crescimento econômico. O crescimento econômico e oportunidade de lazer pra muita gente de fora. O conhecimento da nossa história, a valorização de nossa história, de nossa cultura, o crescimento econômico e, também, o respeito aquilo pelo ambiente né? Porque a gente tá trabalhando a questão hoje. O turismo sempre tem a questão ambiental, o turismo com respeito ao meio ambiente, o turismo sustentável (Bragantino. Atual Prefeito do município de Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

---

<sup>17</sup> O Inventário Cultural do Município de Bragança foi criado pela fundação Hilário Ferreira. Não se trata de um inventário oficial do município. Nesse inventário é apresentada a diversidade patrimonial.

Apesar de ser ressaltada essa importância do turismo para o município, o mesmo ainda não conseguiu criar um plano municipal de turismo, instrumento importante para elaboração de ações futuras. No entanto, a secretaria criou várias ações e documentos referentes ao turismo na região e utilizou-se das diretrizes e recomendações presentes nos planos estaduais de turismo.

A gente tá tentando organizar o que é um dever de casa prioritário pra política pública de turismo que é o plano municipal. A gente não tem esse documento ainda pronto é uma meta pra 2013 da secretaria ter esse documento pelo menos iniciado ainda um estudo ainda esse ano. Com tudo tem diversos outros estudos técnicos que já dão uma base pra isso, que já foram realizados: pesquisa de demanda, inventário da oferta turística, pesquisa de ocupação hoteleira são alguns documentos que já fazem, que já dão um embasamento pra isso (Técnica de Secretária de Cultura e Desporto. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

O governo estadual também participou desses processos que envolvem o turismo em Bragança como se constatou através das entrevistas com o poder público estadual.

Os agentes de mercado, representados pelo *trade* turístico, também se fazem presente em Bragança. Trata-se de um número pouco expressivo, mas existente. São representados por agências de turismo que oferecem serviços de *city tour*, transfer, locação de carro, hospedagem, passeio de barco entre outros. São agências que fazem parcerias com outras agências localizadas na capital e oferecem possibilidades em Bragança.

Os turistas, no caso de Bragança, são agentes que se concentram no município em alguns períodos do ano como constatou-se ao longo dos trabalhos de campo e observações realizadas durante a pesquisa (2012-2013). No mês de julho, há um fluxo maior em função do período de veraneio e em dezembro há outro fluxo em função da Festividade de São Benedito. O centro histórico de Bragança possui vários hotéis que recebem parte desses turistas que preferem as instalações localizadas nessa área urbana.

As comunidades receptoras estão entre os agentes que participam desse processo também. Nesse conjunto formado pelas comunidades, Fratucci (2008) e Krippendorf (1989) apontam vários elementos que caracterizam esses agentes. Trata-se de um grupo constituído por pessoas envolvidas diretamente com o turismo, mas também pela população local.

No centro histórico de Bragança pode-se citar como alguns desses agentes os proprietários e trabalhadores de estabelecimentos como hotéis, bares e restaurantes, ligados diretamente à atividade turística. Um desses agentes quando questionado sobre como observava o turismo na cidade respondeu:



Eu vejo o turismo como um grande momento de comércio né? onde você realmente passa a tirar um lucro maior, tirar justamente como se diz até para como se diz a história para poder fazer alguma reserva, essa é a realidade de Bragança, por quê? por que nesse lado vendo esse lado turístico como se diz quando vem muitas outras pessoas de outros estados, pessoas que ainda não estiveram aqui, vem pela divulgação que nós temos hoje, da facilidade da internet e tudo mais. Então muitas pessoas já vem aqui por indicação.

Agora infelizmente, sou bragantino, filho da terra, nasci, to vivendo e quero morrer aqui, mas ainda deixa muito a desejar esse lado turístico. Hoje nós temos vários pontos turísticos aqui na cidade que estão simplesmente abandonados, você vê um exemplo aqui na frente (Escola Monsenhor Mâncio Ribeiro), infelizmente tem isso ai né, mas por outro lado, muita coisa melhorou. Lógico que entra governante, entra prefeito, sai prefeito e alguém vai fazendo alguma coisa mais, quanto a isso ai já melhorou bastante, muito embora eu digo para o potencial que Bragança tem, muito pouco foi feito ainda, tem muita coisa pra se fazer ainda (Bragantino. Gerente de um restaurante localizado no centro histórico de Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Outro entrevistado, também, aponta a diversidade patrimonial de Bragança e chama a atenção para a necessidade de se manter o patrimônio cultural, pois observa que isso é o que contribuiu para o desenvolvimento da atividade:

No mês de agora julho tem muito turista né, considerado o veraneio e o verão e o mês de dezembro que nós temos festival de São Benedito, a festa maior a Marujada, após o natal 26 é a Marujada que é uma grande procura também. A parte de hotelaria e o fluxo de turista é muito grande nesse período (Bragantino. Gerente de hotel localizado no centro histórico de Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Nesse grupo de indivíduos/agentes têm-se ainda aquelas pessoas não envolvidas diretamente com o turismo, mas que participam do processo porque vivem no lugar. Tratando do centro histórico de Bragança, observa-se que os moradores antigos são detentores de um conhecimento bastante representativo, mas que não são levados em consideração quando se pensa no turismo como atividade. Um trabalho sobre o registro da memória socioespacial desses moradores poderia ser feito e apresentado nos museus da cidade como uma estratégia de mostrar a população local e aos turistas um pouco da história do lugar.

Outra situação que pode ser destacada nesse contexto são os marujos e marujas que participam da Marujada de São Benedito, são pessoas comuns, em grande parte de origem humilde que, através do exercício da manifestação, mantêm vivo um dos principais elementos que atraem os turistas para a cidade. E isso se apresenta enquanto diferencial e peculiar em

Bragança, pois a manifestação acontece não em função do turismo, mas da própria vontade e relação que se estabelece entre parte daquela população e a devoção a São Benedito.

Trata-se de pessoas que participam da Marujada não em função do turismo, mas que de uma forma espontânea acabam por participar do processo que envolve a manifestação como um elemento atrativo para o turismo na região. São centenas de pessoas que envolvidas com a fé, devoção, religiosidade e identidade expressam na paisagem essa diversidade patrimonial que é Bragança.

O espaço é um produto social, histórico, conflituoso e contraditório como bem ressaltaram os trabalhos de Santos (1978; 1996; 2008), Cruz (2009), Carlos (2011). Em Bragança esse espaço foi sendo construído ao longo do tempo, os agentes foram imprimindo marcas naquela paisagem urbana. Um processo dinâmico capaz de revelar um espaço que ainda mantêm elementos que a diferenciam das demais cidades da região, principalmente em seu centro histórico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa constatou-se como a produção do espaço da cidade de Bragança foi se constituindo. Em cada período, desde a colonização no século XVII através dos rios, posteriormente o acesso à cidade através da ferrovia até a consolidação das rodovias, imprimiu-se no espaço uma determinada dinâmica social, cultural, política e econômica. Essas transformações contribuíram para a constituição de uma cidade histórica da Amazônia com características muito particulares, pois, como se observou, a região bragantina sofreu impactos diretos com a implementação da Estrada de Ferro Bragança. A circulação de gêneros alimentícios, pessoas e informações puderam ser ampliadas entre a capital e a cidade de Bragança.

Esses vários períodos contribuíram para a formação de sociedades que imprimiram àqueles espaços marcas que representam uma parte do que foi a ascensão social, cultural e econômica vivenciada na cidade. O centro histórico de Bragança expressa em sua paisagem urbana rugosidades espaciais (SANTOS, 2008), que constituem a diversidade patrimonial local. Não se tratam apenas de edificações antigas, mas também de um patrimônio vivo, expresso nas manifestações culturais, religiosas e no modo de ser bragantino.

Tudo isso constituiu a formação de um patrimônio cultural urbano que foi sendo construído e influenciado pelas dinâmicas que se estabeleceram naquele espaço. Trata-se de um espaço constituído pela materialidade e pela imaterialidade, que juntos formam aquilo que é tratado como parte da história e cultura do lugar. Aquilo que foi selecionado para ser protegido pelos instrumentos de salvaguarda.

Destaca-se que essa integração do município ao restante da região, inicialmente pela estrada de ferro e posteriormente pelas rodovias, contribuiu para o surgimento de outras atividades econômicas, em especial neste trabalho, o turismo. Em Bragança, constatou-se que o fluxo turístico ocorre em função da Vila de Ajuruteua, distante aproximadamente 35 quilômetros do centro urbano. Entretanto, nos últimos anos, tem-se buscado o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural que também constitui o município, a exemplo do que ocorre no centro histórico.

Observou-se que os instrumentos de salvaguarda do patrimônio estão ligados, principalmente, aos decretos de tombamentos. Nos últimos dez anos, foram criados decretos de tombamentos com o objetivo de preservação e conservação daqueles bens que foram

selecionados por sua importância histórica e cultural. Ainda na década de 1990 criou-se uma lei de preservação do patrimônio cultural de Bragança, mas que na prática não é executada.

Quanto a Marujada de São Benedito constatou-se que essa é uma das maiores expressões culturais e religiosas de Bragança, trata-se de um patrimônio vivo que vem se mantendo e se fortalecendo não necessariamente pelo Estado através da instituição jurídica, mas sim pela própria população através das vivências e práticas cotidianas que envolvem a Marujada. O Estado apenas reconheceu o que já era reconhecido e mantido pela população há vários anos.

É importante destacar que apesar de se falar na diversidade patrimonial que constitui Bragança, a seleção dos bens que foram patrimonializados constituiu-se em uma ação que é política, pois se trata de uma decisão coletiva sobre o que preservar na memória coletiva da população. Os tombamentos são assim uma ação técnica, política e cultural, (PAES, 2009).

Diante do que foi observado e dos documentos analisados, nos últimos anos, as principais ações referentes à preservação do patrimônio cultural ocorreram com a criação de alguns instrumentos como o Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e os decretos e atos de tombamentos municipais e estaduais. Entretanto, esses instrumentos não necessariamente têm representado uma ação efetiva de preservação ou conservação da maioria dos bens que foram tombados.

O Plano Diretor traz uma série de diretrizes que deveriam ser cumpridas, mas que em grande parte não foi concretizada. Os tombamentos são apenas uma parte do processo complexo que envolve as ações mencionadas nos decretos. Percebe-se que não basta criar instrumentos, mas é necessário que a fiscalização e a gestão sejam mais efetivas, tendo em vista os projetos e ações que visam à preservação e conservação e criados em parceria entre o município e o estado com o apoio do IPHAN - Seção Pará.

Apesar das observações levantadas a partir da análise dos documentos, destaca-se que esses instrumentos representaram um avanço em relação à discussão sobre a preservação do patrimônio cultural, pois até meados dos anos 2000 não existia nenhum tombamento. O reconhecimento pelo poder público estadual da Marujada de São Benedito como patrimônio artístico e cultural do Estado do Pará é um exemplo deste avanço. Como se constatou nas entrevistas, a Marujada de São Benedito é prioridade para a elaboração de ações e projetos para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo e que depois serão ampliados para o patrimônio arquitetônico.

Há uma série de medidas que pretendem envolver o patrimônio cultural de Bragança ao mercado turístico, de acordo com o material analisado. Isso pode ser constatado principalmente como o novo plano de turismo. O plano anterior não enfatizava tanto os aspectos culturais e patrimoniais. Será importante observar como essas transformações irão se processar, já que o novo plano estará em vigência até o ano de 2020.

Dos agentes ligados ao patrimônio, o Estado é o mais representativo do ponto de vista do planejamento e elaboração das ações referentes ao patrimônio e aos instrumentos de salvaguarda desse patrimônio. Em Bragança, ainda não há uma associação de defesa do patrimônio, como as que existem em Belém como a Associação dos Agentes de Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel), Associação Cidade Velha Cidade Viva (CiViva), poderia ser uma forma de organização para pressionar o poder público municipal no cumprimento do que já foi estabelecido nos documentos oficiais.

Os agentes ligados ao turismo são bastante diversos. Em Bragança não se observa um caso consolidado de turistificação do espaço, até porque o fluxo turístico é principalmente em função de Ajuruteua. Entretanto, observou-se que alguns dos agentes apontados por Fratucci (2008) estão presentes no centro histórico de Bragança.

O Estado representado pelo poder público municipal é um dos maiores indutores de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo. Ajuruteua continua sendo o principal local de investimentos pelo município para receber os turistas. Entretanto, nos últimos anos, a questão cultural tem sido mais trabalhada com as orientações do novo plano de turismo que está sendo elaborado.

Os agentes de mercado, representados pelas agências de turismo, são territorialmente reduzidos, mas oferecem *city tour* pela cidade. Agências de Belém também comercializam pacotes para Bragança. Observa-se assim, a articulação desse mercado – ainda que pequena – existente. Os agentes ligados diretamente com o turismo – donos de hotéis, bares e restaurantes localizados no centro histórico – exercem ações que envolvem a atividade turística. Constatou-se através das entrevistas que eles consideram muito relevante o patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo.

Os moradores que habitam ou frequentam diariamente o centro histórico também participam do processo, mesmo que não estejam envolvidos diretamente com o turismo. Observa-se essa participação na festividade de São Benedito, momento em que ocorre o fluxo mais intenso

de turistas depois do período de veraneio. São pessoas comuns que participam das manifestações que ocorrem ao longo de todo o ano, mas que se destacam ainda mais no período da festividade. Isso está relacionado à própria dinâmica social e cultural que eles acabam desenvolvendo nesse período. Vale ressaltar que nas entrevistas com esses agentes, constatou-se que eles não são contra a presença do turismo na cidade. Alguns disseram que a atividade pode realmente trazer benefícios para a população. Entretanto, destaca-se a necessidade de pensar o planejamento e a gestão de uma atividade tão complexa como é o turismo.

Diante do que foi exposto e analisado, conclui-se que o centro histórico de Bragança possui uma diversidade patrimonial representativa: é o patrimônio edificado juntamente com a imaterialidade que constitui aquele espaço. Existem vários instrumentos de salvaguarda do patrimônio. Entretanto, ações como fiscalização, planejamento e gestão ainda são fundamentais para aquilo que está previsto quanto à preservação do patrimônio seja executado. É fundamental que esses vários instrumentos funcionem de fato. Observa-se que não existe uma política de preservação do patrimônio em Bragança, mas existem instrumentos que podem fornecer a base para isso.

Quanto ao turismo, nota-se que o centro histórico de Bragança possui um potencial para o turismo cultural e que os agentes nos últimos anos começam se interessar mais ainda pelo desenvolvimento dessa atividade. O patrimônio cultural de Bragança é apropriado pelo turismo, principalmente, pela festividade de São Benedito. Há um trabalho de *marketing* que é desenvolvido pelo município e pelo Estado, principalmente devido às propostas estabelecidas no novo plano de turismo.

Em síntese, nota-se que os agentes ligados ao patrimônio e ao turismo desenvolvem ações no conflituoso e contraditório processo que é a produção do espaço, a partir dos seus interesses de preservação e transformação do patrimônio cultural em atrativo turístico.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Terence K.; TAVARES, Maria G. da C. **O Projeto de Integração Amazônica visto pela turistificação dos lugares**. Revista Confins online, nº 14. 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7466>. Acessado em: 20 de julho de 2013.

BAENA, Antônio. L. M. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000037.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2013.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-53.

BORDALLO DA SILVA, Armando. **Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina**. Belém: Falangola, 1981.

BRAGA, C. F; ESPÍRITO-SANTO, R. V. BENTES, B. S.; GIARRIZZO, T.; CASTRO, E. R. **Considerações sobre a comercialização de pescado em Bragança-Pará**. Boletim técnico-científico do CEPNOR. v. 6. n. 1., 2006. p. 105-120.

BRAGANÇA. Lei nº 3875, de 10 de outubro de 2006. **Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e dá outras providências**. Bragança, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **Relatório de Bens Tombados pelo município de Bragança**. Bragança, 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **Plano de Ação das Cidades Históricas PACH Bragança**. Bragança, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2010. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/art\\_216\\_shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_216_shtm). Acessado em: 20 de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. IPHAN. **Programa de Aceleração do Crescimento cidades históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania**. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=1332>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. IPHAN. **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-2012)**. 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acessado em: 10 de janeiro de 2014.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Mauricio. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto;

SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

GARCÍA CANCLINI, N. G. **O patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994. p. 95-115.

CARLOS, Ana F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana F. A (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.

\_\_\_\_\_. Da “organização” à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CARVALHO, Gisele Maria de Oliveira. **A festa do “Santo Preto”: tradição e percepção da Marujada Bragantina**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal.

CASTRO, E. M. R. (Org.). **Escravos e Senhores de Bragança**. 1. ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 2006.

CASTRO, Celso. **Pesquisando arquivos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart et al (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana C. N. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CEPNOR-IBAMA. Centro de pesquisa e gestão de recursos pesqueiros do litoral norte. **Produção pesqueira do estado do Pará**. 2004. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br> . Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

CONCEIÇÃO, M. de F. C. da. **Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca**. 1990. 319f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: (Org.) Lemos et al. **América latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006. p. 367-378.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

COSTA, Everaldo B.. **A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio mercadoria: uma abordagem geográfica**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Cessou em 1945. Cont. 0102-2571 Revista



do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v. 34. 2012. p. 147- 165. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239> . Acessado em: 20 de novembro de 2013.

CRUZ, Ernesto. **A Estrada de Ferro Bragança visão social, econômica e política**. SPEVEA: 1955.

\_\_\_\_\_. **Colonização do Pará**. Belém: INPA; Falângola, 1958.

CRUZ, Rita de C. A. da. **Política de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Política de turismo e território**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Geografia do Turismo**. 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2003.

\_\_\_\_\_. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: Lemos et al (Orgs.). **América latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006. p. 337-350.

\_\_\_\_\_. **Geografias do turismo, de lugares a pseudo-lugares**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2007.

\_\_\_\_\_. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009. p. 92-109.

DENCKER, Ada de F. M.. Valor patrimonial: memória social e poder. In: COSTA, Everaldo B.; BRUSADIN, Leandro B.; PIRES, Maria do C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p.137-155.

ÉGLER, E. G. **A zona Bragantina no estado do Pará**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano 23, n.3, jul./set. 1961. p. 75-103.

EMBRATUR. **Desembarques internacionais e Desembarques Domésticos entre janeiro a dezembro de 2010 a 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>. Acessado em: 20 de dezembro de 2013.

FONSECA, Maria C. L.. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. RJ, UFRJ/ SPHAN, 1997.

FRATUCCI, Aguinaldo C.. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

GODOY, P. R. T.. **Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço**. Estudos Geográficos (UNESP), Universidade Estadual Paulista, v. 2, 2004. p. 29-41.

\_\_\_\_\_. **A Produção do Espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana**. Geosp, v. 23, 2008. p. 125-132.

GONCALVES, José R. S.. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes antropológicos (online), vol.11, nº 23, 2005. p. 15-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2012.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão?**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 22, Nº 2, maio-agosto, 2006. p. 201-210.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HARVEY, David. **O Espaço como palavra-chave**. Revista eletrônica GEOgraphia. Vol. 14 nº 28. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551> . Acessado em: 10 de junho de 2014.

IBGE. **Censo Demográfico do Município de Bragança**. 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados> . Acessado em: 20 de agosto de 2013.

IDESP. **Caracterização sócio-econômica da região nordeste do Pará**. Belém: IDESP, Coordenadoria de documentação e informação, 1977.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEANDRO, Leonardo M. de L.; SILVA, Fábio C. da. **A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará**. Revista Novos Cadernos NAEA. V. 15, nº 2, dez. 2012. p. 143-174.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

\_\_\_\_\_. **La produccion del espacio**. Sociologia, [S.l.], n.3, 1974. p. 219-229.

LIMA, Maria D. **O IPHAN no Pará: 30 anos na coordenação e implementação das políticas federais no estado**. Revista on line Tucunduba arte e cultura, nº 3, 2012. Disponível em: <http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/PUBLICACOES/DAC/REVISTA%20-%20TUCUNDUBA%203%20-%20WEB.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2012.

MACHADO, D. C.; PIRES, M. J. Turismo e patrimônio cultural imaterial: a capoeira em Salvador-BA. In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. do C. (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 245-260.

MAY, Tim. Entrevistas: métodos e processos. In: MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos.** Trad. Carlos A. S. N. S. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENESES, Ulpiano. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: **O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

MENESES, José N. C. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, Everaldo B.; BRUSADIN, Leandro B.; PIRES, Maria do C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 23-35.

MEIRA, Ana G.. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico.** História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, Pelotas: UFPel, 2004. Disponível em: [http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_10\\_ana\\_meira.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf). Acessado em: 15 de julho de 2013.

MIRANDA, Rogério Rego. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa).** 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará. Belém.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Fabio S.. **Turismo e produção do espaço - o caso de Jericoacoara, CE.** 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022008-103629>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

MUNIZ, P. **Estado do Grão-Pará – Imigração e Colonização – história e estatística (1616-1916).** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NIGRO, Cintia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

NONATO DA SILVA, Dário B. R. (1977 - ) **Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século**

**XX.** 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém.

\_\_\_\_\_. **Uma História de Bragança sob novos olhares.** Cartilha. Bragança: Prefeitura Municipal de Bragança / SEPLAN, 2009.

\_\_\_\_\_. **Palacete Augusto Correa: um referencial da arquitetura do início do século XX em Bragança.** 2011. Disponível: <http://profdariobenedito.blogspot.com.br/2011/08/palacete-augusto-correa-um-referencial.html>. Acessado em: 20 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Marujada de São Benedito de Bragança recebe prêmio da CNBB em 2012.** 2012. Disponível em: <http://profdariobenedito.blogspot.com.br/2012/04/marujada-de-sao-benedito-de-braganca.html>. Acessado em: 12 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, L. L. . **Cultura é patrimônio:** um guia. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. **A re-invenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades.** Revista Geosp – espaço e tempo, nº 17, 2005. p. 95-105.

\_\_\_\_\_. Turismo e Patrimônio Natural no uso do território. In: PAES- LUCHIARI. M. T. D.; BRUNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia (Org.) **Patrimônio, Natureza e Cultura.** Campinas: São Paulo, Papirus, 2007. p. 25-46.

PAES, Maria T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

\_\_\_\_\_. Apresentação e Introdução. In: PAES, M. T. D. ; OLIVEIRA, M.. In: (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-32.

PARÁ (Estado). **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA).** Belém: Companhia Paraense de Turismo - PARATUR; THR- Assessoria em Turismo Hotelaria e Recreação, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.330, de 17 de novembro de 2009. D.O.U. n. 31548 de 19/11/2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal de Bragança,** 2012. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/InfoGeo/braganca/pdf/braganca.pdf> . Acessado em: 05 de janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Ver-o-Pará: Plano Estratégico de turismo do Estado do Pará**. Belém: Companhia Paraense de Turismo - PARATUR; Secretaria de Estado de Turismo; Chias Marketing, 2012.

PENTEADO, A. R. **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. 2 v.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W.. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSÁRIO, Ubiratan. **Saga do Caeté: Folclore, História, Etnografia e Jornalismo na Cultura Amazônica da Marujada, Zona Bragantina, Pará**. Belém: CEJUP, 2000. Col. Caeté 2.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4.ed. São Paulo : HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2008.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 5ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, Cristina Seibert.. **Turismo Cultural: uma proposta de preservação do Patrimônio Material**. In: IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul e II Seminário da ANPTUR, 2006, Caxias do Sul. Anais do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul e II Seminário da ANPTUR, 2006. p. 01-09. Disponível em: <http://hipnos.ucs.br/turismo/admin/UPLarquivos/040820081424512.pdf>. Acessado em: 20 de dezembro de 2012.

SERRA, Hugo R. H. **A concepção de turismo e de sua espacialidade no Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará (PDT-PA)**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará. Belém.

SILVA, D. B. da; MELO, C. N. de. **Levantamento da Realidade Educacional, Cultural, Social, Econômica e Política da Cidade de Bragança**. Relatório de Pesquisa do Projeto: “A Feira como Processo Educativo”. Universidade Federal do Pará. Belém, 1996.

SILVA, D. B. da. **Os tambores da esperança: Um estudo sobre cultura, religião, simbolismo e ritual na festa de São Benedito da cidade de Bragança**. Belém: Falângola Editora, 1997.

SIQUEIRA, J. L. de. F. **Trilhos**: o caminho dos sonhos (Memorial da Estrada de Ferro de Bragança). Bragança, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward W. A dialética Sócio-Espacial. In: SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a afirmação do espaço na teoria social. Tradução Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993. p. 97-116.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TRINDADE JR., S-C. C.; AMARAL, M. D. B.. **Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 11, 2006. p. 73-103.

TRINDADE JR., S-C. C.; SILVA, M. A. P. da; AMARAL, M. D. B.. Das "janelas" às "portas" para o rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TAVARES, M. G. da C.. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. 1ª ed. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-47.

TRINDADE JR., S-C. C.. Requalificação urbana em áreas centrais na Amazônia brasileira: Belém do Pará, entre o patrimonialismo e a função social da cidade. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Amazônia**: território, povos tradicionais e ambiente. 1ª ed. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, v. 1, p. 198-219.

\_\_\_\_\_. **Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia**. Espaço e Geografia (UnB), v. 16, 2013. p. 483-513.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996.

## APÊNDICES

## ROTEIROS DE ENTREVISTAS

### APÊNDICE A

#### ROTEIRO 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Superintendente do IPHAN- seção Pará

- 01) Qual a concepção de patrimônio cultural adotada pela Superintendência do Iphan seção Pará?
- 02) Qual (is) estão sendo as linhas de atuação ligadas a preservação do patrimônio cultural do Iphan Pará nos últimos 10 anos?
- 03) Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo Iphan Pará para concretizar as ações previstas em projetos pelo órgão?
- 04) Existem parcerias do Iphan com outras esferas do poder ligadas a cultura e ao patrimônio no Estado do Pará? Se sim, cite e comente algumas dessas.
- 05) Como foi planejada a primeira edição do PAC cidades históricas para o Estado do Pará? Quais os municípios selecionados e suas especificidades?
- 06) Todos os municípios que foram apresentados no PAC cidades históricas do Pará foram contemplados com os recursos financeiros? Se não, explicar.
- 07) Como o Iphan avalia o patrimônio cultural da cidade de Bragança?
- 08) Existe alguma ação ou parceria entre o Iphan e o município de Bragança Se sim, especificar.
- 09) Para o Iphan Pará qual (is) as dificuldades para implementar ações no município de Bragança?
- 10) Para o Iphan Pará Bragança apresenta potencial para o desenvolvimento do turismo cultural? Se sim, justificar.



**APÊNDICE B****ROTEIRO 02**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Moradores antigos residentes no centro histórico de Bragança

- 01) O (A) Senhor (a) vivenciou o período da Estrada de Ferro Bragança? Quais as principais alterações que o senhor (a) observou entre as décadas de 1950 e 1970 com a existência da Estrada de Ferro e com a desativação dela?
- 02) O (A) Senhora (a) considera alguma(s) construção antiga e as manifestações culturais importantes para Bragança? Se sim, diga quais são elas e por que o senhor (a) as acha importante?
- 03) O (A) Senhor (a) é a favor ou contra a preservar as construções antigas? Por quê?
- 04) Como o (a) Senhor (a) vê o turismo em Bragança? Por quê?
- 05) Em sua opinião o turismo pode colaborar com a preservação das construções antigas e manifestações culturais de Bragança? Se sim, por quê? Se não, por quê?
- 06) O (A) Senhor (a) considera que a festividade de São Benedito representa a cultura do povo bragantino? Por quê?
- 07) A festividade de São Benedito pode ser considerada como importante para o turismo? Se sim, por quê? Como o (a) Senhor observa o turismo no período da festividade?
- 08) O poder público municipal discute com os Senhores sobre a preservação dos prédios antigos e as manifestações culturais de Bragança?
- 09) O que o Senhor acha que pode ser feito para preservar os prédios antigos e as manifestações culturais de Bragança?

**APÊNDICE C****ROTEIRO 03**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Prefeito do município de Bragança

- 01) Para o Senhor qual a importância do turismo em uma cidade histórica como Bragança?
- 02) Qual a sua concepção de patrimônio cultural? Sendo Bragança uma cidade histórica da Amazônia o que pode ser desenvolvido na cidade para o turismo?
- 03) Quais elementos o Senhor destacaria como representativos para o desenvolvimento do turismo na cidade? E como eles podem ser inseridos nas políticas públicas do município?
- 04) Na sua opinião qual a importância da festividade de São Benedito para Bragança? Qual o peso dessa festividade na administração municipal?
- 05) Existe participação popular na gestão pública municipal, principalmente, no que se refere às ações ligadas ao turismo e a preservação do patrimônio cultural de Bragança? Se sim, como isso ocorre?
- 06) Existe parcerias do poder municipal com o Estado, governo federal ou iniciativa privada para a implementação de ações ligadas a preservação do patrimônio em Bragança? De que maneira ocorre?
- 07) Existe parcerias do poder municipal com o Estado, governo federal ou iniciativa privada para implementação de ações ligadas ao turismo? De que forma ocorre?
- 08) O poder público municipal tem contribuído para o fortalecimento da festividade como atrativo turístico-cultural-religioso? De que forma?

**APÊNDICE D****ROTEIRO 04**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Presidente da Marujada de São Benedito

- 01) Como o Senhor avalia a Marujada de São Benedito para o município de Bragança?
- 02) A irmandade desenvolve ações em parceria com o poder público municipal? Se sim, quais? Como são desenvolvidas?
- 03) A irmandade já foi ou é beneficiada com algum projeto do governo do Estado ou Ministério da Cultural ou do Turismo? Se sim, como ele contribuiu para a irmandade?
- 04) O Senhor observou alguma(s) mudança(s) na festividade de São Benedito a partir do reconhecimento da Marujada como patrimônio cultural e artístico do Estado do Pará? Se sim, de que forma isso ocorre?
- 05) Como o Senhor participa do planejamento e execução da festividade? Quais as ações desenvolvidas?
- 06) A festividade de São Benedito pode ser considerada como atrativo turístico? Por quê? Como o Senhor avalia o turismo no período da festividade?
- 07) Durante a festividade de São Benedito qual a relação da irmandade com a igreja? Existe alguma cooperação? De que forma isso ocorre?

**APÊNDICE E****ROTEIRO 05**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Técnicas da Secretaria de Turismo de Bragança

- 01) Como a Senhora avalia o desenvolvimento do turismo na cidade de Bragança?
- 02) Qual ou quais os segmentos do turismo são desenvolvidas em Bragança? E como são desenvolvidas?
- 03) Existe projetos em parceria com outras secretarias tais como as de cultura, planejamento e infraestrutura urbana? Se sim, especifique.
- 04) Há preocupação em trabalhar com a dimensão cultural da cidade nas ações voltadas ao turismo? Se sim, especifique essas ações.
- 05) O patrimônio cultural de Bragança é tratado nas ações e projetos criados pela secretaria de turismo? Se sim, de que forma?
- 06) O turismo pode contribuir para a preservação do patrimônio cultural de Bragança? Em sua opinião como isso poderia ser realizado?
- 07) A prefeitura de Bragança, por meio da secretaria de turismo, possui alguma relação com as outros poderes, como por exemplo, a PARATUR, SETUR e Ministério do Turismo? Se sim, de que forma ela é promovida?
- 08) A população local (moradores), donos de hotéis, bares e restaurantes participam da elaboração das políticas de turismo para Bragança? Se sim, como ocorre essa participação?
- 09) Como a Senhora avalia o turismo durante a festividade de São Benedito? Qual o peso dessa festividade na cultura bragantina?
- 10) A secretaria fornece algum tipo de suporte à festividade durante esse período? Se sim, de que forma isso ocorre?

**APÊNDICE F****ROTEIRO 06**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Técnicos da Secretaria de Cultura e Desporto de Bragança

- 01) Como o(a) senhor(a) observa o patrimônio cultural da cidade de Bragança?
- 02) Existem projetos ou ações voltadas a preservação e valorização do patrimônio da cidade? Quais são essas ações?
- 03) Existem projetos desenvolvidos pela Secretaria em parceria com outras Secretarias como a de Planejamento ou Infraestrutura urbana?
- 04) Qual ou quais estão sendo os eixos de atuação das ações ligadas à cultura e à preservação do patrimônio cultural da cidade de Bragança?
- 05) De que forma a Secretaria pode contribuir com a preservação do patrimônio cultural da cidade?
- 06) Existe diálogo ou parceria da Secretaria Municipal de Cultura e Desporto com a Secretaria de Estado de Cultura, Ministério da Cultura ou IPHAN?
- 07) Como foi construído o PAC das cidades históricas em Bragança? Como Bragança se inseriu? Houve diálogo com outros órgãos ligados ao patrimônio?
- 08) A população local participa da elaboração das ações voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural de Bragança?

**APÊNDICE G****ROTEIRO 07**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Representante da Secretaria de Cultura do Estado

- 01) Como a senhora observa o patrimônio cultural de Bragança?
- 02) Qual ou quais elementos a senhora destacaria como mais representativos do patrimônio cultural de Bragança?
- 03) Como ocorreu o processo de elaboração do inventário cultural da cidade de Bragança? De que forma a senhora participou?
- 04) A secretaria de cultura do Estado por meio do DPHAC promove ou já promoveu alguma ação ou projeto voltado à preservação do patrimônio cultural de Bragança? Se sim, quais?
- 05) Existe alguma ação ou parceria entre a Secult e outras secretarias para a promoção e valorização do patrimônio cultural em Bragança?
- 06) Existem parcerias entre a Secult e o poder público municipal de Bragança quanto a preservação do patrimônio cultural?
- 07) Existe algum tipo de projeto, ação ou parceria ligada ao patrimônio cultural que esteja sendo desenvolvida em conjunto com a prefeitura de Bragança e o poder público federal?
- 08) Na cidade de Bragança existem dois imóveis tombados pelo poder público estadual. Existe alguma proposta para ampliar o número de tombamentos na cidade? Se sim, especificar.

**APÊNDICE H**

**ROTEIRO 08**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): representante da Secretaria de Estado de Turismo

- 01) No antigo plano de turismo foram estabelecidos os pólos de turismo do Estado. Para o pólo Amazônia Atlântica foram estabelecidos como produtos aqueles ligados a natureza, porque essa seleção?
- 02) No plano anterior de turismo trata-se do pólo Amazônia Atlântica de uma forma geral, mas existiu em algum momento a formatação de algum produto específico de Bragança ou Salinópolis foi sempre a prioridade? Se sim, qual?
- 03) Existiram ações ou projetos ligados ao turismo que foram desenvolvidos na cidade de Bragança durante a vigência do plano anterior?
- 04) Existe alguma ação ou parceria entre a SETUR e a secretaria de turismo de Bragança? Se sim, qual?
- 05) Quais as perspectivas do turismo na região com o novo plano de turismo Plano Ver-o-Pará?
- 06) Em algum momento ocorreu a participação popular na elaboração do novo plano de turismo? Se sim, como isso ocorreu?
- 07) Por que Bragança passou a ter maior visibilidade no novo plano de turismo?
- 08) A população local de Bragança foi chamada para discutir sobre a seleção dos elementos que no plano são considerados indutores para o desenvolvimento do turismo?
- 09) Bragança possui potencial para o desenvolvimento do turismo cultural? Como a SETUR pretende desenvolver isso?

**APÊNDICE I**

**ROTEIRO 09**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PESQUISA DE MESTRADO**

Título do Trabalho: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico de Bragança-PA

ENTREVISTADORA: Alessandra Lobato

ENTREVISTADO (A): Representante da Companhia Paraense de Turismo

- 01) No antigo plano de turismo foram estabelecidos os pólos de turismo do Estado. Para o pólo Amazônia Atlântica foram estabelecidos como produtos aqueles ligados a natureza, porque essa seleção?
- 02) Como ocorria o processo de marketing dos atrativos no plano anterior de turismo? Existia parceria entre o Estado e os municípios na divulgação?
- 03) No plano anterior de turismo trata-se do pólo Amazônia Atlântica de uma forma geral, mas existiu em algum momento a divulgação de algum produto específico de Bragança ou Salinópolis foi sempre a prioridade? Se sim, qual?
- 04) No novo plano de turismo como tem ocorrido o marketing dos atrativos?
- 05) Existem ações previstas para trabalhar com o marketing dos atrativos do pólo Amazônia Atlântica?
- 06) Para o município de Bragança existe ações previstas específicas para a divulgação dos atrativos?
- 07) Existe parceria entre a secretaria de turismo de Bragança e a PARATUR para trabalhar com a divulgação do município, em especial o centro histórico? Se sim, de que forma ocorre?
- 08) Como você avalia o marketing que foi trabalhado no antigo plano de turismo e o que está sendo trabalhado no novo plano?